



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



Natacha Correia Araújo Freire Pimentel

**AS PEREGRINAÇÕES A FÁTIMA NOS ANOS 1920-  
1940: UMA ANÁLISE SOCIAL**

Dissertação de Mestrado em História, orientada pela Professora Doutora Maria Antónia Lopes, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Outubro de 2020

# FACULDADE DE LETRAS

## AS PEREGRINAÇÕES A FÁTIMA NOS ANOS 1920- 1940: UMA ANÁLISE SOCIAL

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação</b>
<b>Título</b>	<b>As peregrinações a Fátima nos anos 1920-1940: uma análise social</b>
<b>Autor/a</b>	Natacha Correia Araújo Freire Pimentel
<b>Orientador/a(s)</b>	Maria Antónia Lopes
<b>Júri</b>	<b>Presidente:</b> Doutora Maria do Rosário Morujão <b>Vogais:</b> 1. Doutor Marco Daniel Duarte 2. Doutora Maria Antónia Lopes
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em História</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>História Contemporânea</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>16-12-2020</b>
<b>Classificação</b>	<b>17 valores</b>



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA

## **Agradecimentos**

A dissertação aqui apresentada só se concretizou devido ao contributo de várias pessoas que, direta ou indiretamente, me auxiliaram durante todo este percurso.

Antes de mais, deixo o meu agradecimento à minha orientadora, a Sra. Prof. Doutora Maria Antónia Lopes, que tanto admiro. Agradeço-lhe o seu empenho, exigência, disponibilidade e interesse no meu trabalho que me deram coragem para prosseguir nesta dissertação. Este trabalho não seria possível sem o seu contributo.

Quero agradecer a todos os funcionários do Santuário de Fátima que me auxiliaram e, em particular, ao Dr. André Melícias, arquivista do Santuário, pela paciência e dedicação em ajudar-me em todas as minhas questões, sempre com a maior simpatia.

Demonstro aqui, também, o meu agradecimento à Dr.<sup>a</sup> Cristina Nogueira, com quem tive o gosto e orgulho de trabalhar, por todos os ensinamentos que me deu e por ser uma inspiração para mim como profissional.

Não podia deixar de agradecer àqueles com quem criei laços de amizade. Em primeiro lugar, à Sara Ferreira, a irmã que Coimbra me deu, que, sem saber, me ajudou muito neste trabalho; a sua amizade serviu-me de alento para continuar a empenhar-me. Agradeço, igualmente, à minha amiga arqueóloga Cátia Simões, a minha companheira de estudo que fez com que eu nunca sentisse que estava a ultrapassar este processo sozinha. Não posso deixar de agradecer ao Vítor Fernandes cuja paciência nunca teve limites para me ajudar nesta dissertação.

Agradeço, do fundo do meu coração, à minha família: ao meu tio Flávio, à minha tia Fátima, à minha irmã, ao meu pai, que sempre se preocuparam tanto comigo. Ao Daniel, que fez por mim muito mais do que precisava fazer e sempre se assegurou que nada me faltasse, estou para sempre grata por isso.

O meu maior agradecimento vai para a minha mãe, a melhor pessoa que conheço, a quem dedico este estudo, agradeço-lhe por tudo aquilo que tenho e por tudo aquilo que sou.

**Resumo:**

O fenómeno das Aparições marcou o futuro da Cova da Iria, sendo esta visitada anualmente por milhões de crentes, constituindo-se, assim, como o principal destino de peregrinações do país e um dos maiores santuários marianos no mundo.

Em 1917 iniciaram-se as peregrinações a Fátima e, a partir desse ano, um número incontável de fiéis passaram a visitar o recinto. Esta dissertação surge neste contexto, na tentativa de realizar uma análise social dos primeiros peregrinos de Fátima e das suas práticas, desde os anos vinte aos anos quarenta.

Considerando a análise proposta, várias questões podem ser enunciadas: Quem eram os peregrinos da Cova da Iria? De onde e por onde se deslocavam? Que meios de transporte utilizavam? Existiria algum tipo de organização tutelada pelas instâncias eclesiásticas nos locais de origem? Como é que os peregrinos eram recebidos pelas populações vizinhas? Que meios logísticos existiam na Cova da Iria para os acolher? Quais as práticas religiosas realizadas nos dias 13? Qual era a importância das curas milagrosas que aí ocorriam? Quem eram os miraculados? E, por fim, tentar-se-á perceber as motivações daqueles que caminharam até Fátima nas primeiras décadas da história do santuário.

Para este fim, serão utilizados como fontes os periódicos *A Guarda*, *O Mensageiro*, o *Voz de Fátima*, o *Boletim da Diocese de Lamego* e o *Voz de Lamego*, nos anos 1923-1925; 1933-1935; e 1943-1945. Além disso, para a década de 1920, irá ser analisada a *Documentação Crítica de Fátima* e, também, o *Manual do Peregrino da Fátima* (nos anos 1926, 1928, 1931, 1935 e 1940).

Palavras-chave: Fátima; peregrinações; peregrinos; práticas religiosas; anos vinte-quarenta.

**Abstract:**

The phenomenon of the Apparitions marked the future of the Cova da Iria, which is visited annually by millions of believers, thus constituting itself as the main pilgrimage destination in the country and one of the largest Marian shrines in the world.

In 1917 pilgrimages to Fatima began and, from that year, countless numbers of faithful visit the enclosure. This dissertation appears in this context, in an attempt to carry out a social analysis of the first pilgrims from Fátima and their practices, from the twenties to the forties.

Presenting a proposed analysis, several questions can be asked: Who were the pilgrims from Cova da Iria? Where and from where did they travel? What means of transport did they use? Would there be any kind of organization protected by ecclesiastical characteristics in the places of origin? How were pilgrims received by neighbouring families? What logistical means were available at Cova da Iria to accommodate them? What are the religious practices carried out on the 13th? What was the importance of the miracle cures that took place there? Who were the miraculous? And, finally, we will try to understand the motivations that went to Fátima in the first decades of the sanctuary's history.

To this end, they will be used as sources of the journals *A Guarda*, *O Mensageiro*, *o Voz de Fátima*, *o Boletim da Diocese de Lamego* e *o Voz de Lamego*, in the years 1923-1925; 1933-1935; and 1943-1945. In addition, about the 1920s, the *Documentação Crítica de Fátima* (Critical Documentation of Fatima) and also the *Manual do Peregrino da Fátima* (Pilgrim's Manual of Fatima) in the years 1926, 1928, 1931, 1935 and 1940) will be analysed.

Keywords: Fátima; pilgrimages; pilgrims; religious practices; twenties-forties.



# Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 -Panorama político e social de Portugal desde a I República ao Estado Novo</b> .....	5
<b>2 – Contextualização histórica da aldeia de Fátima</b> .....	13
2.1. - Fátima em 1917.....	13
2.1.1. As aparições .....	14
2.1.2 - O impacto das aparições na imprensa .....	16
2.2. – A aldeia de Fátima nos anos 1920-1940.....	18
<b>3 – Peregrinações e culto mariano</b> .....	23
3.1 – Culto mariano .....	25
3.1.1 – Culto mariano em Portugal.....	27
3.2– Peregrinações a Fátima.....	29
<b>4- A caminho da Cova da Iria</b> .....	33
4.1– Organização nas dioceses .....	33
4.2– A escolha do transporte .....	35
4.3– Os diferentes trajetos .....	36
4.4– O acolhimento da população das regiões limítrofes.....	38
4.5– A hospedagem .....	39
4.6– Sazonalidade.....	40
<b>5– Os dias 13 na Cova da Iria</b> .....	43
5.1– O impacto da Lei da Separação nos anos 1920.....	43
5.2 – As regras aplicadas no recinto do Santuário.....	45
5.3– Práticas religiosas .....	46
5.4– A água de Fátima.....	53
5.5 – Os Servitas e os Escuteiros.....	54
5.6 – As curas milagrosas segundo a imprensa .....	56
5.7 – Os doentes .....	66
5.8– Os vendedores, os mendigos e os carteiristas.....	68
5.9– Motivações dos peregrinos de Fátima .....	69
<b>Conclusão</b> .....	75

<b>ANEXO FOTOGRÁFICO .....</b>	<b>78</b>
<b>Fontes e bibliografia.....</b>	<b>84</b>

---

## Introdução

No início do século XX, a Cova da Iria era uma zona de pequenos e pouco férteis terrenos agrícolas, pertencente ao território da freguesia de Fátima, onde escassos eram os caminhos que lá iam chegar, permanecendo perdida e ignorada nos confins da serra de Aire e Candeeiros. Atualmente, Fátima, agora cidade, recebe anualmente milhões de peregrinos nacionais e internacionais, a sua popularidade é grande em múltiplos países, tendo sido, desde a década de 1960, visitada por todos os papas. O fenómeno das Aparições veio determinar o futuro desta região, e o tema tem sido, ao longo dos anos, investigado nas mais diversas áreas, uns tentando descredibilizar o fenómeno, outros tentando promovê-lo, poucos tentando apenas analisar o que as fontes revelam com a imparcialidade possível de um investigador. No entanto, a popularidade de Fátima não foi alcançada apenas pelo que terá ocorrido em 1917, mas também pela fé e pelas pessoas que, a partir desta data, caminharam até à Cova da Iria. É neste contexto que surge este estudo, com a tentativa de elaborar uma análise social, desde os anos 1920 aos anos 1940, sobre os primeiros peregrinos e as suas práticas do santuário português mais importante, que é, também um dos mais relevantes do mundo.

A investigação sobre o início das peregrinações a Fátima só é possível devido à existência de alguns trabalhos anteriores, começando pela obra *Expansão urbanística de Fátima – Expofat 1917-1985*, que contém informações bastante pormenorizadas sobre o crescimento urbano do local, oferecendo uma imagem bastante clara sobre as construções já existentes em Fátima, ao longo dos anos. Devo realçar, igualmente, o trabalho de José Poças das Neves que, na sua obra *A Fátima dos inícios do século XX: a freguesia de Fátima (1900-1917)*, faz uma análise do contexto político, social e económico da região antes do fenómeno das Aparições. Um autor fundamental para esta dissertação é Luís Filipe Torgal, com a sua obra *O sol bailou ao meio-dia*, que se debruçou sobre o fenómeno em todas as suas vertentes, desde o impacto das Aparições na imprensa, à evolução urbanística da região ao longo do tempo, até às práticas culturais realizadas na Cova da Iria, nomeadamente, as peregrinações. À semelhança de Torgal, Jeffrey S. Bennett com a obra *Quando o sol dançou – Fátima e Portugal*, faz uma síntese dos principais temas de Fátima: os relatos das visões, a descrição do local, as principais práticas religiosas, etc. Além destas, destacam-se outras dezenas de obras que se dedicaram ao

---

estudo, não só deste tema, mas também sobre o culto mariano em Portugal. Destaca-se o trabalho de Marco Daniel Duarte, *Caminhos Marianos*, que nos ajuda a conhecer os diferentes altares dedicados a Nossa Senhora no nosso país. Foram ainda utilizadas outras obras de carácter mais geral para a contextualização política e social de Portugal no início do século XX.

Quanto às fontes que suportam este estudo, destaco, em primeiro lugar, a imprensa. Devido à dimensão do espaço cronológico que aqui me proponho analisar (desde os anos 1920 aos anos 1940), a metodologia adotada foi a de amostragem por décadas. Assim, todos os jornais aqui referidos, serão analisados desde 1923 a 1925, de 1933 a 1935 e de 1943 a 1945. Foi o jornal *Voz de Fátima* que, pela sua relevância ao nível da informação sobre a Cova da Iria nos dias 13 de cada mês, influenciou a escolha da data de início para análise, pois o periódico foi criado a 13 de outubro de 1922. Também o jornal *O Mensageiro* foi escolhido como fonte devido à riqueza dos seus artigos acerca de Fátima e das regiões limítrofes, tendo um carácter mais pragmático, muito útil para este estudo, ao abordar temas como os melhores itinerários para se chegar à Cova da Iria, sugestões para melhorar a organização do recinto, ou a forma como eram recebidos os peregrinos pela população local. Para uma perspetiva um pouco mais alargada sobre este tema e visando perceber o fenómeno das peregrinações em alguns dos seus locais de origem, foram ainda seleccionados os jornais *Boletim da Diocese de Lamego*, *Voz de Lamego* e *A Guarda* devido ao facto de a sua publicação abranger as três décadas analisadas. A *Documentação Crítica de Fátima* contém inúmeros artigos sobre a Cova da Iria recolhidos nos mais variados jornais do país. No entanto, nada se publicou do *Voz de Lamego*. Nos anos seleccionados também não constam da *Documentação Crítica* textos provenientes de *A Guarda*, mas existem alguns artigos mencionando a Empresa Veritas (que se situa nessa cidade)<sup>1</sup>.

A *Documentação crítica de Fátima*, do Santuário de Fátima, é uma fonte absolutamente imprescindível para todos os que pretendam estudar este centro mariano. Aí se reúne um enorme conjunto de documentos, de variada tipologia e datado de 1917 a 1930: artigos de jornais, ofícios, cartas, etc., riquíssimos em informações, tais como as diferentes opiniões sobre o fenómeno da Cova da Iria, os relatos dos peregrinos, a correspondência entre o administrador do concelho de Vila Nova de Ourém e o governador civil de Santarém, e muitos outros. Devido à dimensão da fonte, foi, igualmente, utilizado o mesmo período cronológico de análise (1923-1925).

---

<sup>1</sup>MONTELO, Visconde de, “Os acontecimentos de Fátima”, 15 de janeiro de 1925, doc. 256 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, p. 159.

---

Falta, por fim, referir os manuais do peregrino de Fátima, documentação depositada no arquivo do Santuário de Fátima. Os manuais foram sendo publicados de forma ocasional, sendo aqui utilizados os de 1926, 1928, 1931, 1935 e 1940.

Esta dissertação estrutura-se em cinco capítulos: numa primeira fase, procede-se a uma contextualização histórica sobre Portugal no início do século XX, com um maior destaque no impacto da Lei da Separação de 1911 durante a primeira República portuguesa, na transição até ao Estado Novo e nos efeitos da Segunda Grande Guerra em Portugal. No segundo capítulo é analisado o contexto social e económico da região de Fátima, traçando uma breve evolução da região ao longo das três décadas de análise. Seria impraticável o estudo das peregrinações a Fátima sem a menção do fenómeno das Aparições. Deste modo, será aqui feita uma síntese sobre o tema, já bastante abordado por diversos autores, estando estes dados há muito estabelecidos. Na terceira parte deste trabalho, iremos realizar um pequeno enquadramento teórico acerca das principais questões referentes a este tema: o conceito de peregrinação, romaria, ritual, e, também, uma análise sobre o culto mariano e, mais especificamente, o culto a Nossa Senhora em Portugal.

A observação das fontes históricas inicia-se no quarto capítulo com o estudo sobre o percurso dos peregrinos desde as suas terras até Fátima, nas mais variadas vertentes. Começaremos por tentar compreender como eram organizadas as peregrinações diocesanas a partir das suas regiões de origem, qual a escolha de transporte e percurso, como eram recebidos os peregrinos da Cova da Iria pela população local, onde dormiam e em que altura do ano se dirigiam a Fátima. As práticas culturais existentes na Cova da Iria desde os anos 1920 aos anos 1940 são o assunto do capítulo quinto, começando pela questão da Lei da Separação de 1911 em que se tentará compreender qual o impacto ocorrido nos rituais religiosos no recinto. De seguida, procuraram-se as regras já aplicadas na Cova da Iria para o bom funcionamento dos ritos religiosos e quais os principais agentes que se empenhavam para que tal acontecesse. Os próprios rituais religiosos realizados em Fátima, serão, igualmente, alvo de análise em que se observará se existiram modificações ao longo das décadas estudadas. Além disso, o assunto das curas milagrosas (juntamente com a água de Fátima e a presença de vários doentes no local) será alvo de estudo em que teremos em conta quais as doenças mais encontradas, de onde eram os protagonistas destas histórias, que idade tinham e quais os métodos aplicados para a cura do doente. Por fim, para a compreensão de todo o fenómeno das peregrinações em Fátima, é necessário indagar as motivações destes crentes. Deste modo, procurar-se-á caracterizar os peregrinos da Cova da Iria e perceber o que os distingue, desde o seu comportamento no percurso e dentro do recinto, até às razões que os levaram a Fátima.



---

## **1 -Panorama político e social de Portugal desde a I República ao Estado Novo**

Com o fim da Monarquia Portuguesa, forma-se um Governo Provisório chefiado por Teófilo Braga e constituído pelo Ministro do Interior, António José de Almeida, Afonso Costa que se encarregava do Ministério da Justiça, Basílio Teles na Fazenda, António Luís Gomes que se ocupava com o Fomento, Bernardino Machado nos Negócios Estrangeiros, ficando a Guerra e a Marinha entregues ao comandante Azevedo Gomes e ao coronel Correia Barreto<sup>2</sup>.

Enquanto a Constituição de 1911 não estava terminada, o cargo de Presidente de Governo coube a Teófilo Braga que estabeleceu um poder de ditadura, o qual seria alterado após a Constituição<sup>3</sup>.

No início da República Portuguesa encetou-se um conjunto de medidas que visavam a separação do Estado e da Igreja, projeto que foi levado a cabo com a direção de Afonso Costa<sup>4</sup>.

A nova Constituição surge a 21 de agosto de 1911 e adquiriu como principal ideal a supremacia parlamentar. Para tal, o cargo de Presidente da República teria como principais poderes a nomeação dos ministros e a destituição do Parlamento. O presidente era eleito pelos constituintes do Parlamento e poderia exercer funções durante quatro anos, sem a renovação do mandato. Quanto aos elementos do Parlamento, seriam eleitos por sufrágio direto e a duração do seu mandato duraria entre três a seis anos. O principal papel do Parlamento era, naturalmente, a promulgação das leis. Embora o Presidente da República, não as pudesse vetar, tinha o poder de lançar propostas de leis<sup>5</sup>.

Em 1911 existiam 5.960.056 portugueses a residir em Portugal, sendo que 85% da população vivia em meios rurais e 55,8% desta subsistia através de trabalhos agrícolas. Entre as classes sociais presentes no mundo rural, existiam desde os latifundiários até ao proletariado agrícola que somente recebia um salário em retorno da força do seu trabalho. O grupo que mais

---

<sup>2</sup> SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal – A Primeira República – do 5 de outubro à crise partidária*, Matosinhos, QN - Edição e Conteúdos S.A., 2004, p. 63.

<sup>3</sup> Idem, ibidem, p. 63.

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 64.

<sup>5</sup> SERRA, João B., “O sistema político da Primeira República” in Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinto, *A primeira República Portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 109-110.

---

se destacava em termos de quantitativos demográficos era o dos pequenos proprietários agrícolas, tendo como rendimento anual entre os 11 e os 300 escudos. Já os grandes proprietários ganhavam entre os 2.000\$00 e os 20.000\$00<sup>6</sup>.

Quanto ao mundo urbano, foram contabilizados, em 1911, 100.686 operários em Portugal. Um operário lisboeta ganharia, em média, entre 500 a 600 réis diariamente. Ainda neste ano, 122.404 portugueses foram assinalados como mendigos que subsistiam através de instituições de caridade<sup>7</sup>.

Tendo em conta as classes mais elevadas, em 1911 existiam 310 mil burgueses. Já entre a velha aristocracia, uma grande parte perdeu a sua superioridade social com o fim da Monarquia Portuguesa, enquanto outros conseguiram manter-se em importantes cargos, especialmente no exército. No caso do Clero, a Lei da Separação criou-lhe inúmeros obstáculos, na medida em que a sua estabilidade social terminou, rapidamente, após a queda da Monarquia, devido ao anticlericalismo, característico do início da Primeira República<sup>8</sup>.

Desde o início do Governo Provisório, os republicanos começam a tratar dos preparativos para a Lei da Separação da Igreja e do Estado, que dividiu a opinião dos portugueses: de um lado estavam os republicanos, empenhados na diminuição do poder do Clero, e, do outro, os católicos indignados<sup>9</sup>.

Uma das primeiras medidas do Governo Provisório referente à Igreja foi a revitalização das leis de Marquês de Pombal e de Joaquim de António Aguiar acerca das ordens religiosas, implicando a revogação do decreto de 18 de abril de 1901 que permitira a existência de certas congregações religiosas caso estas se dedicassem ao ensino, à saúde ou à missionação nas colónias. Era visível a tentativa de secularização e laicização do país<sup>10</sup>.

A 20 de abril de 1911, é, assim, decretada a Lei da Separação. É preciso ter em conta que não só o Estado se tornava laico, como também controlava todos os aspetos ligados à religião católica<sup>11</sup>, mas suspendia os seus antigos apoios financeiros à Igreja. Foi garantida a liberdade de culto, no entanto a religião era, a partir desta data, algo que apenas se podia manifestar na vida privada. Deste modo, práticas como procissões religiosas foram proibidas<sup>12</sup>.

---

<sup>6</sup> PEREIRA, David, “A sociedade” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 80-84.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, pp. 84-87.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 89.

<sup>9</sup> NETO, Vítor, “A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República...*, cit., p. 129.

<sup>10</sup> NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja, e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 360.

<sup>11</sup> NETO, Vítor, “O Estado e a Igreja na 1ª República” in *A Igreja e o Estado em Portugal. Da primeira República ao limiar do século XX*, Vila Nova de Famalicão, 2003, p. 36.

<sup>12</sup> NETO, Vítor, “A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa”, cit., p. 134.

---

Quanto ao casamento, já entre 1865 e 1866 ocorreu um certo afastamento da Igreja nesta atividade com a criação da possibilidade de realização do casamento civil. Em 1910, com o fim da Monarquia chega, ainda, a legalização do divórcio<sup>13</sup>.

Os bens da Igreja passam a ser propriedade do Estado, salvo os espaços necessários para o culto, como certas capelas e igrejas. Estes locais seriam os únicos nos quais os padres poderiam utilizar os seus trajés<sup>14</sup>.

Quanto às cômruas (até aí obrigatórias), seriam eliminadas, sendo que, no lugar destas, o Estado encarregar-se-ia de fornecer uma pensão anual aos padres que dela necessitassem e o requeressem<sup>15</sup>.

Os bispos encaravam as pensões fornecidas pelo Estado como um insulto, devido ao facto de se prever uma pensão de sobrevivência para os descendentes do Clero. O descontentamento dos bispos agravava-se devido às ajudas monetárias apenas serem atribuídas àqueles que estavam a exercer funções. Quem iria começar uma carreira dentro da Igreja, nada iria ganhar, facto que, na opinião dos bispos portugueses, não incentivaria os mais jovens a ingressar na profissão. Face a estes motivos, vários bispos recusaram-se a aceitar as pensões concedidas pelo Estado, algo que não foi bem recebido pelos republicanos<sup>16</sup>. Sobre este assunto, o governo apressou-se a declarar que, caso não aceitassem a ajuda monetária, os párocos teriam de sair dos seus presbitérios<sup>17</sup>.

Outra medida que chegou com a Lei da Separação foi a “vigilância sobre os sacerdotes”. Esta decisão implicava que em cada ato religioso estivesse presente um funcionário da ordem judicial que estaria atento a infrações como discursos desprestigiante sobre o governo republicano, atos religiosos fora dos locais permitidos ou reuniões políticas. Além disso, qualquer cidadão português poderia ir assistir às missas apenas com a missão de tentar encontrar algum delito por parte do padre. Esta medida provocou conflitos e desordens, como seria de esperar, denunciando-se a existência de acusações infundadas que, ainda assim, levaram ao aprisionamento de vários párocos<sup>18</sup>.

---

<sup>13</sup> LOPES, Maria Antónia, “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” in José Mattoso, Irene Vaquinhas (coord.), *História da vida privada em Portugal – A época contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 176.

<sup>14</sup> NETO, Vítor, “A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República...*, cit., p. 134.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 135.

<sup>16</sup> MOURA, Lúcia de Brito, *A “Guerra Religiosa” na I República*, Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010, p. 106-114.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p. 142.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, pp. 117-118.

---

Afirma Lúcia de Brito Moura acerca da divisão ideológica entre republicanos e católicos sobre a Lei da Separação: “a clivagem entre defensores e adversários da separação não correspondia à fronteira que separava republicanos e não republicanos ou, mesmo, à fronteira entre anticlericais e clericais”. Pois apesar de os bispos portugueses cedo começarem os seus protestos (como o “Protesto Coletivo” contra o decreto de 20 de abril de 1911), alguns elementos do baixo clero ansiavam que as novas leis pudessem melhorar a sua qualidade de vida<sup>19</sup>.

É impossível abordar o tema da Primeira República Portuguesa sem referir, também, o impacto que a Primeira Guerra Mundial gerou na sociedade portuguesa. O conflito mundial deflagrou a 14 de julho de 1914, mas só mais tarde o nosso país entrou na guerra, tendo o Corpo Expedicionário Português partido para a Flandres a 26 de janeiro de 1917. De Portugal saíram mais de cem mil homens e cerca de oito mil perderam a vida, tanto na Flandres como nas batalhas em África. Segundo Fernando Rosas, “a guerra foi a morte da Primeira República”, pois aumentou todas as crises políticas e económicas já existentes em Portugal: os ataques à Igreja começam a receber cada vez mais críticas, ampliou-se o descontentamento sobre os republicanos e agravou-se a crise económica e financeira do país<sup>20</sup>. Este descontentamento, agravado pela falta de géneros e subida do custo de vida, facilitou o êxito de uma revolta militar a 5 de dezembro de 1917, dirigida por Sidónio Pais. Seguiu-se a destituição do governo, liderado por Afonso Costa e do próprio Presidente da República, Bernardino Machado<sup>21</sup>. Criou-se, assim, a chamada ditadura sidonista, que ficou marcada pela tentativa de, entre outros aspetos, estabelecer uma república presidencialista, determinar o sufrágio direto e universal masculino e de atenuar a Lei da Separação do Estado das Igrejas<sup>22</sup>. No entanto, este regime termina brutalmente passado apenas um ano, em dezembro de 1918, como o assassinio de Sidónio Pais<sup>23</sup>.

A Primeira República do pós-guerra foi marcada pela tentativa de reparar as crises económicas, políticas e sociais criadas pela desordem do início do regime e da Primeira Guerra

---

<sup>19</sup>MOURA, Lúcia de Brito, *A “Guerra Religiosa” na I República*, Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010, pp. 79-96.

<sup>20</sup> ROSAS, Fernando, “A República e a Grande Guerra” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República...*, cit., pp. 247-249.

<sup>21</sup> SÁ, Victor de, “Reflexão (cronológica) sobre o sidonismo”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, 6, 1989, pp. 355-356.

<sup>22</sup> VENTURA, Vasco Manuel Veloso, *Sidónio Pais e a encenação do Poder durante a “República Nova”*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 207-210.

<sup>23</sup>SÁ, Victor de, “Reflexão (cronológica)...”, cit., p. 355.

---

Mundial<sup>24</sup>. É visível a mudança ocorrida no seio do Partido Republicano Português, na medida em que representantes de ideias mais liberais começam a ganhar voz dentro da Assembleia. É, desta forma que, com medidas mais moderadas, o Partido Liberal ganha as eleições em julho de 1921. O mau ambiente entre o Estado e a Igreja começa a desvanecer-se com este partido mais moderado no poder<sup>25</sup>.

Embora fosse claro o esforço em alcançar uma estabilidade política em Portugal depois da primeira Grande Guerra, a fragilidade governamental existente até ao golpe militar de 28 de maio de 1926 era bastante evidente pois, durante este período, tomaram posse 25 governos. Uma das causas desta instabilidade foi a crise financeira que desenvolveu uma clara desigualdade social. Este contraste era fruto do aumento da fortuna daqueles que investiram no mercado dos empréstimos, dos que tentaram a sua sorte no comércio com preços inflacionados e, também, de certas indústrias que cresceram financeiramente à custa da desvalorização da moeda. Na outra ponta da sociedade estavam todos aqueles que se sustentavam apenas com um salário mensal, sendo vítimas de uma profunda diminuição da qualidade de vida pela redução do seu poder de compra<sup>26</sup>.

Esta desigualdade financeira reforçou as divergências político-ideológicas, pois conservadores e radicais perfilhavam teorias distintas sobre a melhor resposta para combater a crise<sup>27</sup>. O caos político, económico e social que existia no país facilitou, deste modo, a subida ao poder de força autoritária, o que acabou por ocorrer com o golpe de 28 de maio de 1926 que instaurou a ditadura militar<sup>28</sup>.

A ditadura militar era dirigida, essencialmente, por militares liberais-conservadores que tinham como objetivo a formação de um governo forte. No entanto, os militares dirigentes percecionavam este regime autoritário como um regime provisório que teria o propósito de, a longo prazo, com uma maior estabilidade governativa, fazer o país regressar à normalidade política. Este equilíbrio deveria ser atingido a partir de um governo presidencialista. Em 1928, com Salazar já dentro do governo, um novo grupo de apoiantes começa a surgir em torno do professor de Economia<sup>29</sup>.

---

<sup>24</sup> ROSAS, Fernando, “A República do pós-guerra” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República...*, cit., p. 409.

<sup>25</sup> PINTO, Ana Catarina, “Nova estratégia para a República” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República...*, cit., p. 411.

<sup>26</sup> PINTO, Ana Catarina, “A transformação política da República: o bloco radical” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República...*, cit., pp. 441-442.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 442.

<sup>28</sup> MADUREIRA, Arnaldo, *28 de Maio: a génese do Estado Novo*, Lisboa, Clube do Autor, 2016, p. 16.

<sup>29</sup> CRUZ, Manuel Braga da, “O Estado Novo e a Igreja Católica” in João Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal e o Estado Novo (1930-1969)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 86-88.

---

António de Oliveira Salazar torna-se Presidente do Conselho em 1933, começando assim um regime ditatorial que iria durar 41 anos. Depois de cinco anos a ocupar a pasta das Finanças (e com o controlo de todas as outras), Salazar torna-se Presidente do Conselho e apresenta uma Constituição de um Estado totalitário que favorece o poder executivo e que condiciona as liberdades do indivíduo em benefício dos interesses do Estado.

O Estado Novo afirma-se como antiliberal, antidemocrata e antiparlamentar. É, deste modo, que a Assembleia Nacional perde a sua legitimidade e representatividade desde o início do Novo Regime. Também o Presidente da República acaba sofrendo uma perda significativa de poder comparada com o Presidente do Conselho. Assim, é possível afirmar que o Estado Novo privilegiava o poder executivo, o que revela uma ideologia política centrada na imagem de um chefe, sendo este o chefe do governo. O Conselho de Ministros acabou perdendo várias capacidades de tomar decisões que ficaram centradas na figura de Salazar<sup>30</sup>.

Quando se aborda o tema do regime salazarista, é necessário referir a supressão de várias liberdades individuais, que estavam no âmago dos regimes liberais. Entre essas, refiram-se, entre outras: a “liberdade de expressão de pensamento”, a “liberdade de reunião” ou a “liberdade de associação”. No mesmo contexto, ocorreu a proibição da criação de partidos políticos. A censura prévia esteve, igualmente, presente durante todo o período do regime e impedia qualquer ato que fosse contra o governo<sup>31</sup>.

Como qualquer outro Estado autoritário, a polícia política era necessária para a continuidade do Estado. É, assim, que surge a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado que ficou conhecida por espalhar o medo com recurso às perseguições, prisões políticas e tribunais criados para esses fins<sup>32</sup>.

Em termos sociais, a posição do Estado passava pelos ideais de conservadorismo ao nível da família e dos costumes, do trabalho (a defesa da ruralidade) e da religião. O regime vai apostar na manipulação da mentalidade do povo português no que diz respeito à política, às corporações e ao nacionalismo<sup>33</sup>.

Quanto à questão da Igreja, com a Constituição de 1933 os católicos viram-se agora protegidos. O Estado assumia a religião católica como a religião da nação portuguesa (embora

---

<sup>30</sup> ROSAS, Fernando, “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)” in Fernando Rosas, José Mattoso, *História de Portugal: O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 270-273.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, pp. 273-275.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, pp. 275-276.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, p. 285.

---

não formalmente oficial) e, conseqüentemente, determinava que uma das obrigações dos estabelecimentos de ensino portugueses seria o de inculcar os valores cristãos nos mais jovens<sup>34</sup>.

É necessário ter em conta que, nos anos 1930, 93% dos portugueses afirmavam pertencer à religião católica e, nos anos 1940, a percentagem subia até aos 97%. Durante os primeiros anos do Estado Novo, o clero português não contava com um grande número de sacerdotes pois, em 1932, existia um sacerdote por 1643 habitantes<sup>35</sup>. É, deste modo, que a Igreja irá empenhar-se em aumentar numericamente o seu clero, fazendo nascer três novos seminários. Com o mesmo objetivo, mas também numa tentativa de ver crescer o número de crentes na religião católica em Portugal, o clero aposta nos meios de comunicação social como a imprensa, o cinema e a rádio (a partir da rádio Renascença)<sup>36</sup>.

É durante o regime autoritário imposto por Salazar que as congregações religiosas iniciam, novamente, a sua emancipação. A começar pela Companhia de Jesus, que se caracterizava como a ordem com maior número de religiosos professos. Outras ordens reerguidas foram a Congregação da Missão, a Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, a Ordem Dominicana, os Beneditinos e a Pia Sociedade Salesiana. Além destas, novas ordens religiosas foram criadas ao longo dos anos trinta, como a Santíssima Cruz e Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo e a Congregação do Santíssimo Redentor. Quanto às novas ordens religiosas femininas, a sua maioria foi criada após 1930, como foi o caso das Adoradoras do SS. Sacramento ou das Escravas da SS. Eucaristia<sup>37</sup>. Estas congregações exerciam as mais variadas funções, como a educação, que era feita através da participação de ordens religiosas desde as creches até ao ensino de nível pré-universitário em colégios e, ainda, na área da saúde, como nos hospitais, e da assistência em asilos de crianças e de velhos<sup>38</sup>.

Os anos quarenta foram marcados pela 2ª Guerra Mundial que assolou a Europa e, muito embora Portugal permanecesse neutro face a este conflito, as suas conseqüências não tardaram a chegar. Numa primeira fase, os efeitos do conflito ainda não se faziam sentir de forma significativa, mas a partir de 1941 as carências começam a surgir: os transportes terrestres ficam condicionados pela falta de combustível, agravando a distribuição de vários produtos, os bens

---

<sup>34</sup> DUARTE, Herlânder, *Salazar e a Santa Igreja*, Lisboa, Nova Arrancada, 1999, pp. 31-32.

<sup>35</sup> CRUZ, Manuel Braga da, "O Estado Novo e a Igreja Católica" in João Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal e o Estado...*, cit., pp. 222-223.

<sup>36</sup> Idem, ibidem, pp. 226-245.

<sup>37</sup> Idem, ibidem, pp. 229-232.

<sup>38</sup> Idem, ibidem, p. 232.

---

de primeira necessidade começam a mostrar graves ausências, obrigando ao racionamento, e ocorre a desvalorização dos salários reais nos setores assalariados<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra: estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa: 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, pp. 168-171.

---

## 2 – Contextualização histórica da aldeia de Fátima

### 2.1. - Fátima em 1917

A Cova da Iria, que pertence à freguesia de Fátima, de onde dista dois quilómetros, encontra-se próxima da Serra de Aire, num planalto irregular. Situando-se no centro do país, está a 13 quilómetros de Ourém, e a 23 quilómetros de Leiria<sup>40</sup>. Apesar da sua pequena extensão, Fátima era, já nesta época, sede de freguesia englobando pequenas aldeias (nomeadamente a de Aljustrel, de onde provinham os três videntes) que possuíam, na sua maioria, menos de cem habitantes<sup>41</sup>. É preciso, ainda, referir que a Cova da Iria era uma zona não povoada da aldeia de Fátima.

Uma característica bastante marcante desta população era o seu isolamento. Este era o resultado da grande distância geográfica que existia entre as aldeias desta freguesia e também da ausência de meios de transporte (que só começam a surgir quando das aparições)<sup>42</sup>. Outro fator determinante para este fenómeno residia nos itinerários da região: quase inexistentes ou em más condições. É desta forma que as comunicações da pequena aldeia com o exterior eram limitadas, o que estimulava o isolamento da população<sup>43</sup>. No que se refere à alfabetização destes habitantes, 92% da população feminina era analfabeta, sendo essa taxa de 87% na população masculina<sup>44</sup>.

Maria José de la Fuente descreve esta zona de uma forma bastante sucinta: “Antes de 1917, a Cova da Iria era um lugar deserto, de propriedade pequena e dividida”<sup>45</sup>. A paisagem desta região revelava algumas marcas da presença do homem devido a três razões: a existência de terrenos agrícolas delimitados por muros de pedra solta; o uso de moinhos de vento devido

---

<sup>40</sup> TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia – A criação de Fátima*, Lisboa, Tinta da China, 2017, p. 59.

<sup>41</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou – Fátima e Portugal*, Lisboa, Guerra e Paz, 2017, p. 89.

<sup>42</sup> Idem, ibidem, pp. 89-90.

<sup>43</sup> NEVES, José Manuel Dias Poças das, *A Fátima dos inícios do século XX: a freguesia de Fátima (1900-1917)*, Fátima, Rotary Club de Fátima, 2005, p. 184.

<sup>44</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou ...*, cit., p. 89.

<sup>45</sup> LA FUENTE, Maria José de, “As construções no recinto do Santuário -D.G.S.U.” in *Expansão urbanística de Fátima – Expofat 1917 – 1985*, Fátima, Santuário da Nossa Senhora de Fátima, Serviço de Ambiente e Construções, 1992, p. 59

---

à particular intensidade de vento nesta região; e a plantação de oliveiras que caracterizavam a paisagem de Fátima<sup>46</sup>.

Apesar de a agricultura e a pecuária serem a única forma de subsistência desta região, o solo era pouco fértil devido à predominância da rocha calcária que tornava a terra extremamente rochosa. A escassez de água era outra agravante para os pequenos terrenos agrícolas. Esta escassez não era provocada pela falta de pluviosidade, mas devido ao próprio solo rochoso que dificultava o armazenamento da água<sup>47</sup>.

As gentes desta região sobreviviam pela produção de azeite, batata, milho e centeio. Além disso, quem passasse pela Cova da Iria encontraria várias plantações de azinheiras e eucaliptos. Devido à infertilidade do solo, era ainda comum a existência de rebanhos de ovelhas e cabras<sup>48</sup>. Em 1917, os agricultores da região não usavam instrumentos mecanizados sendo, por isso, utilizados os arados manuais<sup>49</sup>.

Os fenómenos das aparições transformaram a paisagem de Fátima no mesmo ano em que estas ocorreram, pois foi imediatamente colocado no local, onde os pastorinhos afirmam ter visto Nossa Senhora, um arco de madeira. Este pequeno altar foi ornamentado com duas lanternas e uma cruz e permaneceu junto à célebre azinheira que, pouco a pouco, foi sendo despedaçada pelos peregrinos que quiseram levar alguns ramos como recordação. O altar de madeira cedo desapareceu, sendo destruído por parte de um grupo de “jacobinos” provenientes de Ourém e Santarém. Apenas a 2 de junho de 1919 foi concluída a construção da Capelinha das Aparições<sup>50</sup>.

### 2.1.1. As aparições

Seria irrealizável a análise das peregrinações à Cova da Iria sem primeiro me debruçar sobre as aparições de 1917, embora estes dados estejam há muito estabelecidos, podendo ser encontrados em toda a bibliografia sobre o tema. Far-se-á aqui uma síntese rápida.

O fenómeno inicia-se a 13 de maio e são apenas as três crianças a presenciar a aparição. Estas eram Jacinta (7 anos), Francisco (9 anos) e Lúcia (10 anos)<sup>51</sup>. Lúcia tinha a possibilidade

---

<sup>46</sup> LA FUENTE, Maria José de, “As construções no recinto do Santuário -D.G.S.U.” in *Expansão urbanística de Fátima – Expofat 1917 – 1985*, Fátima, Santuário da Nossa Senhora de Fátima, Serviço de Ambiente e Construções, 1992, p. 136.

<sup>47</sup> Idem, ibidem, p. 136.

<sup>48</sup> Idem, ibidem, pp. 136-137.

<sup>49</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., p. 89.

<sup>50</sup> LA FUENTE, Maria José de la, “As construções no recinto do Santuário...”, cit., p. 60.

<sup>51</sup> TORRAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia...*, cit., p. 193.

---

de ver, de ouvir e de falar com a “Senhora”; Jacinta conseguia ver e ouvir, mas não tinha a capacidade de lhe falar e Francisco não tinha qualquer aptidão de comunicação com a alegada aparição<sup>52</sup>.

Os três pastores afirmam ter visto uma “senhora vestida de branco” após alguns relâmpagos. Segundo o livro de memórias da Irmã Lúcia, a “Senhora” informou as crianças de que ali iria aparecer nos seis meses seguintes, à mesma hora. Pede-lhes, ainda, que rezem o terço para o fim da 1ª Grande Guerra<sup>53</sup>.

A história descrita pelas crianças torna-se popular nas regiões próximas à Cova da Iria e, por isso, a 13 de junho são contadas cerca de 60 pessoas no local em que a aparição terá ocorrido no mês anterior<sup>54</sup>. No entanto, nenhum destes indivíduos terá realmente assistido à alegada aparição, apenas observaram Lúcia falando para o vazio. Segundo esta, a “senhora” revela que Jacinta e Francisco morrerão jovens enquanto Lúcia viverá por mais algum tempo para espalhar a mensagem da mãe de Deus. Apela, ainda, para que Lúcia procurasse saber ler<sup>55</sup>.

É a partir do dia 13 de julho que, segundo Luís Filipe Torgal, o caso das aparições na Cova da Iria começa a surgir descrito na imprensa. Pelo relato de Lúcia, nesta aparição, é pedido que se rezasse o terço para que se conseguisse terminar a guerra<sup>56</sup>. Neste dia, o altar de madeira estava já construído e teria sido enfeitado com doações e flores. Bennett afirma que o número de curiosos que se encontrava na Cova da Iria teria subido para duas mil pessoas<sup>57</sup>. No entanto, pelas contas de Prosper Alfáric, a multidão era composta por 4 a 5 mil indivíduos<sup>58</sup>.

Numa tentativa de refutar os relatos feitos pelas três crianças, o administrador do Concelho de Ourém (Artur de Oliveira Santos) leva os pastorinhos para sua casa a 13 de agosto para os poder interrogar<sup>59</sup>. Segundo Jeffrey S. Bennett, Artur de Oliveira Santos terá, no dia 14 de agosto, levado os três pastores para a prisão onde os ameaçou para que revelassem a verdade acerca das alegadas aparições. Ainda assim, as crianças, sem nada terem declarado, estavam já em suas casas no dia 15<sup>60</sup>.

Devido a este incidente, a aparição não terá surgido aos pastores a 13 de agosto, mas sim no dia 19, quando estes se encontravam numa área da Cova da Iria chamada Valinhos.

---

<sup>52</sup> ALFARIC, Prosper, *A fabricação de Fátima*, Lisboa, Edições Delfos, 1971, p. 40.

<sup>53</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., pp. 102-103.

<sup>54</sup> ALFARIC, Prosper, *A fabricação de Fátima*, cit., p. 41.

<sup>55</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., pp. 106-109.

<sup>56</sup> TORGAL, Luís Filipe, *O Sol bailou ao meio-dia – A criação de Fátima*, cit., p. 43.

<sup>57</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou – Fátima e Portugal*, cit., p. 110.

<sup>58</sup> ALFARIC, Prosper, *A fabricação de Fátima*, cit., pp. 41-42.

<sup>59</sup> TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia...*, cit., pp. 45-46.

<sup>60</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., p. 118.

---

Lúcia explica que a “senhora” lhes terá pedido para continuarem a rezar, para construírem um pequeno altar em sua homenagem e promete, por fim, voltar no mês seguinte<sup>61</sup>.

Surgindo após um relâmpago, a suposta aparição surge às três crianças a 13 de setembro. Segundo os relatos de Lúcia, a “senhora vestida de branco” neste dia pouco diz, afirmando apenas que no mês seguinte seria a sua última aparição e pede novamente que se rezasse o terço<sup>62</sup>. A multidão que se formou neste dia para observar a aparição seria constituída por cerca de 20 mil pessoas, pelas contas de Prosper Alfaric<sup>63</sup>.

Para descrever a última aparição em que se dá o chamado “milagre do Sol”, Bennett recorre ao testemunho de Avelino de Almeida, editor executivo do jornal *O Século*. O jornalista descreve o alegado milagre da seguinte forma:

“O astro lembra uma placa de prata fosca e é possível fitar-lhe o disco sem o mínimo esforço. Não queima, não cega. Dir-se-ia estar-se realizando um eclipse. Mas eis que um alarido colossal se levanta, e aos espectadores que se encontram mais perto se ouve gritar: - Milagre, milagre! (...) o Sol “bailou”, segundo a típica expressão dos camponeses”<sup>64</sup>.

Avelino de Almeida continua o seu relato explicando que a visão do “milagre” não foi unânime entre os presentes: uns acreditavam que o sol mudara de cor; outros declaravam que o sol rodopiou e se aproximou da terra; e existia ainda quem afirmasse ter observado o rosto da Virgem no astro<sup>65</sup>.

### 2.1.2 - O impacto das aparições na imprensa

No início do século XX, a imprensa portuguesa encontrava-se dividida em fações ideológicas extremadas: de um lado posicionavam-se os jornais católicos, do outro os jornais republicanos. O caso de Fátima, se algo fez, foi acentuar esta divisão.

Como se disse, segundo a investigação levada a cabo por Luís Filipe Torgal, o tema das aparições começou a ser relatado pela imprensa a partir da terceira aparição (13 de julho). O *Boletim Católico* semanal do Concelho de Ourém foi o primeiro a noticiar o fenómeno. O autor do artigo, cuja identidade não é mencionada por Torgal, utilizava uma narrativa apaixonada sobre o alegado acontecimento<sup>66</sup>.

---

<sup>61</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., p. 110.

<sup>62</sup> TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia...*, cit., pp. 47-48.

<sup>63</sup> ALFARIC, Prosper, *A fabricação de Fátima*, cit., p. 43.

<sup>64</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., pp. 125-127.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, p. 128.

<sup>66</sup> TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia...*, cit., p. 44.

---

As publicações sobre a Cova da Iria, na maioria em jornais republicanos, surgem a partir de agosto de 1917, a começar pelo jornal *O Século* em que Avelino de Almeida divulga relatos de pessoas que estiveram presentes na Cova da Iria no dia 13 de julho, mostrando-se cético sobre o assunto. Outros jornais republicanos que revelaram algum interesse no fenómeno, neste período inicial, foram o *Ouriense* e *O Mundo*. Os jornais republicanos tinham, na sua maioria, uma opinião em comum: a negação da veracidade das aparições<sup>67</sup>.

É a partir de 13 de outubro de 1917 que os fenómenos alegadamente observados na Cova da Iria vão ter um enorme destaque na imprensa portuguesa. É neste mês que sai o célebre artigo de Avelino de Almeida, o qual vai provocar uma grande controvérsia no seio da comunidade republicana devido ao facto de Avelino Almeida (que escreve num jornal republicano e que já se tinha colocado numa posição cética sobre o assunto) redigir o seu texto mostrando que encara os acontecimentos na Cova da Iria como verdadeiros. Luís Filipe Torgal afirma que este artigo permitiu o aumento de crentes das aparições marianas em Fátima<sup>68</sup>.

Devido ao grande destaque da Cova da Iria na imprensa, também os jornais católicos passam a pronunciar-se sobre o assunto, publicando vários relatos daqueles que estiveram em Fátima a 13 de outubro. *O Dia*, *o Imparcial* e *o Mensageiro* destacaram-se na cobertura do fenómeno<sup>69</sup>.

Quanto ao jornal *A Ordem*, manteve-se relativamente silencioso sobre a questão de Fátima, enquanto outros periódicos católicos publicavam notícias sobre o tema desde julho. O jornal justificou-se afirmando que necessitava da decisão da Igreja para, depois, se pronunciar sobre o assunto. Os seus primeiros artigos referentes aos fenómenos ocorridos na Cova da Iria começam, assim, a partir de novembro<sup>70</sup>. Outra justificação para este silêncio do jornal *A Ordem* é dada por Bruno Cardoso Reis que aponta como causa a polémica que envolveu Domingos Pinto Coelho (colaborador do jornal) devido ao facto de este se ter colocado numa posição cética sobre as aparições depois de ter comparecido na Cova da Iria no dia 13 de outubro de 1917<sup>71</sup>.

---

<sup>67</sup> TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia...*, cit., pp. 44-45.

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*, pp. 50-51.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*, p. 53.

<sup>70</sup> Reis, Bruno Cardoso, “Fátima: a recepção nos diários católicos (1917-1930)”, *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 2001, p. 253.

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*, pp. 260-261.

---

## 2.2. – A aldeia de Fátima nos anos 1920-1940

Desde o fenómeno das Aparições, Fátima foi alvo de inúmeras transformações de uma forma tão acelerada que em nada se assemelha ao desenvolvimento de outra cidade portuguesa. Esta evolução ocorreu tanto ao nível urbanístico como ao nível social. Começemos por descrever este último.

Um marco relevante na história de Fátima ocorre a 6 de março de 1922 quando a Capelinha das Aparições é dinamitada resultando na sua parcial destruição. Este ataque anónimo despertou um enorme sentimento de revolta por parte dos católicos que, prontamente, organizaram, a 13 de março, uma peregrinação de desagravo a que compareceram cerca de 10.000 pessoas. No entanto, este não foi o maior número de peregrinos que a Cova da Iria recebeu neste ano pois, a 13 de maio, a manifestação de descontentamento gerou uma multidão de 60.000 indivíduos no recinto do santuário. Jeffrey S. Bennett refere também que, entre maio e outubro de 1922, mais de 100.000 peregrinos tenham visitado o local<sup>72</sup>.

O bispo de Leiria, Dom José Alves Correia da Silva, desde cedo proibiu a venda de qualquer artigo religioso o que, no entanto, não impediu as várias pequenas barracas comerciais que surgiam na Cova da Iria entre maio e outubro<sup>73</sup>. É, igualmente, durante estes meses, que a água de Fátima se torna célebre e começa a circular pelo país devido à possibilidade de poder ser enviada pelo correio<sup>74</sup>.

Os primeiros grupos de peregrinos que chegavam à Cova da Iria, no início desta década, cedo trouxeram a necessidade de criar associações religiosas específicas. Neste sentido, entre 1924 e 1926 é criada a Pia União dos Servitas de Nossa Senhora de Fátima, tendo como principais objetivos a assistência aos sacerdotes e médicos, o transporte de enfermos e pequenas funções de enfermagem<sup>75</sup>.

No fim da década de 1920, a autoridade eclesiástica deparava-se com uma nova problemática: o surgimento de mendigos que afluíam às estradas mostrando os seus ferimentos e doenças. O grande número de pedintes parece ter ocasionado algum embaraço entre o clero pois, em maio de 1928, o bispo de Leiria publica um conjunto de instruções para os peregrinos saberem proceder perante os pobres. Da mesma forma, o reitor do Santuário, incomodado com

---

<sup>72</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., pp. 193-194.

<sup>73</sup> LA FUENTE, Maria José de, “As construções no recinto do Santuário...”, cit., p. 65.

<sup>74</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., 193-194.

<sup>75</sup> FONSECA, Luís Gonzaga Ayres da, *Nossa Senhora de Fátima – Aparições – Culto – Milagres*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1956, p. 190.

---

esta situação (e também devido ao aumento de carteiristas no local), pede apoio à Guarda Nacional Republicana para assegurar a segurança da região<sup>76</sup>.

No que toca à questão urbanística de Fátima, várias foram as transformações que esta zona viu nascer durante estes anos. É justamente em 1921 que o bispo de Leiria revela o seu interesse na Cova da Iria, comprando vários hectares de terra. No entanto, cedo se depara um novo obstáculo à construção do novo Santuário: a escassez de água. Para tal, Dom José Alves Ferreira da Silva dá ordens para que se construa um poço no local, o que se torna numa difícil tarefa devido ao solo extremamente rochoso da área. Assim, a primeira tentativa de erguer um poço apenas resultou numa “grande poça lamacenta”<sup>77</sup>.

Este primeiro poço permaneceu inalterado durante um ano. Ainda assim, muitos peregrinos utilizavam a lama para tentar curar feridas e levavam consigo algumas doses para utilizar como remédio. A construção foi sendo melhorada ao longo dos anos, mas só em 1927 é que se encontrava em perfeitas condições<sup>78</sup>.

Devido à destruição da primeira Capelinha das Aparições, esta é reconstruída em 1923, agora apetrechada com casa do capelão, Casa da Nossa Senhora das Dores e vedação do recinto do Santuário. O poço foi muralhado e munido com 15 torneiras e é neste ano que se constrói a primeira habitação e a primeira casa comercial<sup>79</sup>.

Em 1926, também o Rev. Dr. Manuel Marques dos Santos adquire alguns terrenos na Cova da Iria para facilitar a edificação de novos espaços, como foi o caso da abertura do posto de verificações médicas que tinha como diretor o Dr. Pereira Gens<sup>80</sup>. No ano seguinte, o Santuário é apetrechado com altifalantes para que todo o público tivesse a possibilidade de escutar as palavras proferidas durante a missa. Além disso, em 1927, é inaugurada a Via-Sacra em Valinhos, contando com a presença do bispo de Leiria que presidiu também à sua primeira missa na Cova da Iria<sup>81</sup>.

O primeiro hotel fatimense abre as suas portas em 1928 com o nome Hotel de Nossa Senhora de Fátima. Tratava-se de “uma construção de madeira, com 8 quartos, cozinha, duas casas de banho e uma sala de estar”<sup>82</sup>. O ano de 1928 é ainda marcado pela colocação da primeira pedra para a construção da Basílica. Maria José de la Fuente informa que no final de

---

<sup>76</sup> OLIVEIRA, Francisco Pereira, *Fátima – como nasceu e cresceu*, Ourém, Câmara Municipal de Ourém, 1990, p. 102.

<sup>77</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., p. 185.

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, p. 190.

<sup>79</sup> LA FUENTE, Maria José de la, “As construções no recinto do Santuário...”, cit., p. 65.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, p. 66.

<sup>81</sup> FERNANDES, José Domingues, *Fátima – guia histórico e turístico*, Lisboa, Edição do autor, 1967, p. 31.

<sup>82</sup> OLIVEIRA, Francisco Pereira, *Fátima – como nasceu...*, cit., p. 110.

---

1928 já existiam em Fátima “32 habitantes leigos, 7 fogos, 4 casas comerciais, um café e um hotel”<sup>83</sup>.

Em 1929, é colocada luz elétrica no Santuário e é também inaugurado o Albergue da Nossa Senhora do Rosário<sup>84</sup>. Este ano é, ainda, marcado pela visita à Cova da Iria do Presidente de República, Marechal Carmona<sup>85</sup>.

Durante a década de 1930, surgem várias congregações e ordens religiosas, como foi o caso das Servitas de Nossa Senhora de Fátima (1931), das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora das Dores (1934), das Irmãs Carmelitas (1935) e das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena (1939)<sup>86</sup>.

Luís Gonzaga Ayres da Fonseca destaca também, nessa década, o surgimento dos chamados Exercícios Espirituais na Cova da Iria, os quais começam a ser realizados em 1930 com cerca de 200 pessoas. Ao longo dos anos seguintes, estes números foram aumentando chegando, no final da década, à média anual de 1.500 participantes. Tais eventos eram, na sua maioria, organizados para os elementos do clero, no entanto cedo surgiram retiros espirituais para “universitários, professores, advogados, médicos”, etc.<sup>87</sup>.

Em 1937, foi criado o Livro de Oiro com o objetivo de recolher as assinaturas dos devotos a Nossa Senhora de Fátima que fizeram a promessa de todos os dias rezar o terço do rosário. Estes livros, quando completamente preenchidos, eram colocados dentro da Capelinha das Aparições perto da estátua representativa de Nossa Senhora. Em 1938, existiam 23.000 assinaturas<sup>88</sup>.

Apesar das chamadas de atenção por parte de Manuel Nunes Formigão, a urbanização da Cova da Iria foi ocorrendo de forma desordenada sem qualquer plano previamente delineado. Luís Filipe Torgal utiliza o testemunho de Paulo Freire no *Diário de Notícias* para ilustrar o desenvolvimento desta região nos anos 30: “Um amontoado de disparates, de incongruências, de desrespeito e de dinheiro mal gasto. (...) Fátima, tal qual está é uma vergonha. É uma indesculpável miséria”<sup>89</sup>.

Em 1930, o recinto do Santuário teria um formato retangular, vedado por um muro ornamentado por várias colunas. Existia já uma larga avenida que fazia a ligação entre o

---

<sup>83</sup> LA FUENTE, Maria José de, “As construções no recinto do Santuário...”, cit., p. 67.

<sup>84</sup> Idem, ibidem, p. 67.

<sup>85</sup> FERNANDES, José Domingues, *Fátima - guia histórico...*, cit., p. 31.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Francisco Pereira, *Fátima – como nasceu...*, cit., p. 96.

<sup>87</sup> FONSECA, Luís Gonzaga Ayres da, *Nossa Senhora de Fátima...*, cit., p. 192.

<sup>88</sup> OLIVEIRA, Francisco Pereira, *Fátima – como nasceu...*, cit., p. 195.

<sup>89</sup> TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia...*, cit., p. 73.

---

Santuário e a fonte de água “milagrosa”. Nesta época estariam também erguidos a casa do reitor do Santuário, a Capela das Confissões e o Pavilhão dos Doentes<sup>90</sup>.

Os peregrinos que chegavam à Cova da Iria no início deste decénio já teriam algum poder de escolha de pernoita. Poderiam decidir entre o Hotel de Nossa Senhora do Rosário, o Café Leiria, a Pensão Ouriense, a Pensão Modesta e a Pensão Católica<sup>91</sup>.

Outros desenvolvimentos marcantes na região de Fátima ocorreram entre 1935 e 1936 com a inauguração da primeira cabine telefónica, que ficava dentro do Hotel de Nossa Senhora do Rosário, e com a abertura da estação-postal. Pelas contas de Maria José de la Fuente, em 1938 existiam em Fátima “147 habitantes leigos, 35 fogos, 12 casas comerciais, 4 pensões ou cafés, 1 estação postal e 1 posto médico”<sup>92</sup>.

No âmbito da sociedade e da cultura, poucas foram as transformações que a Cova da Iria presenciou na década de 1940. No entanto, é relevante destacar o surgimento de novas congregações e ordens religiosas: o Abrigo da Divina Providência (1942); as Irmãs da Santa Doroteia (1944); as Irmãs Concepcionistas (1945); as Irmãs de S. José de Cluny (1946); e as Irmãs da Apresentação de Maria (1947). Existia, igualmente, uma congregação masculina chamada Missões Consolata (1946)<sup>93</sup>.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, a única cabine telefónica da região é transferida do Hotel Nossa Senhora do Rosário para o posto dos correios. Em 1941, a estação telefónica tinha três assinantes e dois anos depois a energia elétrica, que antes apenas era utilizada pelo Santuário, estava disponível para o resto da população da Cova da Iria<sup>94</sup>.

O próprio Santuário obteve várias melhorias tal como a instalação de 61 sinos de cobre<sup>95</sup> e finaliza-se “o tão ansiado plano de ordenamento urbanístico passível de ser concretizado”, tendo como objetivo principal a divisão entre o “espaço sagrado” e o “espaço profano”. Deste modo, o Santuário foi vedado com um muro de cedros, enquanto o resto da região seria desenvolvido de forma a que se conseguisse tornar num apoio logístico para o Santuário (com parques de estacionamento, lojas, etc.). Ainda assim, segundo Torgal, este plano urbanístico foi mal-executado, o que comprometeu a organização da futura cidade<sup>96</sup>.

Pelas contas de Maria José de la Fuente, na Cova da Iria em 1948 “existiam 329 habitantes leigos, 7 pensões, 8 casas de pasto, 6 mercearias, 2 lojas de fazendas, 1 serração, 1

---

<sup>90</sup> LA FUENTE, Maria José de, “As construções no recinto do Santuário...”, cit., pp. 67-68.

<sup>91</sup> Idem, ibidem, p. 67.

<sup>92</sup> Idem, ibidem, p. 193.

<sup>93</sup> OLIVEIRA, Francisco Pereira, *Fátima – como nasceu...*, cit., p. 96.

<sup>94</sup> Idem, ibidem, pp. 105-107.

<sup>95</sup> LA FUENTE, Maria José de, “As construções no recinto do Santuário...”, cit., pp. 70-71.

<sup>96</sup> TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia...*, cit., pp. 73-74.

---

oficina de automóveis, 1 escola feminina (30 alunas), 50 estabelecimentos comerciais”. Contudo, o desenvolvimento da qualidade de vida daqueles que já lá habitavam não acompanhou o crescimento das condições do Santuário. Exemplo disso era a ausência de esgotos e de água para a população leiga<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup>LA FUENTE, Maria José de, “As construções no recinto do Santuário...”, cit., p. 71.

---

### 3 – Peregrinações e culto mariano

É pertinente iniciar este estudo das peregrinações a Fátima com uma clara definição do conceito de peregrinação. O termo é definido por Pedro Rodríguez Santidrián como uma “viagem ou deslocação a um lugar considerado sagrado: fonte, rio, templo ou lugar onde houve algum milagre”<sup>98</sup>. Deste modo, os locais visitados por peregrinos podem conter objetos que, eventualmente, pertenceram a alguma entidade celestial, ou, de alguma forma, terá sido avistado no local um acontecimento considerado sobrenatural. Outro aspeto característico da peregrinação é o facto de ser um ato de sacrifício que, normalmente, se relaciona com a realização de uma viagem longa<sup>99</sup>.

Na obra *O sol bailou ao meio-dia*, Torgal, quando define o conceito de peregrinação, decide distingui-lo do termo romaria. É possível, de uma forma resumida, fazer a separação dos dois conceitos da seguinte forma: a romaria, mesmo tendo um forte carácter religioso, diferencia-se pelo seu lado festivo e de lazer; enquanto as peregrinações são marcadas pela devoção e penitência<sup>100</sup>.

Existe, igualmente, a necessidade de entender que o conceito peregrinação não está ligado ao termo turismo, pois este tende a caracterizar-se pelo restabelecimento da fadiga e pelo lazer<sup>101</sup>. Compreende-se, assim, que o turismo é um fenómeno secular, algo que não se aplica à noção de turismo religioso. Maria Graça Santos, na sua obra *Espiritualidade, turismo e território*, faz uma distinção dos termos turismo religioso e peregrinação muito semelhante à que Torgal estabelece entre romaria e peregrinação: a autora sugere que “o turismo religioso surge (...) como resultante da confluência de motivações de fé religiosa e de ordem profana, sendo uma realidade híbrida”<sup>102</sup>.

---

<sup>98</sup> RODRÍGUEZ SANTIDRIÁN, Pedro, *Dicionário Básico das Religiões*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995, p. 429.

<sup>99</sup> NADAIS, Catarina Duarte Fontoura, 2010, *O turismo e os territórios da espiritualidade – Os caminhos de Santiago em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Lazer, Património e Desenvolvimento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, pp. 6-7.

<sup>100</sup> TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia...*, cit., p.77.

<sup>101</sup> NADAIS, Catarina Duarte Fontoura, 2010, *O turismo e os territórios...*, cit., p. 10.

<sup>102</sup> SANTOS, Maria da Graça Mougá Poças, *espiritualidade, turismo e território – Estudo Geográfico de Fátima*, Estoril, Principia Editora, 2006, p. 246.

---

Assim, é possível concluir que um aspeto definitivo do conceito peregrinação reside na motivação por parte do peregrino. Nesta questão, várias são as teorias apontadas para conseguir determinar os principais motivos deste tipo de viajante. Em primeiro lugar, Turner sugere que a peregrinação poderá ser interpretada pelo peregrino como um ritual de passagem ou um ato de comunhão, em que se reunirá com outros que experimentarão a mesma viagem. Morinis vê na motivação da peregrinação o desejo de alterar a rotina da vida do indivíduo ou a crença de que essa viagem acabará com as suas dificuldades a partir de promessas ou votos. Por outro lado, Nelson Graburn defende que esta atividade está inteiramente relacionada com a esperança do indivíduo em encontrar uma experiência sagrada. Já Richard Butler considera que a motivação do viajante diverge consoante o local da peregrinação, ou seja, é o local que determina aquilo que cada peregrino espera lá encontrar<sup>103</sup>. No *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dirigido por Carlos Azevedo, é relacionado o ato de peregrinar com a tentativa de experienciar, novamente, as antigas práticas nómadas, ou seja, este fenómeno caracterizar-se-ia pela fuga à monotonia do homem já instalado, razão esta que leva José da Silva Lima a justificar o aumento das peregrinações na Época Contemporânea<sup>104</sup>.

Neste contexto, é pertinente definir, também, o conceito de ritual. Tendo em conta a opinião de Van der Hart, este termo pode ser entendido como um conjunto de práticas simbólicas realizadas de forma estipulada. Já Tambiah define o conceito ritual como um grupo de atos padronizados influenciados pelas diferentes realidades culturais. Em 2008, Bêrtas afirma, ainda, que esta repetição de práticas está relacionada com as tradições<sup>105</sup>.

O exercício da peregrinação é uma prática antiquíssima. Já na Antiguidade Clássica se caminhavam longos percursos em busca de algo considerado sagrado. Exemplo disso são as peregrinações gregas a Panatenéia ou a visita a cidades gregas para consultar os vários oráculos (como o conhecido Oráculo Sagrado de Apolo)<sup>106</sup>.

Na Idade Média, era comum a população desejar alcançar uma vida espiritual intensa, e essa começaria com a prática da oração. No entanto, as orações recitadas ou cantadas pelos monges, eram praticamente desconhecidas pelo resto da sociedade. Segundo André Vauchez, a maioria da população saberia apenas recitar a primeira parte da Ave Maria. Deste modo, o

---

<sup>103</sup> BASTOS, Cecília dos Guimarães, “Perspectivas Antropológicas sobre o turismo religioso: atravessando as fronteiras do turismo e da peregrinação”, *Debates do NER*, ano 18, n. 31, pp. 315-318.

<sup>104</sup> LIMA, José da Silva, “Peregrinações (antropologia e teologia)” in AZEVEDO, Carlos Moreira, *Dicionário de História religiosa em Portugal*, vol. P-V, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 430.

<sup>105</sup> GIME, Guilhermina Francisca Teodora, *Os rituais familiares em Angola: estudo comparativo entre amostras de Cabinda e Benguela*, Dissertação de Mestrado, Psicologia Clínica e Saúde, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, p. 2.

<sup>106</sup> NADAIS, Catarina Duarte Fontoura, 2010, *O turismo e os territórios...*, cit., p. 16.

---

cristão da Idade Média, impossibilitado de comunicar com Deus através da oração, tenta encontrar esse contacto de outras formas, e uma delas era a peregrinação<sup>107</sup>. No século XII, já existiam vários locais frequentados por peregrinos como Jerusalém, Roma, Santiago de Compostela, São Nicolau de Bari ou São Miguel do Gargano<sup>108</sup>.

### 3.1 – Culto mariano

Para tratar o tema das peregrinações a Fátima, é necessário proceder a uma pequena análise sobre o culto mariano para uma melhor compreensão da veneração à figura de Nossa Senhora de Fátima.

Existem poucas informações sobre Maria no Novo Testamento. Apenas dois evangelistas (Lucas e Mateus) mencionam o papel da Mãe de Deus no dia do nascimento de Cristo em Belém. No Evangelho de João, esta figura surge somente no episódio das Bodas de Caná e, na parte final do texto, quando Maria aparece junto à cruz do seu filho. Já nos Atos dos Apóstolos, existe só uma referência à mãe de Jesus quando é dito que Cristo estava reunido a rezar “e todos unidos pelo mesmo sentimento, entregavam-se assiduamente à oração, com algumas mulheres, entre as quais Maria, mãe de Jesus”<sup>109</sup>. Deste modo, o culto mariano não se inicia rapidamente, será só a partir do Concílio de Éfeso (431) que começam a surgir referências sobre a piedade mariana<sup>110</sup>.

Na Idade Média, é visível o aumento da popularidade da imagem de Maria que causou o alargamento da sua presença nos textos litúrgicos, na literatura, nas festas religiosas e na multiplicação de novas invocações da figura da mãe de Jesus. É neste contexto que aparecem novas orações (como a Ave-Maria), capelas, igrejas e estátuas em homenagem a Nossa Senhora. É, igualmente, durante a Época Medieval que se encontram várias relíquias desta figura. Deste modo, o fenómeno das aparições e dos milagres foi, igualmente, aumentando neste período<sup>111</sup>.

Durante a Época Moderna, a comunidade cristã viu-se atingida pelo Protestantismo que desaprovava o culto mariano. A resposta dos católicos foi aumentar significativamente a devoção a Maria. A Idade Moderna foi marcada pelo fenómeno de coroar as estátuas de Nossa

---

<sup>107</sup> VAUCHEZ, André, *A Espiritualidade Da Idade Média Ocidental – séc. VIII-XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, p. 179.

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*, p. 180.

<sup>109</sup> At. 1, 14. Ver SHEMANN, Alexander, *Celebration of faith – The Virgin Mary*, New York, St Vladimir’s Seminary Press, 2001, p.13.

<sup>110</sup> MENDES, Inês Patrício, *Emergência do culto mariano nos inícios do Cristianismo*, dissertação de mestrado, História e Cultura das Religiões, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, p. 14.

<sup>111</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos”, *Revista da Faculdade de Letras*, 4, 1987, p. 228.

---

Senhora, tratando-a como realeza, sendo que foi considerada rainha de vários países. Ainda neste período, é necessário destacar a criação de diversas ordens religiosas dedicadas a diferentes invocações da mãe de Jesus<sup>112</sup>. A vaga de visões da figura de Maria é notória no início da Época Moderna como o caso de Teresa de Ávila (que afirma ter visto a Virgem com São José ao seu lado no dia da sua Assunção); ou o de Juan Diego (em que Maria lhe terá aparecido numa montanha em Tepeyac, sendo mais tarde consagrada como Nossa Senhora de Guadalupe)<sup>113</sup>.

Segundo Geraldo J. A. Coelho Dias, o auge do culto mariano deu-se na Idade Contemporânea pois ocorreu uma recuperação de antigas práticas e o aparecimento de novos rituais. Esta época caracterizou-se pelo surgimento dos meses de Maria, pelas novas congregações associadas a Nossa Senhora, pelas novas festas e, sobretudo, pelo aumento do fenómeno das aparições<sup>114</sup>. Neste tema, vários são os exemplos existentes: Nossa Senhora das Graças (1830); Nossa Senhora de La Salette (1846); Nossa Senhora de Lourdes (1858); Nossa Senhora de Pointman (1871); Nossa Senhora de Fátima (1917); Nossa Senhora de Beauraing (1932-1933); Nossa Senhora de Banneux (1933); Nossa Senhora de Medjugorje (1981- ); Nossa Senhora de Akita (1969-1978), entre outros<sup>115</sup>.

É bastante claro que, segundo a doutrina católica e ortodoxa, a figura de Maria não tem poder direto para realizar os desejos das orações dos cristãos, mas, de uma forma maternal, age como uma mediadora das mensagens dos crentes junto do seu filho. É possível entender esta falta de poder pelo monoteísmo da religião cristã, mas também revela a submissão e pureza da figura de Maria que se submete apenas à vontade do filho Deus<sup>116</sup>.

Uma característica marcante da figura de Maria é a sua aparente inquietação com a guerra. Vários são os casos em que, num cenário bélico, os cristãos viraram as suas atenções para Maria na hora de rogar pela paz, o que, por vezes, resultaria na sua intervenção beneficiando um dos lados do conflito. Exemplo disto foi a sua hipotética contribuição na defesa de Chartres contra os Normandos; ou, na revolução mexicana, com a sua intervenção na vitória dos revolucionários<sup>117</sup>.

---

<sup>112</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos”, *Revista da Faculdade de Letras*, 4, 1987, p. 229.

<sup>113</sup> WARNER, Marina, *Alone of all her sex – The myth and the cult of Virgin Mary*, Oxford, Oxford University Press, 1976, pp. 308-310.

<sup>114</sup> DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “A devoção do povo português...”, cit., p. 229.

<sup>115</sup> FLINN, Frank K., “Mary of Nazareth” in FLINN, Frank K., *Encyclopedia of world religions: Encyclopedia of Catholicism*, New York, Facts on File, 2007, pp. 445-447.

<sup>116</sup> WARNER, Marina, *Alone of all her sex...*, cit., pp. 291-294.

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*, pp. 310-311.

---

Vários relatos de visões revelam que a figura da Virgem tem uma grande estima pela reza do terço. Marina Warner, na sua obra *Alone of All Her Sex – The Myth and the Cult of Virgin Mary*, dá como exemplos os casos de Fátima, de Lourdes, de La Salette ou de Pontmain em França. Outro aspeto comum a muitos cenários de visões é o aparecimento da Virgem a crianças, maioritariamente pobres e com pouca educação académica<sup>118</sup>.

### 3.1.1 – Culto mariano em Portugal

Desde o início do seu reinado que D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, proclamou a Virgem Maria Padroeira de Portugal. O primeiro altar de culto dedicado à mãe de Deus foi colocado em Alcobaça em 1252, surgindo, assim, Santa Maria de Alcobaça, quando da conquista de Santarém. Durante o reinado do primeiro rei português, o país ainda iria assistir ao nascimento dos templos de Santa Maria de Alcáçova e de Nossa Senhora dos Mártires, em Lisboa<sup>119</sup>.

Em julho de 1385, o exército de D. João I de Castela invade Portugal com o objetivo de conquistar o trono português. Na madrugada de 14 de agosto (antes da batalha de Aljubarrota) o Mestre de Avis faz a promessa de erguer naquele local um mosteiro em homenagem a Nossa Senhora caso consiga vencer o exército castelhano. No ano seguinte, após a vitória, o Mestre, agora rei D. João I, cumpre a sua promessa com o início da construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Mosteiro da Batalha)<sup>120</sup>. O novo monarca comprovou, inúmeras vezes, o seu apreço por Nossa Senhora da Assunção, sendo exemplo disso os altares dedicados a Maria durante o seu reinado, todos dedicados a Nossa Senhora da Assunção<sup>121</sup>. Mais tarde, durante a governação de D. Manuel I, outro imponente monumento foi criado em homenagem à mãe de Deus, o Mosteiro dos Jerónimos, no Restelo, que se tratou, igualmente, de um agradecimento, mas desta vez, pela conquista marítima conseguida pelo povo português<sup>122</sup>.

Já D. João IV, demonstrou um grande fascínio pela Nossa Senhora da Conceição. Por essa razão, o monarca (e o príncipe D. Teodósio) promete dar a sua própria vida pela Virgem Senhora Mãe de Deus e defender a sua conceção sem pecado. Além disso, em 1646, decretou que a Virgem Maria fosse considerada a Padroeira do Reino. Depois disso, nenhum rei

---

<sup>118</sup> WARNER, Marina, *Alone of all her sex...*, cit., pp. 316-319.

<sup>119</sup> COELHO, Francisco José Senra, *Nossa Senhora e a História de Portugal*, Lisboa, PAULUS Editora, 2018, pp. 20-21.

<sup>120</sup> OLIVEIRA, Miguel de, “Nossa Senhora na devoção dos reis e governantes” in LIMA, Fernando de Castro Pires de, *A Virgem e Portugal*, Porto, Edições Ouro, [19--?], pp. 95-96.

<sup>121</sup> COELHO, Francisco José Senra, *Nossa Senhora e a História...*, cit., pp. 25-27.

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*, p. 39.

---

português colocou, novamente, a coroa na cabeça<sup>123</sup>. Neste contexto, no mesmo ano, o reitor da Universidade de Coimbra, D. Manuel de Saldanha, impõe que o juramento dado aos graduados se iniciasse com a afirmação de defender o Mistério da Imaculada Conceição. Ainda em 1646, foi ratificado o ato das Cortes ficando registado que a Padroeira da Portugal era Nossa Senhora da Conceição. Em 1648, as moedas passaram a ostentar a imagem de Nossa Senhora da Conceição<sup>124</sup>.

Outra homenagem e agradecimento à Virgem de um monarca português, ocorreu em 1818, mas, desta vez, no Brasil. Tratava-se da criação da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição, pelo rei D. João VI, pela graça do fim das invasões napoleónicas<sup>125</sup>. Ainda no século XIX, com o início da época do Liberalismo, foi erguido o maior altar a Maria no norte de Portugal, em Sameiro, ficando com o nome de Nossa Senhora do Sameiro<sup>126</sup>.

Em 1707, Frei Agostinho de Santa Maria afirma que “não só todas as Catedrais de Portugal são dedicadas a Maria Senhora Nossa; mas todas as Igrejas matrizes de todas as Cidades, Vilas e Lugares, e muitas delas Templos sumptuosíssimos, e de muita riqueza, e alem destas outros muitos templos, e Ermidas”<sup>127</sup>. Na verdade, segundo o autor, existiam só em Lisboa 13 capelas ou altares em homenagem a diferentes mistérios da Mãe de Deus. Dos 46 conventos de religiosos situados na capital, 25 eram dedicados à Virgem Maria. Quanto aos recolhimentos de mulheres e conventos de religiosas consagrados a Nossa Senhora, eram 19 de um total de 36. Já as paróquias, que eram 43, 13 homenageavam a Mãe de Deus, existindo ainda 29 ermidas dedicadas a Nossa Senhora<sup>128</sup>.

Em Portugal, realizam-se atualmente 216 romarias; entre essas, 99 prestam culto à imagem de Maria, 20 a Cristo e 83 em homenagem a diferentes santos. Em relação ao culto mariano, a mãe de Deus tem 68 títulos distintos, com origem na localização ou em alguma ação ou emoção que provocaram na humanidade<sup>129</sup>.

Entre os vários locais em que se procede à veneração da Virgem destaco a Igreja da Nossa Senhora da Agonia que consiste no maior centro de peregrinação da zona do Minho desde meados do século XVIII. Esta figura, segundo Marco Daniel Duarte, está associada à

---

<sup>123</sup> COELHO, Francisco José Senra, *Nossa Senhora e a História...*, cit., pp. 45-47.

<sup>124</sup> OLIVEIRA, Miguel de, “Nossa Senhora na devoção dos reis...”, cit., p. 105.

<sup>125</sup> COELHO, Francisco José Senra, *Nossa Senhora e a História...*, cit., p. 57.

<sup>126</sup> Idem, *ibidem*, p. 68.

<sup>127</sup> SANTA MARIA, Agostinho de, *Santuário Mariano e a história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos pregadores, e dos devotos da mesma senhora*, Lisboa, Miscelânea, 1933 [1707], p. 16.

<sup>128</sup> Idem, *ibidem*, pp. 16-18.

<sup>129</sup> SANCHIS, Pierre, *Arraial: Festa de um povo: as romarias portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom quixote, 1983, pp. 45-46.

---

proteção dos pescadores. Outro local que é importante destacar é o Santuário da Nossa Senhora do Sameiro em Braga. Em Portugal, este lugar surge como um dos principais locais de culto à figura de Maria e a sua celebração ocorre no primeiro fim-de-semana de junho, data em que o Papa Pio X coroou a imagem da Nossa Senhora do Sameiro. O Santuário da Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, também merece a sua menção neste trabalho devido à grande concentração de massas que consegue reunir desde a Idade Média. O tipo de peregrinação realizado neste espaço é caracterizado pelo seu lado festivo com fogo-de-artifício, concertos e atividades desportivas<sup>130</sup>.

### 3.2– Peregrinações a Fátima

Quando se analisa o tema das peregrinações a Fátima, é imprescindível a utilização do estudo de Luís Filipe Torgal, *O sol bailou ao meio-dia*. O autor afirma que, em 1919, o culto protagonizado pelos peregrinos não tinha qualquer ordem ou organização. No entanto, essa situação alterou-se rapidamente e, em 1921, com a compra de vários terrenos da Cova da Iria por parte do clero, a diocese de Leiria consegue instalar a ordem e autoriza, assim, que as missas ocorressem ao redor da Capelinha das Aparições nos dias 13 de cada mês<sup>131</sup>.

Existem registos de que, já em 1922, se vendiam artigos religiosos, comida e bebida na Cova da Iria nos dias 13, algo que o bispo de Leira não aprovava, tentando manter a ordem e a o espírito de penitência dos peregrinos para que estes não se distraíssem com práticas que pudessem desgostar a Virgem. Os esforços da Igreja em controlar as ações praticadas em Fátima levaram a que as peregrinações ao local começassem a distinguir-se de outras. Enquanto os peregrinos da Nossa Senhora dos Remédios ou da Nossa Senhora da Agonia encaram a viagem como um ato de devoção e de diversão, os que caminhavam para Fátima começam a ser caracterizados como ordeiros e silenciosos<sup>132</sup>.

Nos anos vinte, os rituais praticados na Cova da Iria assemelham-se àqueles que são realizados na atualidade: manifesta-se devoção a uma imagem; a imagem é transportada num andor; os peregrinos cumprem as suas promessas; e, no fim, levam consigo ramos de oliveira, terra ou água de Fátima<sup>133</sup>.

---

<sup>130</sup> DUARTE, Marco Daniel, *Caminhos Marianos*, Lisboa, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja/Turismo de Portugal, 2014, pp. 17-74.

<sup>131</sup> TORRAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia...*, cit., pp. 80-81.

<sup>132</sup> Idem, ibidem, pp. 82-83.

<sup>133</sup> Idem, ibidem, p. 84.

---

Outro historiador que se debruçou sobre o tema das peregrinações a Fátima foi Bruno Cardoso Reis que analisou este assunto a partir do jornal *Novidades*. O investigador explica que, nos relatos encontrados, é visível a frequente utilização de meios de transporte que surgem como indispensáveis para a viagem feita pelo peregrino e que a importância que Fátima ganhava no seio eclesiástico estaria a aumentar pela ida de vários bispos portugueses ao local, a partir de 1926<sup>134</sup>.

Bruno Cardoso Reis afirma que o número de peregrinos foi aumentando de tal forma que os jornais não tinham outra hipótese senão de relatar estes fenómenos, facto que também não escapou ao *Novidades*. O historiador chama ainda à atenção o facto de esta junção de massas ser algo inédito no país, pois eram pessoas provenientes de todos os cantos de Portugal<sup>135</sup>.

Tendo como fonte as *Novidades*, como se disse, o investigador consegue, de igual modo, resumir a maioria dos rituais realizados pelos peregrinos quando da sua entrada na Cova da Iria, a partir da segunda metade dos anos vinte. A chegada ocorria, maioritariamente, no dia 12 de maio em que se realizava a procissão das velas. No dia seguinte, os peregrinos assistiam à missa na Capelinha, era depois dada a bênção aos doentes e, por fim, procediam ao ritual do “adeus” à imagem da Virgem. Algo também muito noticiado pela revista *Novidades* eram as curas milagrosas que foram sendo relatadas por várias pessoas que se dirigiam à Cova da Iria<sup>136</sup>.

Quem também analisou a história de Fátima e, mais concretamente, o fenómeno das peregrinações, foi Jeffrey S. Bennett na sua obra *Quando o sol dançou – Fátima e Portugal*. O historiador começa a sua análise logo a partir de 1917. Conclui que apesar da grande afluência de pessoas na Cova da Iria nos momentos das visões, as motivações dos viajantes eram bastante distintas. A maioria dos peregrinos tinha o objetivo de verificar se os boatos que ouvira ou lera eram reais; outros apareciam em Fátima com a crença de receber um sinal proveniente da Virgem Maria; e iam, igualmente, grupos mais céticos (maioritariamente cidadãos) que realizavam a viagem até ao local com o intuito de troçar dos crentes nas aparições<sup>137</sup>.

Bennett refere, igualmente, as dificuldades impostas pelo governo no início da década de 1920 aos peregrinos de Fátima. Tendo em conta que a Lei da Separação de 1911 proibia práticas religiosas como as procissões, não espanta a decisão da Câmara Municipal de Ourém

---

<sup>134</sup> REIS, Bruno Cardoso, “Fátima: a Recepção nos Diários Católicos (1917-1930)”, *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 2001, p. 273-275.

<sup>135</sup> Idem, *ibidem*, p. 275.

<sup>136</sup> Idem, *ibidem*, p. 283.

<sup>137</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., pp. 166-168.

---

(em 1920) de interromper a circulação de transportes com a tentativa de travar a aglomeração de fiéis na Cova da Iria<sup>138</sup>.

Apesar dos obstáculos que estes viajantes enfrentaram no início da década, Jeffrey S. Bennett afirma que, em meados dos anos vinte, já grupos de peregrinos bastante organizados se dirigiam ao local de análise, levando consigo estandartes e proclamando cânticos. Além disso, ainda neste período, nas celebrações de 13 de outubro, a Cova da Iria chegou a receber cerca de 140.000 visitantes. Já na década seguinte, o número aumentara para um milhão de indivíduos<sup>139</sup>.

O Cónego Casimir Barthas analisou, igualmente, o fenómeno de Fátima, não lhe tendo escapado o tema das peregrinações e do culto prestado a Nossa Senhora de Fátima. O investigador consegue descrever, com algum detalhe, como chegavam os primeiros viajantes à Cova da Iria nos primeiros anos após as Aparições:

“Nos domingos à tarde e nos dias 13 de cada mês, os caminhos (não podia então falar-se de estradas) que conduziam à Cova da Iria viam passar milhares e dezenas de milhar de pessoas. Os homens levavam ao ombro o saco ou o cesto na ponta de um bordão; as mulheres iam com os filhos ao colo e muitas vezes ainda com um cesto na cabeça.

As testemunhas desses tempos afirmam que nunca ninguém parecia cansado, mesmo ao fim de vários dias de marcha. Evidentemente, todas aquelas pessoas acampavam como podiam”<sup>140</sup>.

Barthas explica que o início das peregrinações à Cova da Iria surge apenas a partir da vontade dos fiéis, pois Nossa Senhora, em 1917, nada terá pedido, nem o próprio bispo de Leiria, que afirma que os peregrinos já iam visitando Fátima muito tempo antes de este proferir as suas opiniões sobre o assunto<sup>141</sup>.

O Cónego faz, ainda, alusão às consequências do aumento de peregrinos na Cova da Iria, como a criação da associação Servitas de Nossa Senhora de Fátima, em 1924 (como já referido), dirigida inicialmente pelo Dr. Carlos Mendes, então Presidente da Câmara de Torres Novas. Esta associação tinha como funções o auxílio dos doentes (como o seu transporte e cuidados médicos) e da organização da multidão em Fátima. Todos estes serviços eram prestados de forma voluntária pelos servitas<sup>142</sup>.

O crescimento dos peregrinos impulsionou, igualmente, o número de doentes que visitavam a Cova da Iria. É neste contexto que, como já mencionámos, é erguido em 1929 o

---

<sup>138</sup> BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou...*, cit., p. 187.

<sup>139</sup> Idem, ibidem, p. 194.

<sup>140</sup> BARTHAS, Casimir, *Fátima, os testemunhos, os documentos*, Lisboa, Edições Aster, 1967, p. 170.

<sup>141</sup> Idem, ibidem, p. 170.

<sup>142</sup> Idem, ibidem, pp. 181-182.

---

hospital (albergue) dos doentes. Ainda no mesmo ano, se inicia a construção da Obra dos Retiros Fechados, edifício que ficou finalizado em 1930 e para lá terão ido em retiro 200 pessoas nesse ano. No final da década o número anual já ultrapassava os mil crentes. Existiam retiros específicos para diversos grupos como médicos, advogados, elementos do clero, etc. Em 1934 surge a Pia União da Cruzada de Fátima que visava a propagação da mensagem de Deus, auxiliando o papel da Ação Católica. Passados apenas quatro anos, já estavam inscritos mais de 500 mil cruzados<sup>143</sup>.

---

<sup>143</sup> BARTHAS, Casimir, *Fátima, os testemunhos...*, cit., pp. 184-185.

---

## 4- A caminho da Cova da Iria

### 4.1– Organização nas dioceses

A prática da peregrinação é constituída pelo trajeto do viajante até ao local pretendido e pelos rituais religiosos e culturais que executa na sua chegada. No entanto, previamente, existe uma preparação realizada no local de origem do crente quando este se incorpora numa peregrinação diocesana. Sobre este tema, iremos utilizar como fonte os jornais *Voz de Lamego* e *A Guarda*, pelo seu distanciamento geográfico da Cova da Iria e, também, o *Manual do Peregrino da Fátima* por conter algumas orientações sobre o tema.

O primeiro facto a destacar é a ausência de artigos nessas publicações sobre a organização de peregrinações oficiais nos anos 1920. Este silêncio pode indicar que, pelo menos nestas localidades e no espaço cronológico analisado, não tenham ocorrido peregrinações em grande número até à Cova da Iria. Algumas das possíveis causas para este fenómeno são a proximidade temporal com o momento das Aparições, que não tinham, ainda, permitido o aumento de crentes e de curiosos sobre Fátima e, também, a proibição das práticas religiosas na Cova da Iria, assunto que iremos analisar no próximo capítulo.

Antes de nos debruçarmos sobre as peregrinações organizadas é importante referir que, no jornal *Voz de Lamego*, era costume, nos anos 1930, anunciar-se a ida de pessoas da região até Fátima, como foi o caso do Sr. Joaquim Pinto Osório e família e do Sr. Amadeu José dos Santos:

“Partiu para Fátima a fim de se incorporar na grandiosa peregrinação do dia 13 – o nosso estimado amigo e assinante, Sr. Joaquim Pinto Osório, acompanhado de sua ex.<sup>ma</sup> família. Com o mesmo destino, ausentou-se de Lamego o nosso amigo e assinante Snr. Amadeu José dos Santos”<sup>144</sup>.

Segundo o *Manual do Peregrino da Fátima*, antes do planeamento da peregrinação, era necessário proceder às devidas autorizações:

---

<sup>144</sup> “Para Fátima”, *Voz de Lamego*, nº 184, 13 de maio de 1934.

---

“Para que as peregrinações ao Santuário da Fátima sejam consideradas como tais, gozando dos privilégios que lhes são concedidos, precisam de autorização, por escrito, do Ex.<sup>mo</sup> Prelado da respectiva diocese. O despacho do Ex.<sup>mo</sup> Prelado deve ser enviado, com a devida antecipação, ao Rev. Dr. Marques dos Santos, Vice-Reitor do seminário de Leiria, superiormente encarregado de dirigir as peregrinações”<sup>145</sup>.

As peregrinações diocesanas tinham uma comissão responsável por organizar o transporte, a receção do pagamento, a hospedagem e outros detalhes necessários à viagem. Era comum o próprio jornal fornecer as indicações aos leitores de como e onde se poderiam inscrever: “A inscrição está aberta na Livraria Azeredo ao preço de 85\$00 por pessoa, sendo pagos, logo de entrada, 50% dessa quantia”, esclarece-se em Lamego em 1934<sup>146</sup>.

Tomemos como exemplo a organização da peregrinação diocesana da Guarda a Fátima que se realizaria a 13 de setembro de 1935. A comissão começa por publicar a sua decisão sobre o transporte utilizado (neste caso, dois comboios especiais que chegariam até Leiria e Chão de Maçãs e, a partir desse local, existiriam autocarros e carros alugados esperando pelos peregrinos)<sup>147</sup>. Mais tarde, é anunciado o preço (66\$00) e o método de inscrição: “para a inscrição bastará mandar o nome e vinte escudos, que serão incluídos no preço do bilhete”<sup>148</sup>.

É recorrente a tentativa por parte das dioceses de se destacar na multidão da Cova da Iria, sendo exemplo disso a determinação de utilização de emblemas ao peito<sup>149</sup> ou de lanternas: “essa lanterna deve ser suficientemente grande para que possa ostentar, dos dois lados, a nossa diocese”<sup>150</sup>.

Nos anos 1940, os procedimentos eram semelhantes aos realizados na década anterior, com algumas exceções. Em primeiro lugar, tanto na Guarda, como em Lamego, na semana anterior à peregrinação diocesana, realizava-se, agora, uma preparação espiritual proporcionada pela comissão responsável<sup>151</sup>. Além disso, a organização no seio das dioceses parece ser cada vez mais bem planeada, pois até o próprio boletim de inscrição deveria de ir “acompanhado da quantia de 5\$00 que se destina à aquisição da vela para a procissão, distintivo de peregrino e manual respectivo”<sup>152</sup>.

---

<sup>145</sup> “Instruções – Aos srs. Directores das peregrinações ao Santuário da Fátima”, *Manual do peregrino da Fátima*, 1 de maio de 1935.

<sup>146</sup> “Excursão a Fátima”, *Voz de Lamego*, nº 204, 29 de setembro de 1934.

<sup>147</sup> “A Guarda em Fátima”, *A Guarda*, nº 1447, 24 de maio de 1935.

<sup>148</sup> “A Guarda em Fátima”, *A Guarda*, nº 1452, 28 de junho de 1935.

<sup>149</sup> “A Guarda em Fátima”, *A Guarda*, nº 1456, 26 de julho de 1935.

<sup>150</sup> “Peregrinação a Fátima – Instruções aos peregrinos”, *A Guarda*, nº 1462, 6 de setembro de 1935.

<sup>151</sup> “Grande peregrinação operária a Fátima”, *Voz de Lamego*, nº 666, 26 de agosto de 1943.

<sup>152</sup> “Grande peregrinação operária a Fátima”, *A Guarda*, nº 1870, 3 de setembro de 1943.

---

## 4.2– A escolha do transporte

Uma das principais características da prática da peregrinação é a própria locomoção do viajante até ao local pretendido. Sobre este assunto, as fontes analisadas revelam-nos que o peregrino de Fátima foi alterando, ligeiramente, a forma de se movimentar ao longo dos tempos.

Em primeiro lugar, é necessário destacar uma característica comum em todas as décadas analisadas: a heterogeneidade de formas de locomoção, e que refletem a existência de vários grupos sociais: “camions, camionettes, automóveis, charretes, carroças, carros de bois”, escreve-se em 1925<sup>153</sup>. Esta diversidade de transportes é encontrada até ao fim da época em análise: “Nas imediações do recinto sagrado, vêem-se milhares de automóveis, camionetas e outros meios de transporte”<sup>154</sup>.

Destacando, agora, a década de 1920, o ponto de maior relevo são as raras referências a peregrinos apeados e, quando referenciados, a sua chegada à Cova da Iria a pé é descrita com alguma estupefação: “Gente que vem a pé de dezenas de léguas!”<sup>155</sup>. Logo no início dos anos 1920, existiam comboios especiais para os dias mais movimentados que partiam de Lisboa<sup>156</sup> e paravam em todas as estações a caminho de Seiça (uma das estações mais próximas de Fátima)<sup>157</sup>. Além do comboio, o autocarro e o carro particular eram escolhidos para esta viagem. Um fator característico apenas desta época é a utilização de camiões, como foi o caso de uma peregrinação diocesana vinda de Coimbra: “Compunha-se esta peregrinação de 8 camions que transportavam mais de 300 pessoas”<sup>158</sup>. Estes veículos não reuniam as condições necessárias ao transporte de pessoas, nomeadamente devido à exposição às condições climáticas, como foi o caso desta excursão que realizou todo o percurso de seis horas à chuva<sup>159</sup>.

Durante a década de 1930, a utilização do camião perde a sua importância, dando lugar à utilização dos comboios especiais, agora não só a partir de Lisboa, mas também do Porto, Braga, Guarda e Coimbra. Este meio de transporte parece ser bastante popular pela quantidade de referências sobre o esgotamento de lugares<sup>160</sup>, mas é nesta época, também, que surge um maior número de referências de peregrinos vindo a pé: “Os peregrinos das freguesias mais

---

<sup>153</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação nacional – 13 de Maio de 1925”, *Voz de Fátima*, nº 33, 13 de junho de 1925.

<sup>154</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação de maio”, *Voz de Fátima*, nº 273, 13 de junho de 1945.

<sup>155</sup> “A romagem à Senhora de Fátima”, *Novidades*, 14 de outubro de 1925, doc. 677 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, p. 506.

<sup>156</sup> Nesta década, só existem referências de comboios especiais vindos da capital.

<sup>157</sup> “Peregrinação à Fátima”, *Novidades*, 11 de outubro de 1925, doc. 673 de *Documentação Crítica de Fátima*, Vol. IV, t.3, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, p. 496.

<sup>158</sup> “Peregrinação a Fátima”, *O Mensageiro*, nº 440, 20 de outubro de 1923.

<sup>159</sup> *Idem*.

<sup>160</sup> “Peregrinação da Diocese de Leiria a Fátima”, *O Mensageiro*, nº 930, 8 de julho de 1933.

---

próximas – a 20, 30 e mais quilómetros – fazem o trajecto a pé”<sup>161</sup>. No entanto, grupos organizados de peregrinações apeadas até à Cova da Iria não eram, ainda, comuns neste período.

Antes de nos debruçarmos sobre as principais características desta matéria nos anos 1940, é necessário recordar o contexto social e económico do país. Embora Portugal não tivesse entrado na segunda grande guerra, a economia portuguesa estava a sofrer o seu impacto que era evidente pela escassez dos mais variados produtos, nomeadamente do combustível e de peças de meios de transporte. É neste contexto que o jornal *Voz de Fátima* e o jornal *A Guarda* publicam vários artigos em que é claramente justificada a chegada em massa de peregrinos a pé à Cova da Iria devido às dificuldades de abastecimento do país. Estes viajantes foram apelidados de “Peregrinos à moda antiga”<sup>162</sup>:

“Dois factos assinalaram a peregrinação de ontem: a presença de todo o Episcopado em Fátima, a presença de milhares de peregrinos que ali chegaram a pé, tendo percorrido grandes distancias. A falta de transportes não entibiu a devoção e piedade dessa gente. De vários e remotos lugares do país, do Minho ao Algarve, grupos densos calcorream caminhos ásperos e ínvios, para não faltarem”<sup>163</sup>.

É, desta forma, que os anos 1940 são marcados pelo aumento significativo da escolha da viagem realizada a pé e, conseqüentemente, do aumento de grupos organizados que se deslocavam deste modo, que, agora, partiam de locais mais longínquos como Lisboa ou Coimbra: “Na véspera por iniciativa dos rapazes da Diocese de Coimbra que vieram a pé realizou-se a procissão das velas”<sup>164</sup>.

Apesar deste fenómeno, a heterogeneidade de formas de locomoção continuava a ser uma realidade nos anos 1940: “Vieram de todos os pontos do país em camionetas, em automóveis, em veículos de tracção animal, em solípedes, a maior parte a pé”<sup>165</sup>.

#### 4.3– Os diferentes trajetos

Na primeira metade do século XX, a Cova da Iria situava-se numa zona pouco urbanizada, não possuindo paragens rodoviárias e ferroviárias. Assim, o peregrino que optasse pelo comboio ou pelo autocarro para se dirigir a Fátima, teria de parar nas regiões limítrofes.

---

<sup>161</sup> “Peregrinação da Diocese de Leiria a Fátima”, *O Mensageiro*, nº 930, 8 de julho de 1933.

<sup>162</sup> “Peregrinação operária a Fátima”, *A Guarda*, nº 1874, 1 de outubro de 1943.

<sup>163</sup> “Peregrinos a pé”, *A Guarda*, nº 1854, 14 de maio de 1943.

<sup>164</sup> MONTELO, Visconde de, “A peregrinação de Abril 13”, *Voz de Fátima*, nº 248, 13 de maio de 1943.

<sup>165</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação nacional (12 e 13 de Maio)”, *Voz de Fátima*, nº 261, 13 de junho de 1944.

---

Esta prática manter-se-ia durante todo o período estudado pois não foram criadas novas estações.

As estações mais usadas pelos peregrinos foram as de Leiria, Seiça, Chão de Maçãs, Entroncamento, e Torres Novas. Quanto aos trajetos praticados desde a estação até Fátima, podemos conhecê-los através do *Manual do peregrino da Fátima*, que fornece várias informações pormenorizadas:

- “1 - Linha de Oeste – Estação de Leiria. Leiria, Cortes, Reguengo de Fetal, Fátima.
- 2 - (caminho mais curto). Leiria, Barreira, Reguengo de Fetal, Fátima.
- 3 - (com vantagem em passar pelo Mosteiro da Batalha). Leiria, Batalha, Reguengo de Fetal, Fátima.
- 4 - (por Alcobaça com vantagem de visitar os Mosteiros de Alcobaça e Batalha). Estação de Valado, Alcobaça, Batalha, Reguengo de Fetal, Fátima.
- 5 - Linha do Lena – Martingança, Batalha, tomando aí transporte ou seguindo a pé (16k) por Reguengo do Fetal, Fátima.
- 6 - Linha do Norte – Estação de Albergaria: (com paragem de todos os comboios) Albergaria, Caranguejeira, estrada de Caldelas até perto dos Cardosos, estrada de Leiria a Vila Nova de Ourém e daí a Fátima.
- 7 - Estação de Caxarias, apeadeiro de Ceissa – Ourém, estação de Chão de Maçãs e Vila Nova de Ourém e daí a Fátima.
- 8 - Estações do Entroncamento e Torres Novas a esta vila; e daí pelo Pedrógão, Ameixoeira à Fátima.<sup>166</sup>”.

Os peregrinos que chegassem a qualquer uma destas estações, possuíam depois várias alternativas de transporte: se o viajante chegasse a Leiria, poderia apanhar um dos quatro autocarros diários que passavam por Fátima ou proceder ao aluguer de um carro. O aluguer de um veículo por reserva ficava por 90 escudos, o que era incompatível com as posses da maioria dos peregrinos. Quem chegava a Ourém só tinha a possibilidade de alugar um carro que lhes iria custar 40 escudos. O mesmo acontecia nas estações de Caxarias e Chão de Maçãs, mas com um diferente preço: 70 escudos. O peregrino que saísse nas estações de Entroncamento ou de Torres Novas teria uma possibilidade mais barata, pois existia um pequeno negócio de autocarros da propriedade de João Clara e C.<sup>a</sup> que conduzia os viajantes dessas duas vilas até Fátima por quatro escudos<sup>167</sup>. A única alteração realizada desde as localidades mais próximas a Fátima acontece a 1945, com a inauguração de uma carreira diária entre a estação de Chão de Maçãs e a Cova da Iria<sup>168</sup>.

Fosse carro alugado ou autocarro diário, nos dias de maior fluxo de peregrinos era habitual o esgotamento de lugares que provocava o aumento de multidões junto às paragens

---

<sup>166</sup> “Indicações úteis aos peregrinos”, *Manual do peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1931.

<sup>167</sup> *Idem*.

<sup>168</sup> “Aviso”, *Voz de Fátima*, nº 275, 13 de agosto de 1945.

---

ferroviárias e rodoviárias, fenómeno que ocorria em todas as regiões que recebessem peregrinos de Fátima: “Milhares de peregrinos estão sendo forçados a esperar, durante horas e horas, por meios de transporte que não podem suprir, suficientemente, uma tal multidão”<sup>169</sup>. Uma opção praticada por vários peregrinos era o aluguer de transporte com alguma antecedência, o que provocava, por vezes, o seu esgotamento, dias antes da peregrinação<sup>170</sup>.

Para muitas pessoas, a viagem para Fátima incluía a visita de outras localidades, como por exemplo o castelo de Ourém e, principalmente, o Mosteiro da Batalha que era, várias vezes, integrado na rota praticada pelas peregrinações: “Foi muito visitado o monumento da Batalha, sendo consecutivos os grupos que o percorreram”, como se relata em 1924<sup>171</sup>.

#### 4.4– O acolhimento da população das regiões limítrofes

Como podemos verificar, a grande maioria dos peregrinos necessitava de parar nas localidades mais próximas para trocar de meio de transporte (e também para pernoitar, como iremos analisar no subcapítulo seguinte). A escolha da região onde o viajante decidia passar podia não só ser influenciada pelo distanciamento geográfico da Cova da Iria, mas também pela qualidade da receção da população nas diferentes localidades.

Existem algumas referências de práticas de auxílio realizadas pelas pessoas que habitavam em locais próximos de Fátima, como por exemplo, no caso dos peregrinos de Coimbra, em 1923, que realizaram seis horas de viagem expostos à chuva, os habitantes de Leiria depressa trataram de os auxiliar, “oferecendo-lhes das suas roupas, enxaguando as que levavam e acudindo com aquecimentos”<sup>172</sup>. Também de Ourém nos chegaram referências de um bom acolhimento por parte dos habitantes que distribuía água aos peregrinos que encontravam e, por vezes, ofereciam as suas casas para os acomodar sem lhes exigir nenhuma retribuição<sup>173</sup>.

No entanto, o clima tenso entre republicanos e católicos pode observar-se em algumas reações dos peregrinos, como em Torres Novas, em 1922, onde alguns habitantes lhes lançaram improperios:

---

<sup>169</sup> “Nossa Senhora de Fátima”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1925, doc. 598 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, p. 353.

<sup>170</sup> “Grandiosa manifestação de fé”, *A Época*, 17 de maio de 1923, doc. 288 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, p. 234.

<sup>171</sup> “Grande peregrinação à Fátima”, *O Mensageiro*, nº 467, 17 de maio de 1924.

<sup>172</sup> “Peregrinação a Fátima”, *O Mensageiro*, nº 440, 20 de outubro de 1923.

<sup>173</sup> “Os acontecimentos de Fátima”, *O Mensageiro*, nº 469, 7 de junho de 1924.

---

“De passagem devemos dizer que muitas pessoas tencionavam vir à Fátima, passando por Torres Novas, resolveram fazê-lo antes por Leiria, em consequência da maneira pouco delicada como aqui foram tratados em Maio passado, sem que de parte das autoridades houvesse a mais pequena censura ou repressão”<sup>174</sup>.

Leiria foi, igualmente, palco de situações semelhantes, embora outro fator nesta cidade provocasse também o desvio de peregrinos: o aumento dos preços. Este assunto foi bastante tratado no jornal *O Mensageiro*, como se pode ler na crónica de outubro de 1925: “Com profunda mágoa vamos registando de mês para mês a diminuição da passagem por Leiria de peregrinos para a Fátima (...) para fugir à exploração que se exerce na cidade”<sup>175</sup>. Apesar de as queixas sobre os insultos dados aos viajantes de Fátima terem cessado logo nos anos 1920, a questão dos preços de Leiria continuou a ser relatada até à década de trinta<sup>176</sup>.

#### 4.5– A hospedagem

Uma prática bastante recorrente entre os peregrinos de Fátima, desde o início da década de 1920 até aos nossos dias, é a chegada ao local no dia 12 de cada mês para participarem na procissão das velas que ocorre nesse dia e para, logo de madrugada, assistirem às primeiras missas do dia 13. Deste modo, a escolha da pernoita de cada viajante, é um aspeto a ter em consideração neste estudo. É claro que as escolhas dos peregrinos evidenciam a heterogeneidade social de quem caminhava até à Cova da Iria.

O peregrino que decidisse dormir num hotel ou pensão possuía, já, em 1930, algumas opções. Estas informações eram dadas pelo *Manual do Peregrino da Fátima* de 1931 que expunha os diferentes estabelecimentos hoteleiros entre Ourém, Fátima e Leiria: Café Leiria, Pensão Modesta, Pensão Ouriense, Pensão Católica e Hotel de Nossa Senhora de Fátima (que possuía uma cabine telefónica)<sup>177</sup>. Nos anos 1940, surgem a Pensão Roque e a Pensão da Sagrada Família<sup>178</sup>. Tal como ocorria com os carros alugados e com os autocarros diários, também os quartos de hotéis e pensões esgotavam rapidamente levando, por vezes, a que os peregrinos tivessem de procurar outras opções de pernoita<sup>179</sup>.

---

<sup>174</sup> “Senhora de Fátima”, *O Almonda*, 14 de outubro de 1923, doc. 349 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 366.

<sup>175</sup> “Peregrinação à Fátima”, *O Mensageiro*, nº 533, 24 de outubro de 1925.

<sup>176</sup> “Os Vicentinos em Fátima – Porque não é feito o acesso a Fátima por Leiria?”, *O Mensageiro*, nº 995, 13 de outubro de 1934.

<sup>177</sup> “Indicações úteis aos peregrinos”, *Manual do peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1931.

<sup>178</sup> “Indicações úteis aos peregrinos”, *Manual do peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1940.

<sup>179</sup> “Portugal Christão”, *A Época*, 15 de outubro de 1925, doc. 679 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 511.

---

É, igualmente, na questão da hospedagem, que se verificam algumas práticas de auxílio prestado pelas populações vizinhas da Cova da Iria. Tomemos novamente como exemplo a peregrinação da diocese de Coimbra de 1923, quando os peregrinos, encharcados pela chuva e sem quartos onde ficar, cedo foram acudidos pela população leiriense que ofereceu locais de abrigo, como as salas da Juventude Católica, da Associação de Caixeiros e da Assembleia Leiriense (club)<sup>180</sup>. Este caso não foi único em Leiria, pois existiam preparativos antes das grandes peregrinações para as poder receber da melhor forma: “Urge que em Leiria se organize uma comissão e que esta procure organizar o cadastro das pessoas que possam e queiram dar pousada nas vésperas das peregrinações”<sup>181</sup>. No entanto, não era só em Leiria que os peregrinos obtinham este tipo de acolhimento; até na aldeia de Fátima se encontram referências a casas de camponeses de portas abertas aos viajantes, embora o Visconde do Montelo (heterónimo do padre Manuel Formigão) não considerasse estas habitações adequadas aos peregrinos da Cova da Iria: “Em Fátima só com dificuldade e por favor se consegue hospedagem em casas particulares, de bons camponeses, que não podem proporcionar commodidades de especie alguma aos seus hospedes”<sup>182</sup>.

Além destas opções de pernoita, um imenso número de peregrinos escolhia passar a sua noite em tendas ou, diretamente no chão, nas imediações do recinto, ou até mesmo debaixo do toldo da capela. Este fenómeno incluía ainda os cânticos e orações que a multidão praticava em conjunto. O número de peregrinos que assim dormia, poderia ser bastante significativo: “No dia 12 [de maio de 1925], à tarde, o planalto, onde se acha situada a Cova da Iria, estava transformada num verdadeiro acampamento, que se estendia desde a igreja parochial de Fátima, até aos limites da freguesia do Reguengo do Fetal”<sup>183</sup>.

#### 4.6– Sazonalidade

Antes de nos debruçarmos sobre as práticas culturais realizadas na Cova da Iria, é preciso ter em conta que existia uma acentuada desigualdade de fluxos de peregrinos consoante os meses do ano, mais precisamente, nos dias que coincidiam com a data de aniversário das aparições marianas, fenómeno que se manteve durante todo o período estudado. Deste modo, o

---

<sup>180</sup> “Peregrinação a Fátima”, *O Mensageiro*, n.º 440, 20 de outubro de 1923.

<sup>181</sup> *Idem*.

<sup>182</sup> MONTELO, Visconde de, “Os acontecimentos de Fátima”, 15 de janeiro de 1923, doc. 256 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 178.

<sup>183</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação nacional – 13 de maio de 1925”, *Voz de Fátima*, n.º33, 13 de junho de 1925.

---

recinto enchia-se com grandes multidões de maio a outubro (sendo este último o mês com maior adesão devido ao “milagre do sol”) e, nos restantes meses, apenas alguns indivíduos visitavam o local, geralmente, provenientes das regiões mais próximas: “Os peregrinos que nesse dia acorreram ao Santuário da Nossa Senhora de Fátima na Cova da Iria (...) eram, na sua maioria, da freguesia da Fátima e das povoações circunvizinhas”, escreve-se em 1944<sup>184</sup>.

A acentuada sazonalidade tinha implicações sobre as práticas religiosas na Cova da Iria, pois certos rituais não eram realizados nos meses de menor movimento: “De Maio a Outubro haverá no dia 12 de cada mês, às dez horas da noite (hora oficial) – Procissão das velas e Adoração Nocturna”<sup>185</sup>. Além dos poucos peregrinos, também as condições climáticas podiam determinar o abandono de algumas práticas: “Por causa da chuva, não se realizaram as duas procissões com a Nossa Senhora de Fátima”, como sucedeu em dezembro 1942<sup>186</sup>. Por outro lado, nos meses de maior afluência (ou de maior significado), certos rituais eram acrescentados: Em 1935, “Por ser o mês de Outubro, o mês do Rosário, durante o turno da adoração nacional, não se rezou apenas o terço, mas o rosário inteiro”<sup>187</sup>.

---

<sup>184</sup> MONTELO, Visconde de, “Peregrinação de Janeiro 13”, *Voz de Fátima*, nº 257, 13 de fevereiro de 1944.

<sup>185</sup> “Instruções: programa dos actos religiosos no dia da peregrinação”, *Manual do Peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1928.

<sup>186</sup> MONTELO, Visconde de, “Peregrinação de Dezembro 13”, *Voz de Fátima*, nº 244, 13 de janeiro de 1943.

<sup>187</sup> MONTELO, Visconde de, “Crónica de Fátima (13 de Outubro)”, *Voz de Fátima*, nº 158, 13 de novembro de 1935.



---

## 5– Os dias 13 na Cova da Iria

### 5.1– O impacto da Lei da Separação nos anos 1920

Os desentendimentos entre a Igreja e o Estado, que marcaram a primeira República, tiveram repercussões na pequena aldeia de Fátima que testemunhava o aumento de visitantes de ano para ano. Recorde-se que uma das medidas da Lei da Separação de 1911 consistia na proibição de práticas religiosas fora das igrejas e capelas autorizadas pelo Estado para o efeito. Assim, não é de espantar que o mesmo tenha ocorrido na Cova da Iria. A *Documentação Crítica de Fátima* contém algumas fontes relevantes sobre este tema, nomeadamente, ofícios do Diretor Geral de Segurança Pública, do Governador Civil de Santarém e do Administrador do Concelho de Ourém.

A três dias da celebração do 13 de maio de 1923, o Diretor Geral de Segurança Pública responde ao Governador Civil de Santarém, António de Augusto de Castro (que terá perguntado se as procissões em Fátima deveriam ser proibidas), que “a Lei da Separação é expressa em relação ao caso que se trata”<sup>188</sup>. Temos, igualmente, acesso ao ofício de António de Augusto de Castro para o Administrador do Concelho de Ourém, Artur de Oliveira Santos, sobre o dia 13 de outubro do mesmo ano em que é pedido a Oliveira Santos que proíba “qualquer procissão ou cirio que do seu concelho se destina aquela localidade, devendo apenas permitir o culto religioso nos locais ou recintos a ele destinados”<sup>189</sup>. Deste modo, no mesmo dia (8 de outubro), o Administrador do Concelho de Ourém envia um telegrama ao Comandante da Guarda Nacional Republicana de Tomar a pedir 50 praças de cavalaria e infantaria para os dias 12 e 13 de outubro<sup>190</sup>.

Apesar da proibição das práticas religiosas na Cova da Iria, várias são as referências encontradas que nos indicam que esta medida em nada terá afetado a afluência de peregrinos no local: “foram enviadas para a Cova da Iria tropas que impediram a aproximação do povo, da

---

<sup>188</sup> Ofício do diretor geral de segurança pública para o governador civil de Santarém, 10 de maio de 1923, doc. 276 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 219.

<sup>189</sup> Ofício do governador civil de Santarém para o administrador do concelho de Vila Nova de Ourém, 8 de outubro de 1923, doc. 342 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 358.

<sup>190</sup> Telegrama do administrador do concelho de Vila Nova de Ourém para o Comandante da Guarda Republicana de Tomar, 9 de outubro de 1923, doc. 343 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p.359.

---

capela, o certo é que nunca a multidão foi tão numerosa”<sup>191</sup>. No entanto, apesar do grande número de pessoas, a Guarda Nacional Republicana, que vigiava o local nos dias de maior movimento, nunca precisou de intervir<sup>192</sup>. Além disso, mesmo estando proibida a procissão, a imprensa da época revela-nos que as missas comemorativas do dia 13 se realizavam: “Não se fez a procissão da igreja para a capela, mas uma multidão de mais de cem mil pessoas entrou no recinto do Santuario e assistiu piedosamente ás cerimónias litúrgicas”<sup>193</sup>.

Tal como na questão da Lei da Separação de 1911, também as peregrinações à Cova da Iria geravam opiniões bem distintas. Por um lado, os republicanos censuravam e ridicularizavam o fenómeno: “Muita gente acorreu a Fátima, o que nos leva a concluir, que é bem grande ainda, o estado de atrazo do nosso povo”, opina-se em 1923<sup>194</sup>. Além disso, aqueles que estavam indignados com o aumento das multidões que visitavam Fátima mensalmente acusavam a Igreja de se aproveitar da fé de alguns portugueses:

“Sob o ponto de vista económico, classifica-se este acto de criminoso, porquanto mensalmente, transaciona-se naquele balcão da Igreja, milhares de escudos arrancados ás algibeiras dos ingénuos e em benefício do Bispo de Leiria e C.”<sup>195</sup>.

Por outro lado, várias são as menções sobre a indignação dos crentes acerca da proibição de práticas religiosas no local, afirmando-se que esta medida não corresponde às vontades dos cristãos portugueses<sup>196</sup>. O Governador Civil de Santarém é a figura mais visada nestas críticas, como é possível observar neste excerto de uma crónica do *Correio de Coimbra* em que o seu redator questiona: “Pois então o tolerante e perspicaz governador civil de Santarém não se lembrou de proibir a peregrinação?!”<sup>197</sup>.

Note-se que este tema apenas surge na amostra retirada nos anos vinte (entre 1923 e 1925). As referências acerca da proibição de manifestações religiosas terminam quando se analisam as seguintes décadas, pois a Lei da Separação já não estava em vigor a partir de 1926, com o início da Ditadura Militar.

---

<sup>191</sup> “Grande peregrinação à Fátima”, *O Mensageiro*, nº 485, 18 de outubro de 1924.

<sup>192</sup> *Idem*.

<sup>193</sup> “Fátima – imponente manifestação”, *A Guarda*, nº 911, 18 de outubro de 1924.

<sup>194</sup> “A comédia de Fátima”, *O Rebate*, 24 de julho de 1923, doc. 326 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 317.

<sup>195</sup> “Empresa industrial reacionária da Fátima”, *O Rebate*, 28 de junho de 1923, doc. 316 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 300.

<sup>196</sup> “Grandiosa manifestação de fé”, *A Época*, 17 de maio de 1923, doc. 288 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 240.

<sup>197</sup> “Fátima”, *Correio de Coimbra*, 18 de maio de 1923, doc. 290 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 245.

---

## 5.2 – As regras aplicadas no recinto do Santuário

Logo desde o final da década de 1910, a pequena aldeia de Fátima foi inundada de peregrinos que desejavam visitar o local das aparições marianas e integrar-se nas práticas religiosas que lá se começaram a realizar. Foi, portanto, necessário, desde muito cedo, proceder à tentativa de organização da multidão naquele local para o bom funcionamento dos rituais religiosos. Sobre este assunto, é evidente o progresso da organização da Cova da Iria durante os anos analisados.

Nos anos 1920, é já visível a intenção de regulamentar a movimentação dos peregrinos, incluindo na capela, onde os peregrinos não podiam entrar durante o culto, sendo, depois, o ingresso controlado pelos servitas<sup>198</sup>. Da mesma forma, era obrigatório, na hora de receber a Comunhão, dar prioridade aos doentes, deixando um espaço livre para estes passarem<sup>199</sup>. Também a doação de esmolas estava regulada pois estas só poderiam ser “recebidas aos lados e à rectaguarda da capela”<sup>200</sup>.

Além da capelinha, outro espaço que se constituía num grande foco de concentração de pessoas era a fonte de água e, por essa razão, era, igualmente, controlada a forma de como esta deveria ser utilizada. Para uma maior rapidez do fluxo de peregrinos neste local, a fonte estava envolvida por uma vedação feita por cordas com indicações de entrada e saída<sup>201</sup>. Além disso, era “proibida a entrada de vendedores, quer fixos, quer ambulantes, bem como a de animaes, automóveis, carros<sup>202</sup>, etc.”<sup>203</sup>. Quanto ao trânsito, as únicas regras encontras estão no *Manual do Peregrino da Fátima*:

“Quer do lado de Leiria, quer do lado de Ourém os veículos seguem até ao Santuário e dão a volta no terreno em frente à entrada, vindo em seguida juntar-se no lugar que lhes compete só dum lado da estrada, e aí ficam até serem reclamados pelos senhores peregrinos”<sup>204</sup>.

Apesar das normas já impostas, é na década de 1920 que se observa o maior número de críticas sobre a organização do local. Em primeiro lugar, uma das falhas mais referenciadas era a demora na distribuição da Comunhão, muitas vezes influenciada pelo número insuficiente de

---

<sup>198</sup> “Recomendação do Ex.<sup>mo</sup> e Rev. <sup>mo</sup> Sr. Bispo de Leiria aos peregrinos”, *Voz de Fátima*, nº22, 13 de julho de 1924.

<sup>199</sup> *Idem*.

<sup>200</sup> *Ibidem*.

<sup>201</sup> *Ibidem*.

<sup>202</sup> Ver foto nº 1 em anexo.

<sup>203</sup> “Recomendação do Ex.<sup>mo</sup> e Rev. <sup>mo</sup> Sr. Bispo de Leiria aos peregrinos”, *Voz de Fátima*, nº22, 13 de julho de 1924.

<sup>204</sup> “Aos senhores condutores de automóveis, camionetes, camiões, carros e quaisquer outros veículos”, *Manual do peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1928.

---

sacerdotes para o volume de peregrinos, e que levava a que parte deles não recebesse o sacramento<sup>205</sup>. Outro aspeto referente à desorganização do local está relacionado com o trânsito de veículos que, devido à sua quantidade, à falta de estradas e à falta de regulamentação neste sentido, geravam longas esperas para entrar e estacionar na Cova da Iria<sup>206</sup>. O jornal *O Mensageiro* mostrou-se bastante empenhado em apontar estas falhas para que fossem resolvidas:

“É necessário cuidar desde já em dividir em talhões o espaço, marcando entradas e saídas, limpar de pedras o local, regularizar o trânsito, vedar o terreno destinado, aos doentes, para que lhes possa ser dada a Benção. É urgente a vedação do poço impedindo as scenas que ali se presenciavam”<sup>207</sup>.

Nas décadas seguintes, as críticas apontadas à organização na Cova da Iria deram lugar a vários elogios. Sabe-se que nos anos 1930 já se improvisavam, nas imediações do recinto, parques de estacionamento que facilitavam o fluxo de veículos, dirigido pela direcção da Guarda Nacional, auxiliada pela Junta Autónoma das Estradas<sup>208</sup>. Na década seguinte, o próprio jornal *O Mensageiro* louva a forma como a Polícia de Viação e Trânsito geriu a circulação de veículos: “O trânsito quer no local quer pelas estradas foi bem dirigido, não se notando em Fátima a confusão, que seria de desculpar perante tão grande afluência de pessoas e de carros, devendo-se esta direcção à Polícia de Viação e Trânsito”<sup>209</sup>.

### 5.3– Práticas religiosas

No início dos anos 1920, os atos religiosos realizados na Cova da Iria poderiam ser já categorizados como rituais pela repetição de práticas exercidas pela maioria dos crentes e pela sua continuidade durante o período estudado, excetuando alguns casos que analisaremos de seguida.

---

<sup>205</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Outubro”, *Voz de Fátima*, nº 26, 13 de novembro de 1924.

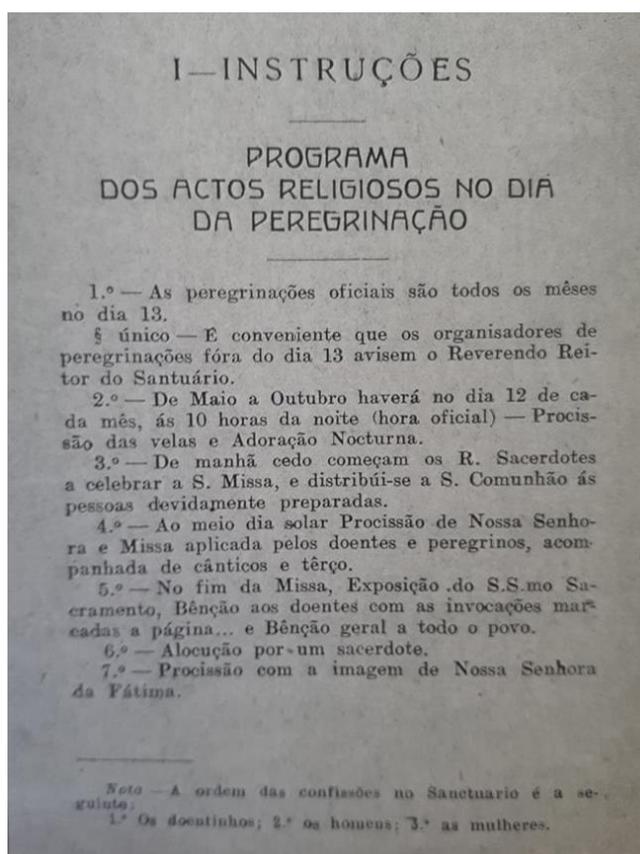
<sup>206</sup> “Os acontecimentos de Fátima”, *O Mensageiro*, nº 469, 7 de junho de 1924.

<sup>207</sup> “Imponente manifestação de fé”, *O Mensageiro*, nº 421, 19 de maio de 1923.

<sup>208</sup> MONTELO, Visconde de, “Portugal aos pés de Maria”, *Voz de Fátima*, nº 153, 13 de junho de 1935.

<sup>209</sup> “Em Fátima”, *O Mensageiro*, nº 1435, 19 de maio de 1945.

Figura 1. Programa dos atos religiosos no dia da peregrinação (1928)



Fonte: *Manual do peregrino da Fátima*, 1928.

Apesar de a maioria dos atos religiosos se realizar no dia 13 de cada mês, desde cedo os peregrinos optavam, como já foi mencionado, por chegar à Cova da Iria no dia anterior, nos meses entre maio e outubro<sup>210</sup>. Este fenómeno era justificado pela realização da procissão das velas (às dez horas da noite) e da adoração noturna, nos dias de maior afluência<sup>211</sup>. Para o efeito, o Santíssimo Sacramento ficava exposto durante toda a noite, sendo que a guarda de honra era realizada pelos escuteiros de Torres Novas<sup>212</sup>. A prática da procissão das velas na Cova da Iria terá sido resultado da popularidade do santuário de Lourdes, onde também se realizava<sup>213</sup>. Existem, ainda, provas de que as missas começariam antes do amanhecer: “Desde madrugada que as missas se sucediam ininterruptamente”<sup>214</sup>. No entanto, a 13 de agosto de 1924, é

<sup>210</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de junho”, *Voz de Fátima*, nº 10, 13 de julho de 1923.

<sup>211</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de outubro”, *Voz de Fátima*, nº 26, 13 de novembro de 1924.

<sup>212</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação nacional – 13 de maio de 1925”, *Voz de Fátima*, nº 33, 13 de junho de 1925.

<sup>213</sup> AUSINA, Gérard; PRODOMI, Luigi, *Lourdes – A vida de Bernadette – As aparições os santuários*, Lourdes, Edições André Doucet, 1997, p. 44.

<sup>214</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação nacional”, *Voz de Fátima*, nº 21, 13 de junho de 1924.

---

publicado um artigo revelando que o bispo de Leiria ordenava que as missas se iniciassem às nove da manhã, sendo a última, a missa dos doentes, ao meio-dia.<sup>215</sup>

Quanto à prática da confissão, era pedido aos peregrinos que fossem previamente confessados nas suas terras para impedir as longas filas que se formavam<sup>216</sup>. Informava o *Manual do peregrino da Fátima* de 1926 que “Emquanto não houver outra determinação do Snr. Bispo, só os homens podem confessar-se no local das aparições”<sup>217</sup>. Contudo, como é possível verificar no programa de 1928, é alterado a ordem das confissões que passava a ser: “1º Os doentinhos; 2º os homens; 3º as mulheres”<sup>218</sup>.

O meio-dia era o momento mais importante deste evento, correspondendo à hora da missa dos enfermos, como se disse. Esta foi sendo celebrada por vários elementos do clero provenientes de zonas vizinhas. Surgem nomes como: Rev. Augusto de Sousa Maia (secretário do Bispo de Leiria)<sup>219</sup>; Rev. José do Espírito Santo (pároco do Reguengo do Fetal)<sup>220</sup>; Rev. Francisco Brás Neves (pároco de Seiça)<sup>221</sup>; Rev. Carlos Antunes Pereira (pároco de Ourém)<sup>222</sup>; Rev. Padre Formigão (descrito no jornal *Voz de Fátima* como professor no seminário de Santarém)<sup>223</sup>; e o Rev. Dr. Manuel Marques dos Santos (diretor do jornal *Voz de Fátima*). Este último, salvo raras exceções, possuía um papel de destaque em todas as celebrações ou dirigindo a missa do meio dia<sup>224</sup>, ou recitando o terço<sup>225</sup>, ou proferindo o seu sermão<sup>226</sup>. A missa do meio-dia era mais solene e incluía a recitação do terço, o canto do *Tantum Ergo*<sup>227</sup> e, por fim, realizava-se a bênção geral e a bênção de cada um dos doentes em particular<sup>228</sup>. Refira-se que esta prática religiosa da bênção dos doentes não era uma novidade na Europa, pois também em Lourdes existia o hábito de proceder à bênção dos enfermos<sup>229</sup>.

---

<sup>215</sup> “Aviso”, *Voz de Fátima*, nº 23, 13 de agosto de 1924.

<sup>216</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de março”, *Voz de Fátima*, nº 7, 13 de abril de 1923.

<sup>217</sup> “Instruções – Programa dos actos religiosos no dia da peregrinação”, *Manual do peregrino da Fátima*, 13 de março de 1926.

<sup>218</sup> “Instruções – Programa dos actos religiosos no dia da peregrinação”, *Manual do peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1928.

<sup>219</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Dezembro”, *Voz de Fátima*, nº 4, 13 de janeiro de 1923.

<sup>220</sup> Idem.

<sup>221</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Setembro”, *Voz de Fátima*, nº 13, 13 de outubro de 1923.

<sup>222</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Fevereiro”, *Voz de Fátima*, nº 18, 13 de março de 1924.

<sup>223</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Abril”, *Voz de Fátima*, nº 20, 13 de maio de 1924.

<sup>224</sup> MONTELO, Visconde de, “A peregrinação nacional (13 de maio de 1923)”, *Voz de Fátima*, nº 9, 13 de junho de 1923.

<sup>225</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Novembro”, *Voz de Fátima*, nº 15, 13 de dezembro de 1923.

<sup>226</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Setembro”, *Voz de Fátima*, nº 13, 13 de outubro de 1923.

<sup>227</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Junho de 1924”, *Voz de Fátima*, nº22, 13 de julho de 1924.

<sup>228</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação nacional”, *Voz de Fátima*, nº21, 13 de junho de 1924.

<sup>229</sup> AUSINA, Gérard; PRODOMI, Luigi, *Lourdes – A vida de Bernadette...*, cit., p. 49.

---

O ritual em que era demonstrada uma maior emoção por parte dos peregrinos era a procissão da imagem de Nossa Senhora de Fátima<sup>230</sup>, transportada num andor, geralmente pelos Servitas de Nossa Senhora de Fátima<sup>231</sup>. O percurso iniciava-se na Capelinha das Aparições e terminava na nova capela, enquanto os peregrinos demonstravam a sua devoção à imagem de Maria, chorando, batendo palmas ou abanando lenços<sup>232</sup>.

Além dos atos programados pelas autoridades religiosas, durante a sua visita à Cova da Iria, os peregrinos concretizavam as suas próprias práticas religiosas, como a realização da volta à capelinha de joelhos<sup>233</sup>: “Inúmeras pessoas, de todas as classes sociais, davam repetidas vezes a volta de joelhos à capela, cumprindo promessas formuladas”<sup>234</sup>. Além disso, a recitação do terço era uma prática bastante popular entre os crentes: “Há grupos recitando o terço, pessoas que falam baixo para não interromper a oração dos outros; lágrimas marejam os olhos de muitos, enquanto outros iluminados, sorridentes ramalhetes de lindas rosas e cravos, que atiram de longe para junto da Imagem”<sup>235</sup>.

---

<sup>230</sup> Ver foto nº 2 em anexo.

<sup>231</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação nacional – 13 de maio de 1925”, *Voz de Fátima*, nº 33, 13 de junho de 1925.

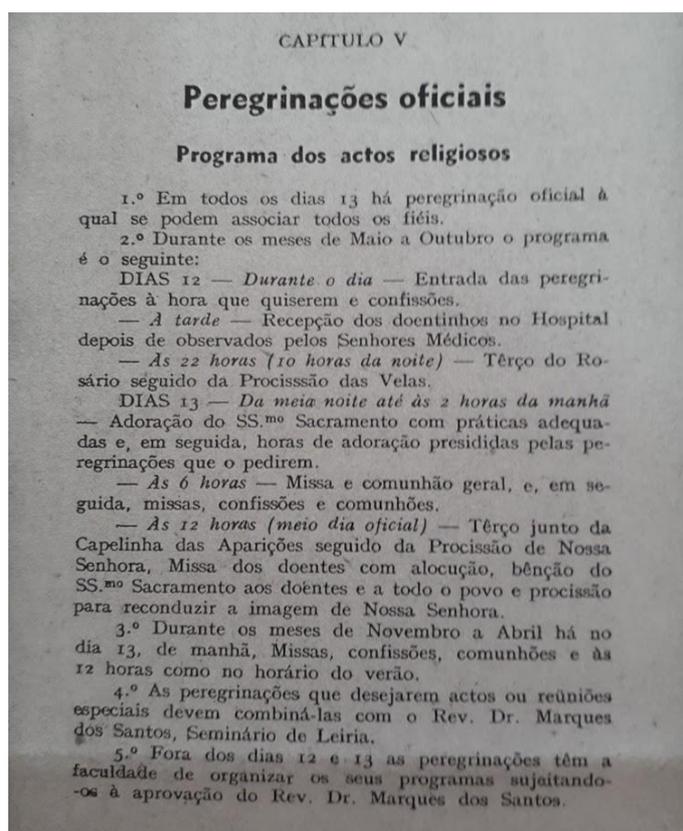
<sup>232</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Julho”, *Voz de Fátima*, nº 35, 13 de agosto de 1925.

<sup>233</sup> Ver foto nº 3 em anexo

<sup>234</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Agosto”, *Voz de Fátima*, nº 24, 13 de setembro de 1924.

<sup>235</sup> “Imponente manifestação de fé”, *O Mensageiro*, nº 421, 19 de maio de 1923.

Figura 2. Programa dos atos religiosos em 1935



Fonte: *Manual do Peregrino da Fátima, 1935.*

Lendo os programas reproduzidos nas figuras 1 e 2, é visível a continuidade e repetição dos mesmos atos religiosos durante o arco cronológico analisado, embora algumas alterações encontradas nas décadas seguintes mereçam ser referidas neste capítulo.

Em primeiro lugar, nos anos 1930, o jornal *O Mensageiro* revela-nos como era realizada a entrada das peregrinações organizadas no recinto da Cova da Iria, no dia 12: “à tardinha reúnem-se todos agrupados por freguesias junto do portão principal, fazendo a entrada solene presidida pelo Ex.º e Rev.º Sr. Bispo de Leiria”<sup>236</sup>.

Como é possível verificar no “Programa dos Actos Religiosos” publicado no *Manual do Peregrino da Fátima* de 1935, a procissão das velas era iniciada às dez da noite do dia 12 com a recitação do terço<sup>237</sup>. Nesta década surgem mais referências sobre o trajeto praticado pelos peregrinos durante este ato religioso: “o interminável e majestoso cortejo seguiu o itinerário do costume, deslocando-se os fiéis com bastante dificuldade pelas avenidas central e

<sup>236</sup> “Diocese de Leiria”, *O Mensageiro*, nº 932, 22 de julho de 1933.

<sup>237</sup> “Programa dos actos religiosos”, *Manual do peregrino da Fátima*, 1 de maio de 1935.

---

laterais em virtude do seu número extraordinário<sup>238</sup>. Além das famosas velas, era, também, possível de observar os crentes seguindo os estandartes referentes às suas dioceses<sup>239</sup>.

Após a procissão das velas, era iniciada a adoração noturna do Santíssimo Sacramento, ritual que, novamente, parece imitar o que se fazia em Lourdes<sup>240</sup>. Nos anos 1930, surgem provas de que esta prática estava bastante regulamentada. Em primeiro lugar, era realizada a “adoração nacional” que, na maioria dos casos, duraria entre uma a duas horas. Posteriormente, cada diocese que se encontrasse na Cova da Iria teria a sua hora específica para proceder à sua própria adoração noturna. Este ritual religioso terminaria entre as cinco<sup>241</sup> e as seis da manhã<sup>242</sup>.

Um costume bastante retratado na imprensa nos anos 1930, era a passagem de aviões sobre o recinto da Cova da Iria: “Vários aviões visitaram Fátima no dia 13 deixando cair ramos de flôres no santuário”<sup>243</sup>. Outra novidade nos artigos sobre a Cova da Iria são as notícias sobre organizações de exercícios espirituais em Fátima. Estes foram anunciados várias vezes, durante esta década. Os exercícios eram organizados para a população em geral, no entanto, surgiam também notícias de exercícios espirituais para “médicos”<sup>244</sup>, “para servitas”<sup>245</sup>, para “os venerandos prelados portugueses”<sup>246</sup>, etc.

Quanto à missa oficial do meio-dia, mantinham-se as mesmas práticas da década anterior e o Rev. Dr. Marques dos Santos continuava a ter um papel de destaque nestas cerimónias<sup>247</sup>. Também o modo como eram realizadas as confissões se conservavam, com a mesma ordem e com a falta de sacerdotes para tamanha multidão: “O número de penitentes que desejavam fazer a desobriga era assaz elevado, não tendo os sacerdotes podido confessar senão homens durante toda a manhã”<sup>248</sup>.

---

<sup>238</sup> MONTELO, Visconde de, “Fátima, íman das almas e corações (13 de Maio)”, *Voz de Fátima*, nº 141, 13 de junho de 1934.

<sup>239</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>240</sup> MOITA, António José, *Cartas de Lurdes*, Lisboa, Edição de Manuel Francisco Morais, 1958, p. 113.

<sup>241</sup> MONTELO, Visconde de, “Fátima, mensagem de misericórdia (13 de Junho)”, *Voz de Fátima*, nº 130, 13 de julho de 1933.

<sup>242</sup> MONTELO, Visconde de, “Fátima, dom inefável do coração da Mãe de Deus”, *Voz de Fátima*, nº 129, 13 de junho de 1933.

<sup>243</sup> “Peregrinação de Fátima”, *O Mensageiro*, nº 975, 19 de maio de 1934.

<sup>244</sup> “Em Fátima – exercícios espirituais para médicos”, *O Mensageiro*, nº 914, 25 de março de 1933.

<sup>245</sup> “Exercícios espirituais em Fátima”, *O Mensageiro*, nº 960, 3 de fevereiro de 1934.

<sup>246</sup> “Em Fátima”, *O Mensageiro*, nº 972, 28 de abril de 1934.

<sup>247</sup> MONTELO, Visconde de, “Crónica de Fátima – Fátima e a Acção Católica”, *Voz de Fátima*, nº 137, 13 de fevereiro de 1934.

<sup>248</sup> MONTELO, Visconde de, “Crónica de Fátima (13 de Março)”, *Voz de Fátima*, nº 139, 13 de abril de 1934.

---

A procissão da imagem de Nossa Senhora de Fátima ganhava, nos anos 1930, um novo trajeto. O andor era agora transportado desde a Capelinha das Aparições até ao pavilhão dos doentes e, no final da cerimónia, retornava ao seu local inicial<sup>249</sup>.

O *Manual do Peregrino da Fátima* de 1940 apresenta exatamente o mesmo programa dos rituais religiosos que o manual da década anterior<sup>250</sup>, sendo que também as restantes fontes nos revelam que poucas alterações surgiram entre estes dois períodos.

As cerimónias típicas dos dias 12, como a procissão das velas, continuavam a realizar-se como de costume: “Eram 23 horas quando se iniciou a procissão das velas precedida da recitação do têço. Raros eram os peregrinos que não seguravam uma vela”<sup>251</sup>. Quanto à adoração noturna, os procedimentos eram mantidos (primeiro a adoração noturna e as restantes horas eram ocupadas para cada peregrinação diocesana). A principal novidade relacionava-se com o novo santuário, quase terminado, onde já se efetuavam alguns rituais: “à meia-noite, começou a adoração de Jesus Sacramentado exposto solenemente no trono do altar exterior da igreja em construção”<sup>252</sup>.

Quanto aos dias 13, em primeiro lugar, é notório que, em todo o período estudado, nunca existiu capacidade para confessar todos os peregrinos nos dias de maior afluência, pois continuava a ser pedido aos crentes para “confessar-se antes, lembrando-se que não haverá na Fátima sacerdotes para atender a todos”<sup>253</sup>. Em relação à ordem de confissões, não existem referências sobre o assunto nas fontes analisadas da década de 1940.

Os atos religiosos durante a missa do meio dia dos anos 1920 perduraram até aos anos 1940, sendo que também o Rev. Dr. Marques dos Santos continuava a desempenhar um papel de destaque, recitando o terço do rosário<sup>254</sup> ou fazendo a homilia ao Evangelho<sup>255</sup>. De seguida, e como de costume, realizava-se a procissão da imagem da Senhora, transportada pelos servitas<sup>256</sup>. A igreja do novo santuário era, agora, utilizada como o local onde terminava o percurso, antes de retornar com o andor ao seu local de origem (a Capelinha das Aparições)<sup>257</sup>.

---

<sup>249</sup> MONTELO, Visconde de, “Crónica de Fátima – 13 de Dezembro”, *Voz de Fátima*, nº 124, 13 de janeiro de 1933.

<sup>250</sup> “Programa dos actos religiosos”, *Manual do peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1940.

<sup>251</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação de Outubro”, *Voz de Fátima*, nº 266, 13 de novembro de 1944.

<sup>252</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>253</sup> “Peregrinação da diocese de Leiria a Fátima em 12 e 13 de Agosto”, *O Mensageiro*, nº 1447, 11 de agosto de 1945.

<sup>254</sup> MONTELO, Visconde de, “Peregrinação de Fevereiro”, 13, *Voz de Fátima*, nº 246, 13 de março de 1943.

<sup>255</sup> MONTELO, Visconde de, “Peregrinação de Dezembro, 13”, *Voz de Fátima*, nº 244, 13 de janeiro de 1943.

<sup>256</sup> MONTELO, Visconde de, “Peregrinação de Abril – 13”, *Voz de Fátima*, nº 260, 13 de maio de 1944.

<sup>257</sup> MONTELO, Visconde de, “A peregrinação nacional de Maio”, *Voz de Fátima*, nº 249, 13 de junho de 1943.

---

Durante estas três décadas poucas foram as práticas que se alteraram, e também os peregrinos continuaram cumprindo “de joelhos as suas promessas em tórno da capela das aparições ou do vasto espaço do santuário”<sup>258</sup>.

#### 5.4– A água de Fátima

Além da Capelinha das Aparições, outro local de grande afluência por parte dos peregrinos era a fonte de água considerada milagrosa. No entanto, o percurso para a construção desta fonte foi longo e conturbado.

A 15 de janeiro de 1923, foi impresso o opúsculo do Dr. Manuel Nunes Formigão (assinado como Visconde de Montelo) intitulado *Os acontecimentos de Fátima*. Neste pequeno livro temos acesso ao processo realizado para a obtenção de água no local. Em primeiro lugar, uma das características mais marcantes da região era a falta de nascentes ou rios, sendo que a solução encontrada pela população era a captação da água da chuva. Assim, não é de espantar a dificuldade que ocorreu em encontrar água perto da capelinha. Segundo o Visconde de Montelo, “a primeira sondagem foi feita em 9 de Novembro de 1921, depois da primeira missa campal, à distancia de quarenta metros da capella. Tendo começado os trabalhos de manhã, ao meio-dia já todos os operários saciavam a sede com a água que jorrou abundante da rocha viva”<sup>259</sup>. Sobre este assunto, Manuel Nunes Formigão afirmava ainda que no início do mês de novembro de 1922 a construção estava concluída e que a água era “límpida”<sup>260</sup>.

As controvérsias acerca da água da Cova da Iria surgem neste contexto, pois em maio de 1923, o senador Ramos de Miranda, no *Diário do Senado*, chama à atenção o facto de que a água que dizem ser milagrosa na Cova da Iria era “pútrida” e que, por esse motivo, podiam ser transmitidas infeções aos doentes que a tenham utilizado<sup>261</sup>. Outros exemplos de críticas à água de Fátima podem ser encontrados nesta época, como é o caso de um artigo publicado a 28 de junho de 1923 no jornal *O Rebate* com o título “Empresa industrial reaccionária da Fátima” em que se refere a água do “poço, onde tudo lava feridas e bebe religiosamente. Como tudo isto é

---

<sup>258</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação nacional (12 e 13 de Maio)”, *Voz de Fátima*, nº 261, 13 de junho de 1944.

<sup>259</sup> MONTELO, Visconde de, “Os acontecimentos de Fátima”, 15 de janeiro de 1923, doc. 256 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 170.

<sup>260</sup> Idem.

<sup>261</sup> *Diário do Senado*, sessão nº 39, 18 de maio de 1923, doc. 289 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 243.

---

infame, desumano, anti-higiénico e imoral!!”<sup>262</sup>. O próprio administrador de Ourém também se manifestou sobre o assunto, quando envia um ofício ao Subdelegado de saúde, António de Sá Pavilon, pedindo que se retire o poço da Cova da Iria, pois a sua água estava a pôr em causa a saúde pública por conter lodo e micróbios<sup>263</sup>. Esta polémica ocorria de uma forma bastante semelhante em Lourdes, onde a água dos banhos, também bastante popular pelo seu suposto carácter curativo, se encontrava poluída, sendo criticada por vários médicos e enaltecida pelos crentes<sup>264</sup>.

Apesar das controvérsias acerca da água de Fátima, a verdade é que desde a sua construção, a fonte tornou-se um local de grandes aglomerações<sup>265</sup>: “bichas enormes de crentes procuram encher as suas garrafas, as suas latas ou os seus garrafões, onde pudessem conduzir para casa um pouco da água milagrosa, ao mesmo tempo que mães carinhosas ansiosamente banhavam nelas os seus filhos enfermos”<sup>266</sup>. É, desta forma, que surge a necessidade de controlar a multidão que se formava junto à fonte, função que passou a ser desempenhada ou pela guarda republicana<sup>267</sup> ou pelos servitas<sup>268</sup>.

É possível entender que a água de Fátima circulava já pelo país na primeira metade dos anos vinte porque os peregrinos a levavam consigo nos mais variados recipientes e, também, porque quem quisesse receber a água de Fátima poderia dirigir-se a José d’Almeida Lopes que entregaria a água após o pagamento do recipiente, da caixa de madeira e do correio<sup>269</sup>. Este negócio perdurou até aos anos trinta, sendo que o cargo era agora ocupado por António Rodrigues Romeiro<sup>270</sup>.

## 5.5 – Os Servitas e os Escuteiros

O aumento de visitantes e de práticas religiosas na Cova da Iria gerou a necessidade da permanência de grupos organizados no local, nos dias de maior movimento. A revista

---

<sup>262</sup> “Empresa industrial reacionária da Fátima”, *O Rebate*, 28 de junho de 1923, doc. 316 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 300.

<sup>263</sup> Ofício do administrador do concelho de Vila Nova de Ourém para o sub-delegado de saúde, 13 de agosto de 1923, doc. 329 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 327

<sup>264</sup> SOUTO, António de Azevedo Meyrelles do, *Lourdes e a Medicina*, Figueira da Foz, Edição da Tipografia Peninsular, 1924, p. 29.

<sup>265</sup> Ver foto nº 4 em anexo.

<sup>266</sup> “A peregrinação a Fátima”, *Diário de Notícias*, 14 de outubro de 1925, doc. 675 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 500.

<sup>267</sup> “Grande peregrinação à Fátima”, *O Mensageiro*, nº 467, 17 de maio de 1924.

<sup>268</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Agosto”, *Voz de Fátima*, nº 24, 13 de setembro de 1924.

<sup>269</sup> “Água da Fátima”, *Voz de Fátima*, nº 37, 13 de outubro de 1925.

<sup>270</sup> “Útil e necessário”, *Voz de Fátima*, nº 125, 13 de fevereiro de 1933.

---

*Mensageiro de Maria* publica um artigo em novembro de 1924 onde se afirma que o aumento de doentes em Fátima foi a causa do surgimento dos chamados servitas:

“Sua Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> comoveu-se com os sofrimentos de tantos enfermos: sentia-se a falta de um serviço de maqueiros bem organizados para suavizar-lhes as fadigas da viagem (...) para isso, fundou o carinhoso Prelado que preside à nova diocese de Leiria a Associação dos Servos de Nossa Senhora do Rosário da Fátima ou mais simplesmente dos servitas da Fátima”<sup>271</sup>.

Segundo as regras desta associação, que tinha como capelão/diretor o Rev. Dr. Marques dos Santos, o seu principal objetivo era “dedicar-se ao serviço dos doentes e peregrinos procurando imitar San João e o Beato Nuno de Santa Maria”<sup>272</sup>. Entre os elementos dos Servos de Nossa Senhora do Rosário da Fátima, uns utilizavam uma braçadeira azul correspondente à função de serviço de controlo da multidão; outros traziam correias aos ombros simbolizando a sua missão de serviço aos doentes<sup>273</sup>.

Além desta organização, foi criada uma associação análoga de mulheres cristãs com o título Servas de Nossa Senhora do Rosário da Fátima<sup>274</sup>. O *Manual do Peregrino da Fátima* de 1926 revela que os elementos desta organização deveriam possuir conhecimentos de enfermagem e as mulheres casadas necessitavam da autorização dos maridos<sup>275</sup>, como impunha o clausulado legal geral da época.

Quanto às funções prestadas, mais concretamente, pelos servitas, era possível encontrá-los na Cova da Iria a desempenhar as mais variadas tarefas, tais como o transporte ou acompanhamento de doentes<sup>276</sup>, receção de donativos dos fiéis, distribuição gratuita do *Voz de Fátima*, controlo da multidão junto das torneiras da fonte, controlo do recinto murado impedindo a entrada de vendedores ambulantes, organização da multidão junto à Capelinha das Aparições<sup>277</sup>, a guarda de honra do Santíssimo Sacramento<sup>278</sup>, transporte da imagem de Nossa Senhora de Fátima<sup>279</sup>, entre outros. Além destas funções, os servitas possuíam, igualmente,

---

<sup>271</sup> “Os servitas da Fátima”, *Mensageiro de Maria*, novembro de 1924, doc. 557 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., pp. 271-272.

<sup>272</sup> “Os servitas da Fátima”, *Mensageiro de Maria*, novembro de 1924, doc. 557 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 272.

<sup>273</sup> “Peregrinação nacional a Fátima”, *Novidades*, 14 de maio de 1925, doc. 599 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 355.

<sup>274</sup> “Os servitas da Fátima”, *Mensageiro de Maria*, novembro de 1924, doc. 557 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 272.

<sup>275</sup> “Regras a seguir pelas “Servas de Nossa Senhora do Rosário da Fátima”, *Manual do Peregrino da Fátima*, 13 de março de 1926.

<sup>276</sup> Ver foto nº 5 em anexo.

<sup>277</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Outubro”, *Voz de Fátima*, nº 26, 13 de novembro de 1924.

<sup>278</sup> MONTELO, Visconde de, “A grande peregrinação nacional – 13 de Maio de 1925”, *Voz de Fátima*, nº33, 13 de junho de 1925.

<sup>279</sup> “Em honra de Nossa Senhora”, *Novidades*, 14 de setembro de 1925, doc. 663 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 484.

---

responsabilidades espirituais, pois era-lhes pedido que orassem pelos peregrinos e doentes<sup>280</sup> e, também, que se comprometessem, no mínimo, a rezar diariamente uma dezena do rosário<sup>281</sup>.

Embora os servitas possuíssem um papel de destaque no auxílio nas mais variadas funções na Cova da Iria, estes não eram os únicos a prestar cuidados aos doentes e peregrinos pois, desde muito cedo, que também era possível encontrar em Fátima escuteiros, vindos sobretudo de Leiria<sup>282</sup> e de Torres Novas<sup>283</sup>. Na prática, estes rapazes entre os 12 e os 16 anos<sup>284</sup> tinham como tarefa servir de auxílio aos servitas, em todas as suas funções<sup>285</sup>. Ainda assim, existem referências a ocupações realizadas pelos escuteiros que não eram desempenhadas pelos servitas, como o regulamento da multidão por meio de cordões humanos<sup>286</sup>, ou o auxílio no transporte do andor abrindo caminho entre a multidão<sup>287</sup>, ou, ainda, o acompanhamento dos doentes desde as estações ferroviárias mais próximas até Fátima<sup>288</sup>.

## 5.6 – As curas milagrosas segundo a imprensa

O jornal *Voz de Fátima*, em todos os números, abria um espaço nas suas páginas para revelar as alegadas curas milagrosas concedidas por Nossa Senhora de Fátima, numa secção intitulada “Curas de Fátima” que, mais tarde (nos anos 1930), se chamará “Graças da Nossa Senhora de Fátima”. Salvo raras exceções, os relatos eram bastante semelhantes entre si, contendo sempre informação detalhada acerca do doente, da doença e do percurso até à sua cura. Sobre este assunto, no *Manual do Peregrino da Fátima* de 1926, pode ler-se o seguinte:

“Pede-se às pessoas que tenham conhecimento de curas extraordinárias, atribuídas à intercessão de Nossa Senhora de Fátima, o favor de enviarem os respectivos relatos ao administrador do *Voz de Fátima* rev. Manuel Marques da Silva, Camara eclesiástica, Leiria. A título de mera informação e sem prejuízo de exame a que tenham de ser submetidas e da decisão

---

<sup>280</sup> “Quando os católicos querem...”, *Novidades*, 14 de outubro de 1924, doc. 487 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 75.

<sup>281</sup> “Regras a seguir pelos “Servos de Nossa Senhora do Rosário da Fátima”, *Voz de Fátima*, nº 22, 13 de julho de 1924.

<sup>282</sup> “Portugal cristão”, *A Época*, 14 de outubro de 1924, doc. 485 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 66.

<sup>283</sup> “Peregrinação nacional a Fátima”, *Novidades*, 14 de maio de 1925, doc. 599 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 354.

<sup>284</sup> “Portugal cristão”, *A Época*, 15 de outubro de 1925, doc. 679 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 515.

<sup>285</sup> “Peregrinação nacional a Fátima”, *Novidades*, 15 de maio de 1925, doc. 600 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 359.

<sup>286</sup> “Portugal cristão”, *A Época*, 15 de outubro de 1925, doc. 679 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 515.

<sup>287</sup> “De regresso de Fátima”, *Novidades*, 27 de outubro de 1925, doc. 694 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 555.

<sup>288</sup> “Peregrinação a Fátima”, *O Mensageiro*, nº 513, 16 de maio de 1925.

---

da autoridade eclesiástica, essas curas podem, com o consentimento das pessoas interessadas, ver a luz da publicidade na *Voz de Fátima* para a maior glória de Deus e de sua Mãe, e para edificação das almas. As narrativas das curas devem dar a conhecer o melhor possível.”<sup>289</sup>.

No resto do texto é explicado como deve ser feita a descrição da cura. Eram necessárias informações como: nome, idade, morada e o desenvolvimento do estado de saúde do doente. Quanto à doença, era preciso referir o seu nome e, se possível, mostrar a opinião de um médico sobre ela. Por fim, seria pertinente esclarecer quais as orações ou práticas religiosas aplicadas para a obtenção da cura e, se conseguissem, o testemunho de um médico ou de um padre sobre o assunto<sup>290</sup>.

O padre Manuel Nunes Formigão, em 1923, no seu opúsculo sobre os acontecimentos de Fátima, pronuncia-se sobre o tema, explicando que, além da descrição da cura, era necessário que esta fosse acompanhada por “atestados tão completos e tão minuciosos quanto possível, datados e reconhecidos por um notário (...). Depois de curados deverão fazer-se observar pelos mesmos médicos e por outros que testifiquem a sua cura”<sup>291</sup>.

Podemos concluir que nos anos 1940 o número de interessados em enviar a sua história para o *Voz de Fátima* era excessivo, pois é possível ler-se no *Manual do Peregrino da Fátima* de 1940 que “como há grande número de relatos de curas que aguardam a publicação, em regra, a notícia enviada terá de esperar por vez cêrca de três anos”<sup>292</sup>.

Quanto à melhor forma de se obter uma graça de Nossa Senhora de Fátima, no *Voz de Fátima*, é recomendado que enquanto se aplica a água de Fátima se reze, também, uma novena à Mãe de Deus e, se possível, recebendo a Sagrada Comunhão. Quem não tinha acesso à água “milagrosa” poderia tentar receber a graça de Nossa Senhora rezando o terço do rosário. De qualquer das formas, o *Voz de Fátima* pedia aos curados que fossem à Cova da Iria agradecer à Virgem<sup>293</sup>.

Para este estudo, foi realizado um levantamento de todas as descrições de curas extraordinárias relatadas no *Voz de Fátima* no espaço cronológico em causa (1923-1925; 1933-1935; 1943-1945). Esta pesquisa tem como dados a idade, o género e a proveniência do doente, o nome da doença e a forma como este foi curado.

---

<sup>289</sup> “Aviso relativo às curas”, *Manual do Peregrino da Fátima*, 13 de março de 1926.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> MONTELO, Visconde de, “Os acontecimentos de Fátima”, 15 de janeiro de 1923, doc. 256 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 176.

<sup>292</sup> “Aviso relativo às curas”, *Manual do Peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1940.

<sup>293</sup> “Alguns avisos e direcções para o futuro”, *Voz de Fátima*, nº 129, 13 de junho de 1933.

**Tabela 1. Curas milagrosas por faixa etária (1923-1925).**

Faixa etária	Percentagem
Criança	28%
Adulto	72%

Fonte: *Voz de Fátima*, 1923-1925.

**Tabela 2. Curas milagrosas por género (1923-1925).**

Género	Percentagem
Masculino	32%
Feminino	68%

Fonte: *Voz de Fátima*, 1923-1925.

Em primeiro lugar, é possível verificar que nos anos 1920, a grande maioria dos protagonistas destas narrativas era constituída por adultos, com 72%, e por pessoas do sexo feminino, que representavam 68%.

**Mapa 1. Curas milagrosas por distritos continentais, arquipélagos adjacentes e estrangeiro (1923-1925).**

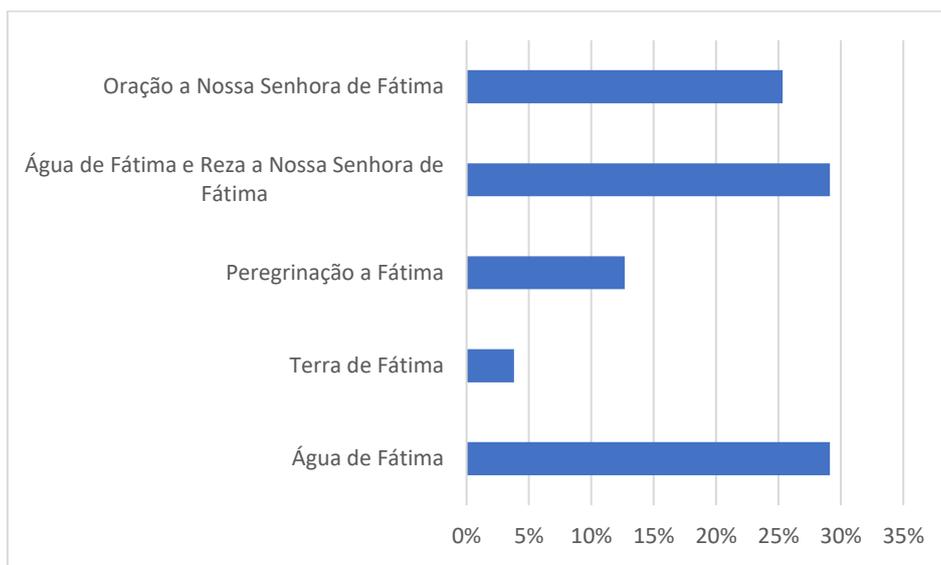


Fonte: *Voz de Fátima*, 1923-1925.

Quanto à proveniência dos que afirmam ter obtido uma graça de Nossa Senhora de Fátima, observa-se uma maior percentagem de indivíduos originários do distrito de Lisboa (25%), seguindo-se os distritos mais próximos da Cova da Iria, Leiria e Santarém com 21% e 15%, respetivamente. O maior número de curas no distrito de Lisboa estará, igualmente, relacionado com proximidade geográfica e com sua dimensão demográfica. Diga-se que nesta

época não existia ainda o distrito de Setúbal, criado a partir do território distrital de Lisboa em dezembro de 1926. Os distritos de Viana do Castelo, Faro, Évora e Beja não foram mencionados em nenhum dos relatos da amostra dos anos vinte. Os casos ocorridos no estrangeiro, durante este período cronológico, aconteceram todos em Espanha.

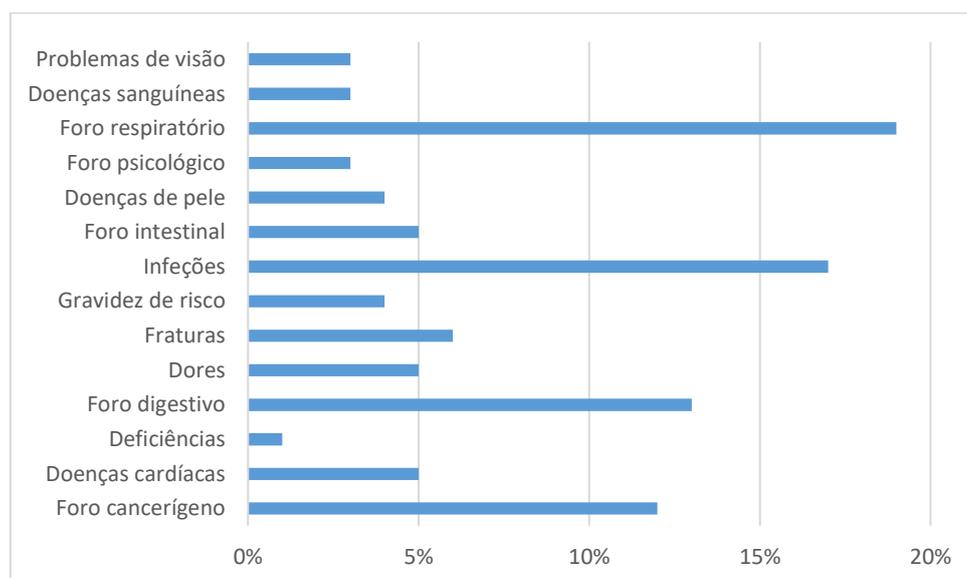
**Gráfico 1. Métodos realizados para a obtenção das curas (1923-1925).**



**Fonte: *Voz de Fátima*, 1923-1925.**

Ao que parece, portanto, os métodos mais eficazes na obtenção de uma cura “extraordinária”, nesta década, seriam a utilização da água da Cova da Iria ou a junção da água e da oração a Nossa Senhora de Fátima, pois as duas opções têm uma representatividade de 29% neste gráfico. Os procedimentos menos praticados eram a peregrinação (13%) e o uso da terra de Fátima (4%).

**Gráfico 2. Curas milagrosas por doença (1923-1925).**



**Fonte: Voz de Fátima, 1923-1925.**

Um fenómeno que se observa em todas as décadas analisadas é a acentuada heterogeneidade de doenças encontradas nos relatos sobre as curas milagrosas. Ainda assim, é possível verificar no gráfico 2 que existem quatro pontos de destaque. Começando pelas doenças do foro respiratório que obtêm a maior representatividade neste gráfico (19%), estas englobam problemas de saúde como a tuberculose (sendo a doença mais registada), a gripe pneumónica, a pneumonia, a pleurisia, entre outros. As doenças infecciosas têm uma percentagem de 17% e incluem problemas como a febre tifoide, a meningite, a varíola, etc. Já as doenças do foro digestivo (13%) têm como principal enfermidade as úlceras de estômago. Por fim, também as doenças de foro cancerígeno possuem uma elevada percentagem, com 12%.

É possível comparar as doenças curadas de forma milagrosa em Fátima e em Lourdes, com a informação obtida na obra *Lourdes e a medicina*, de 1924, onde se refere: “esta água actua sobre tuberculose em todas as suas formas, em feridas, no cancro, nas perfurações intestinaes”<sup>294</sup>. Estas semelhanças entre as doenças encontradas entre Lourdes e Fátima poderão representar apenas as doenças mais comuns na época, no contexto europeu.

<sup>294</sup> SOUTO, António de Azevedo Meyrelles do, *Lourdes e a Medicina...*, cit., p. 26.

**Tabela 3. Curas milagrosas por faixa etária (1933-1935).**

Faixa etária	Percentagem
Criança	21%
Adulto	79%

Fonte: *Voz de Fátima*, 1933-1935.

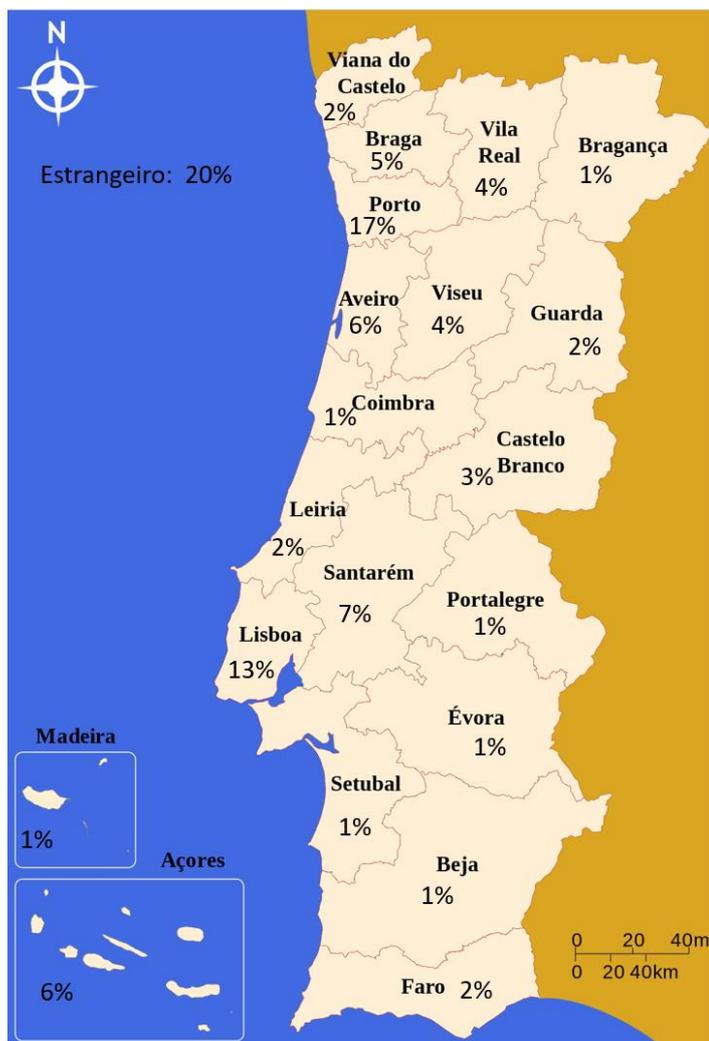
**Tabela 4. Curas milagrosas por género (1933-1935).**

Género	Percentagem
Masculino	45%
Feminino	55%

Fonte: *Voz de Fátima*, 1933-1935.

A década de 1930 nada de novo trouxe acerca da faixa etária e do género dos intervenientes dos relatos pois foram mantidos os adultos (79%) e o sexo feminino (55%) como os mais mencionados. Ainda assim, refira-se que a repartição por sexos apresenta agora maior equilíbrio.

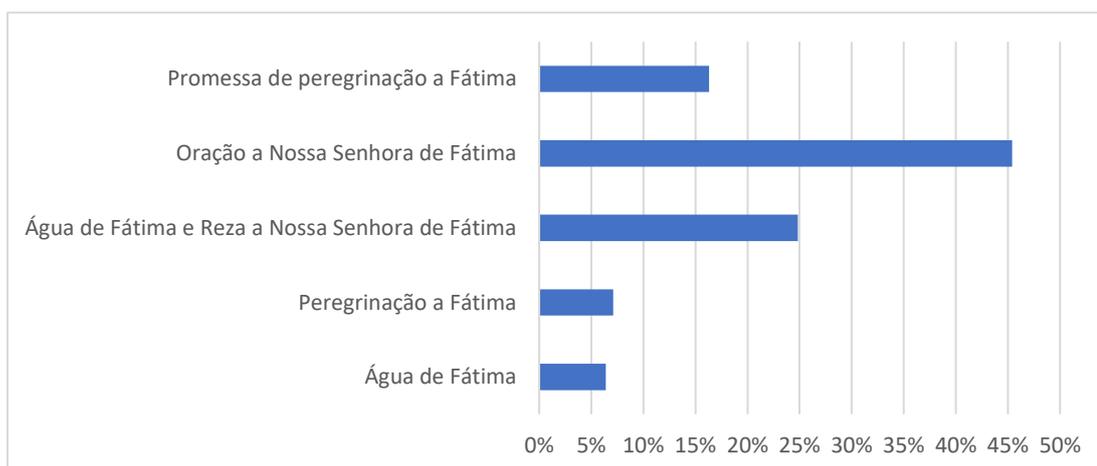
**Mapa 2. Curas milagrosas por distritos continentais, arquipélagos adjacentes e estrangeiro (1933-1935).**



Fonte: *Voz de Fátima*, 1933-1935.

As principais divergências entre épocas começam a surgir no âmbito da origem geográfica, pois se, na década de 1920, o distrito de Lisboa tinha a maior percentagem de casos (25%), em 1930 passa a ser o do Porto, com 17%, sendo que a área distrital da capital surge apenas em segundo lugar, com 13%. O distrito em que se insere a Cova da Iria (Santarém) aparece a seguir com uma percentagem de 7%. O arquipélago dos Açores e o distrito de Aveiro ganham algum destaque, ambos com 6%. Esta década é, ainda, marcada pela presença de todos os distritos continentais e pelo aumento acentuado de curas milagrosas provenientes do estrangeiro. Os países com maior número de casos foram a Índia (não sendo nenhum da Índia portuguesa), com nove curados, e o Brasil, com oito.

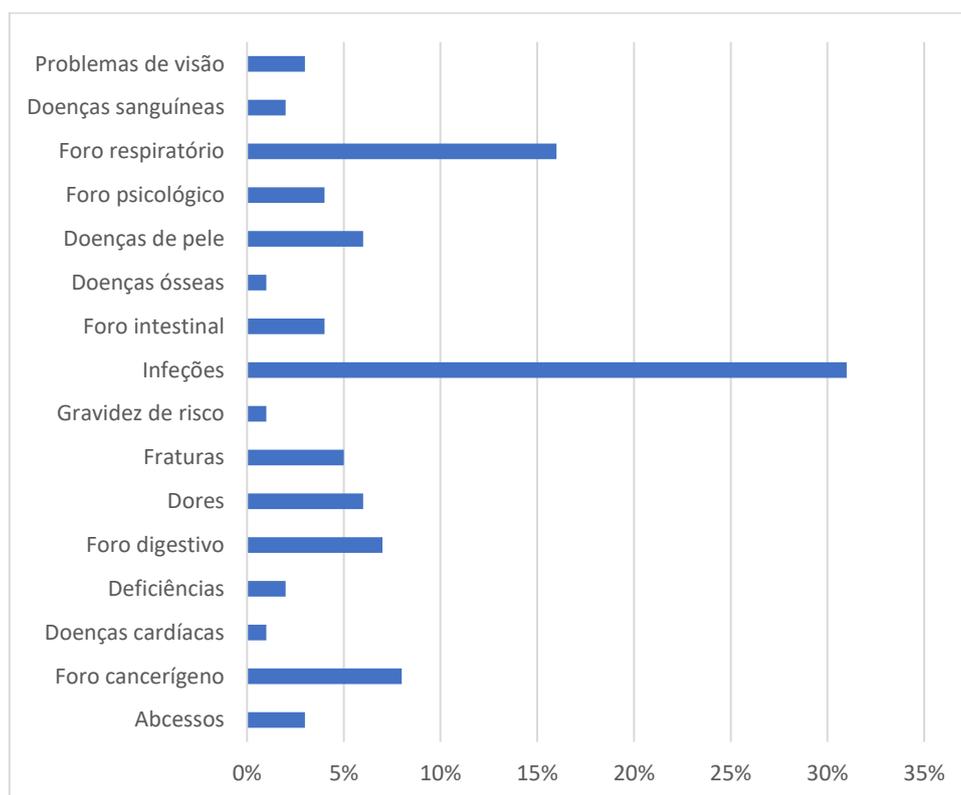
**Gráfico 3. Métodos realizados para a obtenção das curas (1933-1935).**



**Fonte: *Voz de Fátima*, 1933-1935.**

Acerca do método realizado para a obtenção da cura, a oração à Virgem ganha, agora, um lugar de destaque, com 45%, sendo que a utilização da água de Fátima, como única forma de pedido de intercessão, perde imensa importância, tendo apenas sido a causa de cura de 6% dos casos. Um facto relevante que aqui saliento é o surgimento de uma nova prática: a promessa de peregrinação (7%). Este aumento da oração em detrimento da diminuição do uso da água, que pode revelar um enriquecimento da espiritualidade face a práticas mais populares, poderá também estar relacionado com o aumento de casos ocorridos no estrangeiro e nos Açores, pois a distância geográfica dificultaria o acesso à água considerada milagrosa, tendo, assim, estes crentes a única opção de orar a Nossa Senhora de Fátima.

**Gráfico 4. Curas milagrosas por doença (1933-1935).**



Fonte: *Voz de Fátima*, 1933-1935.

Tendo em conta as doenças verificadas nestes relatos, os anos trinta foram marcados pelo aumento acentuado de casos de doenças infecciosas que registaram uma percentagem de 31%. Além de ser o tipo de enfermidade mais comum, as infeções encontradas são, igualmente, bastante heterogêneas: meningite, febre tifoide, tétano, anginas, coqueluche, etc. De seguida, podemos observar as doenças de foro respiratório (16%), com uma elevada percentagem devido ao grande número de casos de tuberculose e de pneumonias. Quanto às doenças de foro cancerígeno, obtiveram uma percentagem de 8% e afetavam todo o tipo de órgãos: útero, intestino, estômago, entre outros. As doenças de foro digestivo surgem em quarto lugar, com 7%.

**Tabela 5. Curas milagrosas por faixa etária (1943-1945).**

Faixa etária	Porcentagem
Criança	27%
Adulto	73%

Fonte: *Voz de Fátima*, 1943-1945.

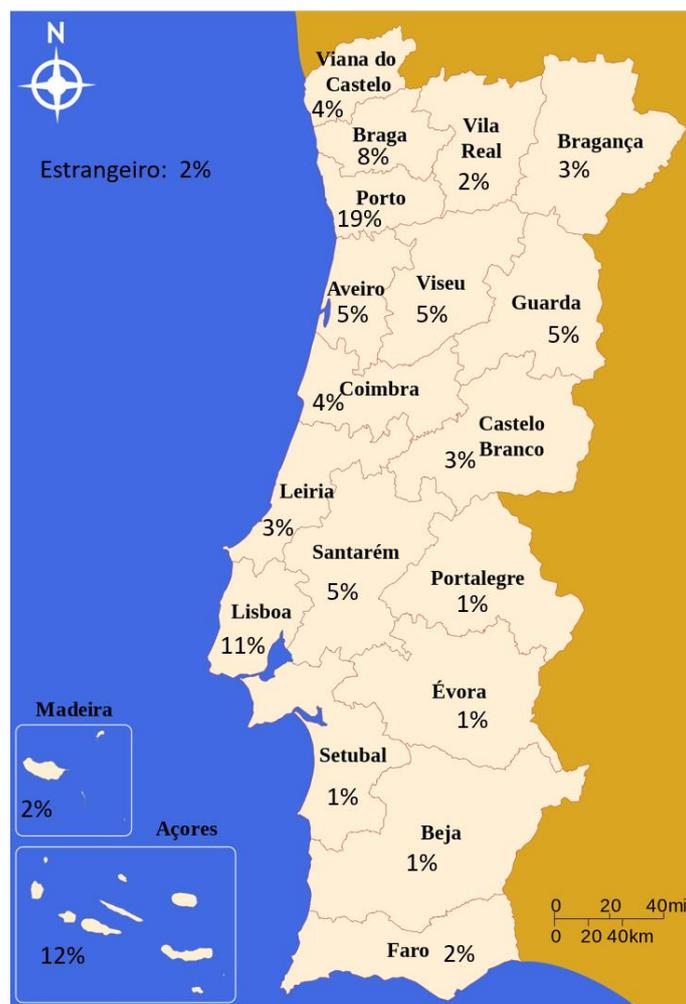
**Tabela 6. Curas milagrosas por género (1943-1945).**

Género	Porcentagem
Masculino	35%
Feminino	65%

Fonte: *Voz de Fátima*, 1943-1945.

Nos anos 1940, o sexo feminino volta a ganhar relevância, com 65%, e os adultos, com 73%, constituem quase três quartos dos curados. É possível que esta continuidade de uma maior percentagem de adultos esteja relacionada com o facto de a maioria dos casos encontrados ser escrita na primeira pessoa, sendo que as curas de crianças são sempre descritas por terceiros.

Mapa 3. Curas milagrosas por distritos continentais, arquipélagos adjacentes e estrangeiro (1943-1945).



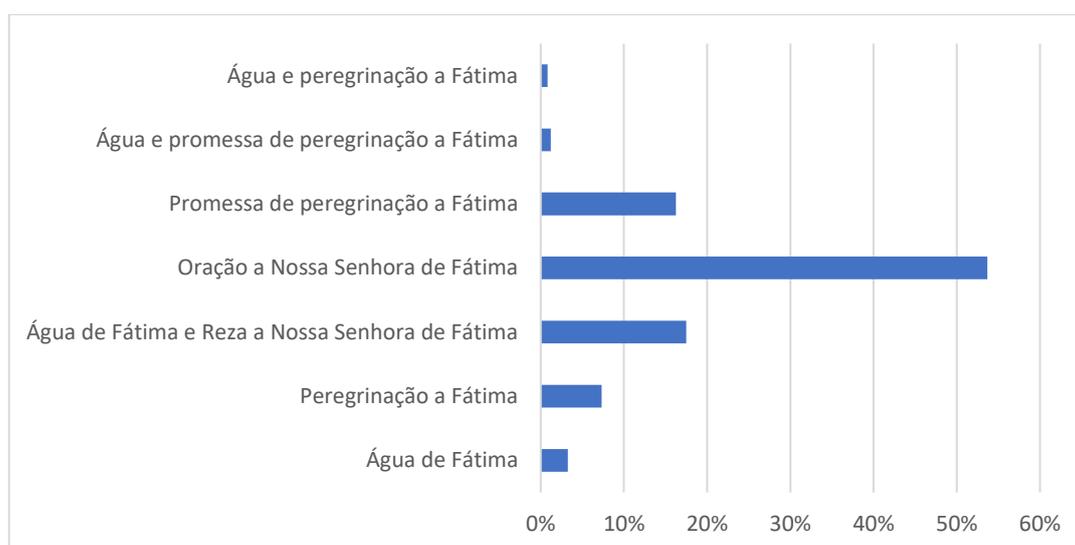
Fonte: *Voz de Fátima*, 1943-1944.

Segundo o mapa 3, a maioria dos protagonistas destas histórias continuava a ser proveniente do distrito do Porto (19%). Nesta década, os Açores conseguem ultrapassar o distrito de Lisboa em número de curados pois foram registados, neste arquipélago, 12% de casos, enquanto a capital apenas obteve 11%. Destaca-se também agora o distrito de Braga (8%), que supera no número de curas milagrosas o distrito em que a Cova da Iria se insere (Santarém), o qual regista apenas 5% das graças.

As narrativas de curas milagrosas no estrangeiro diminuem, não ficando claro se terá sido uma opção do *Voz de Fátima* de apenas publicar os casos nacionais, tendo em conta o grande número de relatos enviados para o jornal. Ainda assim, os casos ocorridos fora de Portugal são, sobretudo do Brasil, mas também dos Estados Unidos da América.

Destaco, ainda, os poucos casos surgidos no Sul do país: Beja (1%); Évora (1%); Faro (2%); Portalegre (1%). Este fenómeno revela, com bastante nitidez, uma maior aceitação e crença em Nossa Senhora de Fátima no Norte e no Centro de Portugal.

**Gráfico 5. Métodos realizados para a obtenção das curas (1943-1945).**



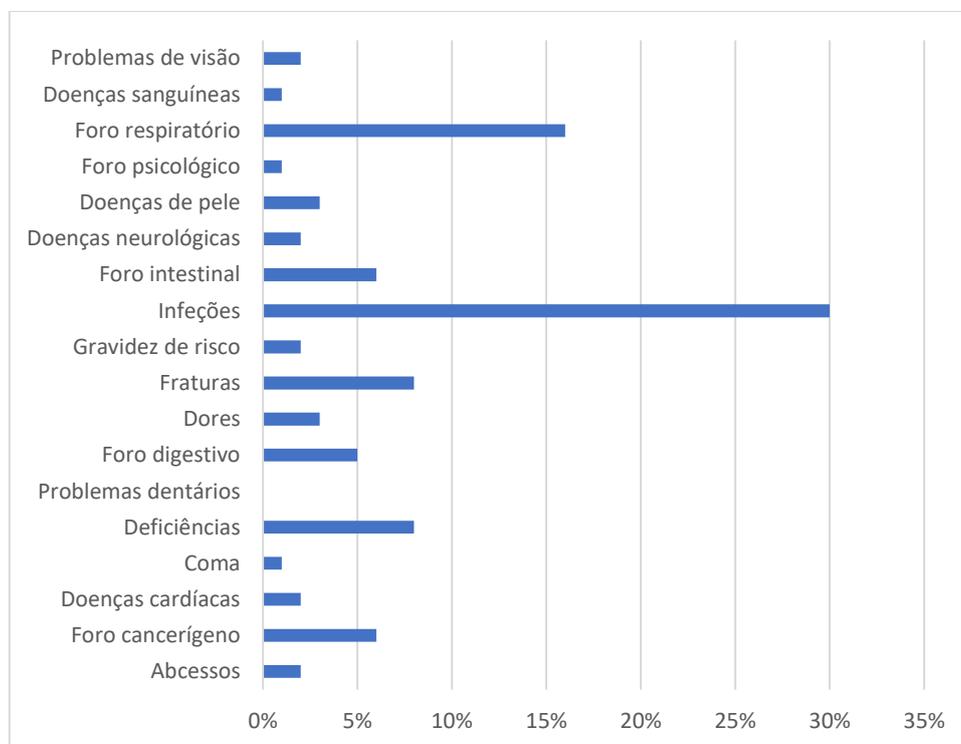
**Fonte: *Voz de Fátima*, 1943-1945.**

A oração a Nossa Senhora de Fátima continua a afirmar-se como o principal meio de alcançar uma graça da Mãe de Deus, pois tem uma representatividade de 54%. É importante realçar o aumento progressivo nestas três décadas da promessa de peregrinação a Fátima (16%) e do próprio ato de peregrinar (7%), que foram aumentando a sua popularidade. Este facto está decerto relacionado com o aumento de peregrinações apeadas, fenómeno bastante característico desta década. É pertinente, ainda, acrescentar que também em Lourdes se verificou, ao longo do tempo, que a água milagrosa (que inicialmente seria a única forma de alcançar um milagre) passou a não ser a única opção de cura, como afirma António do Souto em 1923:

“Inicialmente, com efeito, as curas eram na sua maioria obtidas durante ou após o banho nas piscinas. (...) Mas logo como que em resposta a taes pruridos de scientismo começaram a

registar-se curas *sine-materia*, espontaneas, sob a bênção da S. S. Eucharistia, à distancia, em viagem até”<sup>295</sup>.

**Gráfico 6. Curas milagrosas por doença (1943-1945).**



**Fonte: Voz de Fátima, 1943-1945.**

Quanto às doenças curadas de forma milagrosa, na última década em análise as infeções permanecem com a maior percentagem (30%), continuando a englobar uma grande diversidade de enfermidades, sendo a mais frequente a febre tifoide. De seguida, encontramos as doenças de foro respiratório, com 16%, sendo a pneumonia o principal impulsionador desta percentagem. No gráfico 6, é ainda possível verificar um aumento acentuado de fraturas e de deficiências com a mesma percentagem (8%), o que é inédito.

## 5.7 – Os doentes

Os principais protagonistas nas celebrações ocorridas na Cova da Iria eram os doentes, considerados os peregrinos mais importantes. Veja-se como exemplo o que é escrito no *Manual do Peregrino da Fátima* de 1926: “os doentinhos teem lugar especial” e “os doentes, sejam

<sup>295</sup> SOUTO, António de Azevedo Meyrelles do, *Lourdes e a Medicina...*, cit., p. 33.

---

ricos ou pobres, teem sempre o primeiro lugar”<sup>296</sup>. Além disso, a principal cerimónia realizada nos dias 13, a missa do meio-dia, era dedicada aos peregrinos enfermos e, por isso, existia um recinto reservado aos doentes em frente ao altar<sup>297</sup>, faziam-se preces pelos enfermos durante o decorrer da missa<sup>298</sup> e, por fim, era dada a bênção a cada doente em particular<sup>299</sup>.

A importância dada aos enfermos não era um fenómeno que ocorria apenas na Cova da Iria, pois existe informação de que o mesmo se realizava logo nas dioceses de origem. Tomemos como exemplo o caso da peregrinação da Guarda a Fátima em 1935. A comissão que organizou esta peregrinação diocesana decidiu que, em cada comboio especial, iria também uma pequena ambulância com médicos para assistir os doentes que se deslocassem nesse meio de transporte<sup>300</sup>.

Devido ao grande número de enfermos que visitavam a Cova da Iria, existia um espaço dedicados para eles: o pavilhão dos enfermos, organizado pelos escuteiros, Servos e Servas de Nossa Senhora do Rosário<sup>301</sup>, tendo como diretor, o Doutor Pedro Gens<sup>302</sup>. O *Manual do Peregrino da Fátima* de 1926 revela-nos o que era necessário para entrar neste espaço. Em primeiro lugar, era essencial o doente levar consigo um atestado do pároco da freguesia e do seu médico comprovando a sua doença. O enfermo precisava, ainda, de ser acompanhado por alguém que ficasse responsável por si durante toda a cerimónia. O espaço era completamente gratuito, sendo, por isso, proibidas as doações no local<sup>303</sup>.

Nos anos 1940, existem referências que comprovam que no posto de verificações médicas outras tarefas eram realizadas. Sendo esta a década marcada pelas vagas de peregrinações apeadas, não é de espantar que surgissem, agora, relatos de viajantes com feridas e bolhas nos pés. Assim, os médicos de serviço, acudiam estes peregrinos com curativos<sup>304</sup>.

---

<sup>296</sup> “Programa dos actos religiosos no dia da peregrinação”, *Manual do Peregrino da Fátima*, 13 de março de 1926.

<sup>297</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Junho de 1924”, *Voz de Fátima*, nº22, 13 de julho de 1924.

<sup>298</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Fevereiro”, *Voz de Fátima*, nº 30, 13 de março de 1925.

<sup>299</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Abril”, *Voz de Fátima*, nº 20, 13 de maio de 1924.

<sup>300</sup> “Peregrinação a Fátima – Instruções aos peregrinos”, *A Guarda*, nº 1462, 6 de setembro de 1935.

<sup>301</sup> MONTELO, Visconde de, “Fátima, Centro dos Corações”, *Voz de Fátima*, nº 38, 13 de novembro de 1925.

<sup>302</sup> MONTELO, Visconde de, “Crónica de Fátima – 13 de dezembro”, *Voz de Fátima*, nº 124, 13 de janeiro de 1933.

<sup>303</sup> “Regulamento do Albergue de Nossa Senhora de Fátima”, *Manual do Peregrino da Fátima*, 13 de março de 1926.

<sup>304</sup> MONTELO, Visconde de, “A peregrinação nacional de maio”, *Voz de Fátima*, nº 249, 13 de junho de 1943.

---

## 5.8– Os vendedores, os mendigos e os carteiristas

A popularidade da Cova da Iria trouxe, desde muito cedo, vários vendedores fixos e ambulantes, tentando angariar algum dinheiro vendendo produtos religiosos ou alimentares. Esta prática, bastante comum na atualidade, não era bem aceite por diversas entidades.

Em primeiro lugar, veja-se o que diz o Padre Manuel Nunes Formigão sobre o assunto: “pouco a pouco, tem se construído no local algumas tabernas, que põem uma nota triste e sobremodo desagradável em todo aquelle formoso cenário”<sup>305</sup>. No opúsculo sobre os acontecimentos de Fátima é, ainda, pedido aos peregrinos que não comprem produtos a esses vendedores pois essa não seria a vontade de Nossa Senhora de Fátima<sup>306</sup>. O jornal *O Mensageiro* revela, também, a sua indignação com a venda de produtos religiosos, apelando que “a comissão deve procurar obstar à exploração, que se faz com a venda de terços e medalhas”<sup>307</sup>. A própria administração do Santuário não parecia aceitar de bom grado a presença destes vendedores, pelo que proibiu a venda de qualquer produto perto do recinto do Santuário<sup>308</sup>, sendo que era função dos servitas controlarem as entradas dentro desse espaço<sup>309</sup>.

Apesar das críticas, encontramos um anúncio no jornal *O Mensageiro*, ainda nos anos vinte, a publicitar a abertura de uma loja de produtos religiosos em Leiria com o nome Casa Nossa Senhora da Fátima, esclarecendo-se que “nos dias 13 de cada mês os seus proprietários estabelecem junto ao recinto da Cova da Iria, uma sucursal, dando uma percentagem para as obras já realizadas e a realizar em Fátima”<sup>310</sup>. Também na Guarda se observa algum interesse nesse tipo de artigos religiosos, pois uma loja desta cidade, a Empreza Veritas, começou a vender artigos inspirados em Fátima<sup>311</sup>. Na década de 1930, o Santuário possuía já, à entrada do recinto, a sua própria loja de artigos religiosos<sup>312</sup>.

Os vendedores de artigos religiosos e alimentares não eram os únicos alvos de críticas por parte da opinião pública. Existem referências, desde os anos vinte, da permanência de mendigos na Cova da Iria nos dias de maior movimento. No jornal *Novidades* surge a primeira prova do desagrado que ocorria nesta década sobre os pedintes da Cova da Iria:

---

<sup>305</sup> MONTELO, Visconde de, “Os acontecimentos de Fátima”, 15 de janeiro de 1923, doc. 256 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, cit., p. 173.

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> “Grande peregrinação à Fátima”, *O Mensageiro*, nº 467, 17 de maio de 1924.

<sup>308</sup> “Aviso”, *Voz de Fátima*, nº 13, 13 de outubro de 1923.

<sup>309</sup> “Regras a seguir pelos Servos de Nossa Senhora do Rosário da Fátima”, *Voz de Fátima*, nº 22, 13 de julho de 1924.

<sup>310</sup> “Casa Nossa Senhora de Fátima”, *O Mensageiro*, nº 519, 4 de julho de 1925.

<sup>311</sup> “Nossa Senhora de Fátima”, *A Guarda*, nº 889, 17 de maio de 1924.

<sup>312</sup> “Artigos Religiosos”, *Voz de Fátima*, nº 133, 13 de outubro de 1933.

---

“quero aqui falar dum facto desagradável. Refiro-me à concorrência de mendigos – aleijados e cegos – que, em altos berros, numa exibição teatral, pedem esmola e ostentam as suas doenças, dentro do recinto vedado. Este espectáculo degradante tem de ser proibido”<sup>313</sup>.

Também o jornal de Leiria *O Mensageiro* publica um artigo em que é afirmado que a mendicidade na Cova da Iria “constitui uma ignóbil exploração da sensibilidade dos peregrinos”<sup>314</sup>. Quanto à administração do Santuário, no *Manual do Peregrino da Fátima* de 1928, é possível observar que era recomendado aos romeiros que não dessem esmola aos pedintes sem que soubessem da veracidade das suas doenças para não incentivarem a mendicidade. Os crentes que quisessem doar algum dinheiro deveriam entregá-lo aos servitas, pois saberiam distinguir quem o merecia<sup>315</sup>.

Outra realidade existente na Cova da Iria era a permanência de carteiristas no local. A *Documentação crítica de Fátima* apresenta diversos casos sobre estes furtos como, por exemplo, o jornal *A Época* que relata que a 13 de outubro de 1924 tinha partido de Lisboa “um automóvel sem número conduzindo vários carteiristas e gatunos de profissão”<sup>316</sup>. Já o *Diário de Notícias*, em 1925, publica um artigo que relata um episódio mais violento em que ocorreram alguns roubos: “Ao cair da tarde desencadeou-se uma violenta desordem de paulada entre forasteiros, tendo ficado fracturadas muitas cabeças”<sup>317</sup>. Estas ocorrências tornaram-se famosas no resto do país, sendo que, por exemplo, na Guarda, era pedido aos peregrinos para que não levassem joias na peregrinação diocesana para evitar eventuais furtos em Fátima<sup>318</sup>.

## 5.9– Motivações dos peregrinos de Fátima

Como vimos no capítulo sobre o culto mariano em Portugal, as romarias tradicionais portuguesas caracterizam-se pelo seu lado lúdico e festivo e não é por acaso que os viajantes

---

<sup>313</sup> “Portugal cristão”, *Novidades*, 15 de outubro de 1925, doc. 679 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 517.

<sup>314</sup> “Peregrinação à Fátima”, *O Mensageiro*, nº 533, 24 de outubro de 1925.

<sup>315</sup> “Peditório – os pobrezinhos”, *Manual do Peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1928.

<sup>316</sup> “Portugal cristão”, *A Época*, 14 de outubro de 1924, doc. 485 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 64.

<sup>317</sup> “Fátima, romaria portuguesa”, *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1925, doc. 633 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, cit., p. 432.

<sup>318</sup> “A Guarda em Fátima”, *A Guarda*, nº 1461, 30 de agosto de 1935.

---

para Fátima não eram (nem são) denominados romeiros, mas sim peregrinos. Vários são os relatos encontrados sobre as dissemelhanças entre estes dois tipos de viajante.

Os peregrinos que se dirigiam à Cova da Iria eram caracterizados pelo seu silêncio, pelo seu desejo de penitência, pelo seu sofrimento e pelo seu modo ordeiro. Realçava-se e elogiava-se a ausência de grandes aparatos festivos, de desordem e de práticas não-religiosas:

“Nem as moças vêm, com fitas e laços, pavonear suas graças e donaires. Tão pouco, passam ranchos cantando, como na Rainha Santa, ou se ouvem pelas quebradas os psalmos dos romeiros, como na Senhora da Penela. Não há flores. Nem bandeiras de cirios, marchas boiantes de filarmónicas desafinadas. Não há danças largas e vermelhas, ao cabo das merendas e missas. Morreram os risos nos lábios. (...) Há centenas de criaturas, ajoelhadas, extáticas, perdidas na sua fé. (...) Há secura de atitudes. Há lágrimas, que traduzem sombras íntimas, de torturas inconfessáveis.”<sup>319</sup>.

Em vez da festa e da desordem, os peregrinos de Fátima, durante o seu trajeto, além de praticarem o tão característico silêncio, também poderiam ser ouvidos a entoar cânticos religiosos ou a recitar o terço do rosário. Além disso, quem os avistasse, poderia encontrar uma multidão seguindo um grande estandarte referente à diocese de onde provinham<sup>320</sup>.

Esta característica não lúdica da peregrinação à Cova da Iria era também observada em Lourdes:

“mas que não se pense ouvir grandes orquestras, em que se admire a suavidade do 1º violino, ou a maviosidade do soprano. Em Lurdes não há orquestras, ou, por outra, há essa orquestra litúrgica que é o órgão. (...) Tão-pouco há solos com floreos melífluos, mas cânticos unânimes, cheios de vigor e repassados de fé”<sup>321</sup>.

O trecho citado não se refere à ausência de práticas populares, mas à de música erudita com orquestras e solistas. Mas é também uma recusa ao apelo dos sentidos. Este carácter de recolhimento, ou mesmo penitencial, foi, em Fátima, resultado das vontades do clero de Leiria. O próprio bispo D. José Alves Correia da Silva publica, no jornal *Voz de Fátima*, recomendações aos peregrinos de Fátima que deveriam manter-se “com o máximo respeito e recolhimento durante os actos religiosos<sup>322</sup>” e que era “proibida a entrada de vendedores quer fixos, quer ambulantes”<sup>323</sup>. Apela, ainda, aos viajantes que, pelo caminho recitem o terço,

---

<sup>319</sup> “Nossa Senhora de Fátima”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1925, doc. 598 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, p. 350.

<sup>320</sup> MONTELO, Visconde de, “13 de Setembro”, *Voz de Fátima*, nº 13, 13 de outubro de 1923.

<sup>321</sup> MOITA, António José, *Cartas de...*, cit., p. 35.

<sup>322</sup> “Recomendações do Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Sr. Bispo de Leiria aos peregrinos”, *Voz de Fátima*, nº 22, 13 de julho de 1924.

<sup>323</sup> *Idem*.

---

entoem cânticos e visitem o Santíssimo Sacramento<sup>324</sup>. No *Manual do Peregrino da Fátima*, temos um exemplo sobre o comportamento pretendido, num capítulo intitulado *Modo de santificar a viagem para o Santuário de Fátima*:

“1.º - Rezar o Rosário com os Têços espaçados e entremeados com cânticos ou santas conversações.

2.º - Fugir de tudo o que possa desgostar a Virgem Santíssima, como são: namoros, murmurações, críticas, palavras indecentes, etc.

3.º - Chegando ao local das Aparições guardar, tanto quanto possível, o silêncio, visitar a Capelinha e seguir os actos religiosos com atenção e devoção”<sup>325</sup>.

Nos anos 1930, é acrescentada a esta lista uma nova recomendação, com a criação da Via Sacra no Reguengo do Fetal: realizar o percurso da Via Sacra<sup>326</sup>.

Este comportamento não festivo da maioria dos peregrinos da Cova da Iria remete-nos para a primeira motivação da ida a Fátima: a penitência. O viajante desloca-se a este local para se mortificar, para se libertar dos seus pecados. Não é por acaso que num artigo do jornal *O comércio do Porto* é dito que “é a romaria da penitência, a romaria de Fátima”<sup>327</sup>. De igual forma, o bispo de Leiria afirmava o seguinte: “vae-se á Fátima para orar, fazer mortificações”<sup>328</sup>. Outra motivação, que surge neste contexto, é o desejo de purificação das almas, tal como é possível observar, por exemplo, no jornal *Voz de Lamego* em que é dito que: “o fim das peregrinações é sempre a Glória de Deus e o bem das nossas almas”<sup>329</sup>.

A terceira e mais relevante motivação que aqui anoto é a busca de saúde, física ou mental, dos peregrinos ou dos seus familiares e amigos. É importante, neste ponto, lembrar o lugar de destaque que os doentes ocupavam durante as celebrações dos dias 13, possuindo o seu próprio espaço, tendo o primeiro lugar em todas as atividades e também as suas próprias missas. Além disso, é referido na imprensa da época que a “fonte miraculosa” e o pavilhão dos doentes eram locais bastante frequentados, necessitando até de regulamentação própria.

---

<sup>324</sup> Circular de D. José Alves Correia da Silva, *Boletim da diocese de Leiria*, novembro de 1925, doc. 669 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, p. 492.

<sup>325</sup> “Modo de santificar a viagem para o Santuário da Fátima”, *Manual do peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1928.

<sup>326</sup> “Modo de santificar a viagem para o Santuário da Fátima”, *Manual do peregrino da Fátima*, 13 de maio de 1931.

<sup>327</sup> “Mulheres e creanças”, *O comércio do Porto*, 2 de dezembro de 1923, doc. 383 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.2, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, p. 426.

<sup>328</sup> “Recomendação do Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Sr. Bispo de Leiria aos peregrinos”, *Voz de Fátima*, nº 22, 13 de julho de 1924.

<sup>329</sup> “A peregrinação operária a Fátima”, *Voz de Lamego*, nº 667, 2 de setembro de 1943.

---

O jornal *Voz de Fátima*, que abria um espaço em todos os seus números para anunciar as alegadas curas milagrosas ocorridas em Fátima, pode ter propagado a crença de que a ida à Cova da Iria ajudava a reabilitação de um enfermo.

O próprio bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, escreve, em trecho já parcialmente citado, que “vae-se á Fátima para orar, fazer mortificações e pedir à Virgem Santíssima a saúde espiritual e física dos doentes de alma e corpo que ali acodem a cada vez em maior número a implorar Àquela que é a Salvação dos Enfermos”<sup>330</sup>. Esta motivação perdurará até à década de quarenta, como se pode ver no jornal *Voz de Lamego*, em 1944, em que são descritas algumas das razões que levaram peregrinos daquela região a Fátima: “dar vista a um filho ceguinho; levantar do leito um pobre entrevadinho; sarar um doente da terrível tuberculose”<sup>331</sup>. É necessário referir que, neste tema, se evidencia uma alteração ao longo dos anos, pois embora a prece pela intercessão de Nossa Senhora de Fátima se revelasse a forma mais eficaz de obter uma cura milagrosa durante todo o período estudado, a promessa de peregrinação à Cova da Iria torna-se numa prática popular nos anos 1940. Deste modo, é possível concluir que, mesmo que o peregrino da Fátima se dirija ao local motivado pela enfermidade de alguém, a forma como este espera curar a sua doença vai-se modificando ao longo dos anos.

Neste contexto, surge outro propósito que justificava, em parte, as multidões que se formavam na Cova da Iria: o desejo de observar um milagre, como se pode comprovar no *Diário de Notícias*, em 1925, em que é afirmado que: “o povo que ali acorre, ainda vai fascinado pela miragem e pelo encanto dum milagre”<sup>332</sup>, e, também, no *Voz de Lamego*, já em 1943, se dizia que “Fátima é o lugar dos milagres”<sup>333</sup>.

Existia ainda quem se dirigisse a esta região como forma de agradecimento à Virgem (e que podia ser o cumprimento de promessas). Esta gratidão estava, na maioria dos casos, relacionada com a cura de uma pessoa próxima ao peregrino, mas também existiam outros assuntos que se considerava terem sido obtidos pela graça de Nossa Senhora de Fátima. Tomemos como exemplo a peregrinação alentejana a Fátima, em maio de 1944, em que se juntaram os três distritos de Portalegre, Beja e Évora numa forma de agradecimento pelas chuvas que lhes salvaram as colheitas: “grande número de lavradores (...) resolveram organizar

---

<sup>330</sup> “Recomendações do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Bispo de Leiria aos peregrinos”, *Manual do Peregrino da Fátima*, 13 de março de 1926.

<sup>331</sup> PINTO, V., “A caminho de Fátima”, *Voz de Lamego*, nº 703, 11 de maio de 1944.

<sup>332</sup> “Nossa Senhora de Fátima”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1925, doc. 598 de *Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t.3, Fátima, Santuário de Fátima, 2007, p. 351.

<sup>333</sup> TEIXEIRA, Adelino de A., “Fátima... primavera das almas”, *Voz de Lamego*, nº 654, 3 de junho de 1943.

---

uma peregrinação a Fátima, nos próximos dias 12 e 13 de Maio, com o fim de dar graças a Nossa Senhora, pelo favor das chuvas que salvaram ainda as searas”<sup>334</sup>.

Os motivos dos peregrinos de Fátima também podiam alterar-se consoante a época e o contexto em que viviam. Prova disso é o surgimento, nos anos quarenta, de inúmeras menções à segunda guerra mundial, agradecendo à Virgem por Portugal permanecer em paz: “mais de cem mil pessoas agradecem à gloriosa padroeira a graça de ter preservado o país do flagelo da guerra”<sup>335</sup>.

Outras razões, menos documentadas, que levavam vários indivíduos a dirigir-se ao santuário de Fátima, passavam pelo desejo de, por exemplo, (como é possível observar no jornal *Voz de Lamego*, em 1944) converter um ateu à religião católica, ou de que um familiar querido retornasse depressa a casa<sup>336</sup>.

---

<sup>334</sup> “Os lavradores do Alentejo”, *A Guarda*, n° 1903, 28 de abril de 1944.

<sup>335</sup> “Peregrinação a Fátima”, *A Guarda*, n° 1957, 18 de maio de 1945.

<sup>336</sup> PINTO, V., “A caminho de Fátima”, *Voz de Lamego*, n° 703, 11 de maio de 1944.



---

## Conclusão

Tendo em conta as fontes analisadas, é possível reconstituir os percursos dos primeiros peregrinos de Fátima e as suas práticas quando da sua chegada.

As peregrinações podiam ser individuais, organizadas por grupos informais ou organizadas pelas dioceses. No caso das peregrinações organizadas até à Cova da Iria por parte de uma diocese esta era planeada por uma comissão responsável que tinha por hábito colocar nos jornais da região todas as informações referentes à viagem: preço, meio de transporte, o método de inscrição, etc. Na escolha do transporte observa-se uma heterogeneidade dos veículos característicos nas distintas décadas analisadas, o que revela a existência de várias classes sociais que se deslocam à Cova da Iria. No entanto, os meios de transporte preferidos foram-se alterando ao longo do tempo, pois foi registada uma fraca popularidade da ida a pé para Fátima nas primeiras duas décadas de análise, com a exceção de peregrinos vindos de zonas vizinhas ou de certos casos pontuais. Já nos anos 1940, surge um enorme aumento de peregrinações apeadas, estimulada pela escassez de combustível devido à 2ª Guerra Mundial. É, deste modo, que começam a formar-se peregrinações organizadas a pé desde cidade mais afastadas de Fátima como Lisboa ou Coimbra.

A pouca urbanização da Cova da Iria não permitia a existência de estações de comboio ou de terminais rodoviários na zona, o que influenciava os peregrinos, que utilizavam o comboio ou o autocarro, a parar nas regiões vizinhas a Fátima e, daí prosseguiram em carro alugado ou em camionete, caso não estivessem esgotados. Além disso, a viagem à Cova da Iria poderia, também, incluir a visita, por exemplo, ao Castelo de Ourém ou ao Mosteiro da Batalha.

Ao longo do seu percurso, os primeiros peregrinos da Cova da Iria enfrentaram diferentes reações por parte da população das regiões limítrofes. Em Leiria e em Ourém observam-se pequenas práticas de auxílio aos viajantes, em Torres Novas sabe-se que, nos anos 1920, existiram alguns episódios de agressividade por parte de alguns locais que lançavam improperios aos que por lá passavam. Um fenómeno apenas visível na zona de Leiria era o aumento dos preços para os peregrinos de Fátima. Quanto às opções de pernoita, observa-se, nos anos trinta, a existência de algumas pensões em Leiria, Fátima e Ourém que, devido à grande procura, esgotavam com bastante frequência. Outros arranjavam abrigo com o auxílio

---

da população local. E, por fim, era possível encontrar uma enorme massa de peregrinos acampados ou diretamente no chão do recinto ou nos terrenos mais próximos.

A Lei da Separação de 1911 fez-se sentir na Cova da Iria, pois as práticas religiosas no local foram proibidas, sendo a Guarda Nacional Republicana a responsável por garantir que tal acontecesse. Ainda assim, esta lei não demoveu os fiéis de se aproximarem de Fátima, não existindo uma diminuição no número de peregrinos.

Desde os anos vinte que muitos rituais religiosos praticados na Cova da Iria se assemelham à atualidade, começando pela procissão das velas, bastante idêntica à que também se realizava em Lourdes, tal como a adoração noturna, que ganha mais popularidade a partir dos anos trinta. A celebração mais importante nos dias 13 em Fátima ocorria ao meio dia, na chamada missa dos enfermos em que se procedia, entre outros rituais, à recitação do terço do rosário, à bênção geral e à bênção de cada doente em particular (prática igualmente inspirada no Santuário de Lourdes). De seguida, o ritual em que era demonstrado uma maior emoção por parte dos peregrinos era a procissão da imagem de Nossa Senhora de Fátima em que era possível observar os fiéis agitando lenços, batendo palmas ou chorando.

Uma das principais atrações no recinto da Cova da Iria era a fonte milagrosa que, durante os anos vinte, foi um tema que gerou bastante controvérsia. No entanto, as críticas à água de Fátima não impediram que milhares de peregrinos se aproximassem das torneiras, sendo necessário o auxílio dos servitas para controlar a multidão. Tanto os servitas como os escuteiros desempenhavam um papel fundamental na organização dos peregrinos e no apoio aos doentes.

O fenómeno das curas milagrosas foi-se alterando ao longo destas três décadas, a começar pela proveniência dos doentes, sendo que nos anos 1920 os protagonistas destes relatos eram oriundos dos distritos mais próximos da Cova da Iria (Lisboa, Santarém e Leiria), enquanto nas décadas seguintes se verifica um aumento de casos um pouco por todo o país, com uma maioria de curas milagrosas no Norte e Centro do país em comparação com os distritos do Sul. Quanto aos casos ocorrido no estrangeiro, os anos trinta são marcados pelo seu aumento significativo, e a sua maioria provinha do Brasil, Espanha e Índia. Também os métodos realizados para a obtenção destas graças se foram modificando. A água de Fátima, que se mostrava bastante eficaz nos anos 1920, perde importância significativa nas décadas seguintes, dando lugar à oração a Nossa Senhora de Fátima e ao surgimento da promessa de peregrinação. Tendo em conta as doenças curadas, de 1923 a 1925 foi observado uma maioria de problemas respiratórios, principalmente a tuberculose (como ocorria, igualmente em Lourdes), sendo que nas décadas posteriores, as doenças infecciosas (sobretudo a febre tifoide) constituíram a maioria de enfermidades encontradas. Estes dados podem ser indicativos das doenças mais comuns na

---

Europa durante este período. Neste contexto, é necessário referir a importância dada aos doentes que se deslocavam até Fátima, pois eram os principais protagonistas de todas as celebrações na Cova da Iria, tendo sempre o primeiro lugar, o seu próprio espaço e uma missa em sua homenagem.

Os peregrinos de Fátima destacavam-se dos que frequentavam as típicas romarias portuguesas devido à recusa de espírito festivo durante todo o percurso de peregrinação e durante a permanência no santuário. Cultivavam-se o silêncio e a devoção, adotavam-se modos ordeiros e práticas penitenciais sem que se seguissem folguedos. A principal motivação que impelia as multidões para Fátima era, claramente, a ânsia de encontrar ou agradecer saúde para o próprio peregrino ou para os seus entes queridos. É, ainda, importante destacar que vários outros motivos levavam os peregrinos a pedir a intervenção de Nossa Senhora de Fátima ou a agradecer o que já fora concedido, como a conversão de um ateu, as chuvas que salvaram colheitas ou a paz de Portugal nesses tempos de guerra.

---

## **ANEXO FOTOGRAFICO**



Foto nº 1: “Vista geral do local das aparições”, 13 de maio de 1928. Notem-se os automóveis estacionados nas imediações do recinto (Arquivo do Santuário de Fátima, D2258).



Foto nº 2: “Vista parcial da procissão”, 13 de maio de 1928. Notem-se os peregrinos de todas as classes sociais (Arquivo do Santuário de Fátima, D12761).



Foto nº 3: “Peregrinos em oração”, 13 de maio de 1928. Notem-se as peregrinas rezando o terço de joelhos (Arquivo do Santuário de Fátima, D2241).



Foto nº 4: “Fontenários”, 13 de maio de 1928. Notem-se os peregrinos esperando a sua vez de chegar perto da água de Fátima (Arquivo do Santuário de Fátima, D14).



Foto nº 5: “Vista geral da multidão de peregrinos”, 13 de maio de 1942. Notem-se os servitas auxiliando os doentes (Arquivo do Santuário de Fátima, D165).

---

## Fontes e bibliografia

### Fontes

*Documentação Crítica de Fátima*, vol. IV, t. 2 e 3, Fátima, Santuário de Fátima, 2007.

*Manual do Peregrino da Fátima* (1926; 1928; 1931; 1935; 1940).

MOITA, António José, *Cartas de Lurdes*, Lisboa, Edição de Manuel Francisco Morais, 1958.

SANTA MARIA, Agostinho de, *Santuário Mariano e a história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos pregadores, e dos devotos da mesma senhora*, Lisboa, Miscelânea, 1933 [1707].

SOUTO, António de Azevedo Meyrelles do, *Lourdes e a Medicina*, Figueira da Foz, Edição da Tipografia Peninsular, 1924.

### Periódicos:

*Boletim da Diocese de Lamego* (1923-1925);

*Guarda, A* (1923-1925; 1933-1935; 1943-1945);

*Mensagem, O* (1923-1925; 1933-1935; 1943-1945);

*Voz de Fátima* (1923-1925; 1933-1935; 1943-1945);

*Voz de Lamego* (1933-1935; 1943-1945).

### Fotografias

Fotografias do Arquivo do Santuário de Fátima:

D2258 – “Vista geral do local das aparições”, 13/05/1928;

D12761 – “Vista parcial da procissão”, 13/05/1928;

D2241 – “Peregrinos em oração”, 13/05/1928;

D14 – “Fontenários”, 13/05/1928;

D165 – “Vista geral da multidão de peregrinos”, 13/05/1942.

---

## Bibliografia

ALFARIC, Prosper, *A fabricação de Fátima*, Lisboa, Edições Delfos, 1971.

AUSINA, Gérard; PRODOMI, Luigi, *Lourdes – A vida de Bernadette – As aparições os santuários*, Lourdes, Edições André Doucet, 1997.

BARTHAS, Casimir, *Fátima, os testemunhos, os documentos*, Lisboa, Edições Aster, 1967.

BASTOS, Cecília dos Guimarães, “Perspectivas antropológicas sobre o turismo religioso: atravessando as fronteiras do turismo e da peregrinação”, *Debates do NER*, ano 18, n. 31, 2017, pp. 307-330.

BENNETT, Jeffrey S., *Quando o sol dançou – Fátima e Portugal*, Lisboa, Guerra e Paz, 2017.

CHORÃO, Luís Bigotte, *A crise da República e a Ditadura Militar*, Lisboa, Sextante Editora, 2009.

CLEMENTE, Manuel, *A Igreja no tempo – História breve da Igreja Católica*, Lisboa, Secretariado Diocesano do Ensino Religioso e Centro de Estudos Pastorais, 1978.

COELHO, Francisco José Senra, *Nossa Senhora e a História de Portugal*, Lisboa, PAULUS Editora, 2018.

CRUZ, Manuel Braga da, “O Estado Novo e a Igreja Católica” in João Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal e o Estado Novo (1930-1969)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 86-143.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos”, *Revista da Faculdade de Letras*, 4, 1987.

DUARTE, Herlânder, *Salazar e a Santa Igreja*, Lisboa, Nova Arrancada, 1999.

DUARTE, Marco Daniel, *Caminhos Marianos*, Lisboa, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja/Turismo de Portugal, 2014.

ESPÍRITO SANTO, Moisés, *A religião popular portuguesa*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1990.

FERNANDES, José Domingues, *Fátima – guia histórico e turístico*, 1944.

FLINN, Frank K., “Mary of Nazareth” in FLINN, Frank K., *Encyclopedia of world religions: Encyclopedia of Catholicism*, New York, Facts on File, 2007.

FONSECA, Luís Gonzaga Ayres da, *Nossa Senhora de Fátima – Aparições – Culto – Milagres*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1956.

GAARDER, Jostein, *O livro das religiões*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

GIME, Guilhermina Francisca Teodora, *Os rituais familiares em Angola: estudo comparativo entre amostras de Cabinda e Benguela*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em Psicologia

---

Clínica e Saúde apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra, 2014.

HERVIEU-LÉGER, Danièle, *O peregrino e o convertido – a religião em movimento*, Lisboa, Gradiva, 2005.

LA FUENTE, Maria José de, As construções no recinto do Santuário -D.G.S.U. in *Expansão urbanística de Fátima – Expofat 1917 – 1985*, Fátima, Santuário da Nossa Senhora de Fátima: Serviço de Ambiente e Construções, 1992.

LIMA, José da Silva, “Peregrinações (antropologia e teologia)” in AZEVEDO, Carlos Moreira, *Dicionário de História religiosa em Portugal*, vol. P-V, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

LOPES, Maria Antónia, “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” in José Mattoso, Irene Vaquinhas, *História da vida privada em Portugal – A época contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas, 2011, pp. 152-193.

MADUREIRA, Arnaldo, *28 de Maio: a gênese do Estado Novo*, Lisboa, Clube do Autor, 2016.

MARQUES, Alfredo, *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

MENDES, Inês Patrício, *Emergência do culto mariano nos inícios do Cristianismo*, Lisboa, Dissertação de mestrado, História e Cultura das Religiões, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.

MOURA, Lúcia de Brito, *A “Guerra Religiosa” na I República*, Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010.

NADAIS, Catarina Duarte Fontoura, *O Turismo e os Territórios da Espiritualidade – Os caminhos de Santiago em Portugal*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

NETO, Vítor, “A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 129-148.

NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja, e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

NETO, Vítor, "O Estado e a Igreja na 1ª República", in *A Igreja e o Estado em Portugal. Da primeira República ao limiar do século XX*, Vila Nova de Famalicão, Editora Ausência, 2003.

NEVES, José Manuel Dias Poças das, *A Fátima dos inícios do século XX: a freguesia de Fátima (1900-1917)*, Fátima, Rotary Club de Fátima, 2005.

OLIVEIRA, Francisco Pereira, *Fátima – como nasceu e cresceu*, Ourém, Câmara Municipal de Ourém, 1990.

---

OLIVEIRA, Miguel de, “Nossa Senhora na devoção dos reis e governantes” in LIMA, Fernando de Castro Pires de, *A Virgem e Portugal*, Porto, Edições Ouro, [19--?].

PEREIRA, David, “A sociedade” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 79-92.

PINTO, Ana Catarina, “Nova estratégia para a República” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 79-92.

REIS, Bruno Cardoso, “Fátima: a recepção nos diários católicos (1917-1930)”, *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 2001.

RODRÍGUEZ SANTIDRIÁN, Pedro, *Dicionário Básico das Religiões*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1995.

ROSAS, Fernando, “A República do pós-guerra” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 409-419.

ROSAS, Fernando, “A República e a Grande Guerra” in Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 247-248.

ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra: estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa: 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

ROSAS, Fernando, “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949)” in Fernando Rosas, José Mattoso, *História de Portugal: O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 267-367.

SÁ, Victor de, “Reflexão (cronológica) sobre o sidonismo”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, 6, 1989, pp. 355-364.

SANCHIS, Pierre, *Arraial: Festa de um povo: as romarias portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças, *espiritualidade, turismo e território – Estudo Geográfico de Fátima*, Estoril, Principia Editora, 2006.

SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal – A Primeira República – do 5 de outubro à crise partidária*, Matosinhos, QN - Edição e Conteúdos S.A., 2004.

SERRA, João B., “O sistema político da Primeira República” in Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinto, *A primeira República Portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Calibri, 1968, pp. 109-129.

SHEMANN, Alexander, *Celebration of faith – The Virgin Mary*, New York, St Vladimir’s Seminary Press, 2001.

TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia – A criação de Fátima*, Lisboa, Tinta da China, 2017.

---

VAUCHEZ, André, *A espiritualidade Da Idade Média Ocidental – séc. VIII-XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

VENTURA, Vasco Manuel Veloso, *Sidónio Pais e a encenação do poder durante a “República Nova”*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.

WARNER, Marina, *Alone of all her sex – The myth and the cult of Virgin Mary*, Oxford, Oxford University Press, 1976.